



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, ATA 10, PPGHI				
Data:	Sete de julho de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	11912HIS006				
Nome do Discente:	Luís Felipe Souto Loyola				
Título do Trabalho:	A QUESTÃO FRADESCA (1903) A PARTIR DE CHARGES DE RAUL PEDERNEIRAS NAS REVISTAS "O MALHO" e "TAGARELA"				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Linguagens Estética e Hermenêutica				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	O Grupo Galpão de Belo Horizonte (1982-2017): a história pelo viés popular e o repertório dramático clássico				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Thaís Leão Vieira (UFMT), Silvana Assis Freitas Pitilo (Colégio Ressureição Nossa Senhora) e Rodrigo de Freitas Costa orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Rodrigo de Freitas Costa, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Assis Freitas Pitillo, Usuário Externo**, em 07/07/2021, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **THAIS LEAO VIEIRA, Usuário Externo**, em 07/07/2021, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Freitas Costa, Usuário Externo**, em 07/07/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2852265** e o código CRC **9E1040DB**.

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUÍS FELIPE SOUTO LOYOLA

***A QUESTÃO FRADESCA (1903) A PARTIR DE CHARGES DE RAUL  
PEDERNEIRAS NAS REVISTAS O MALHO e TAGARELA***

UBERLÂNDIA

2021

LUÍS FELIPE SOUTO LOYOLA

**A *QUESTÃO FRADESCA* (1903) A PARTIR DE CHARGES DE RAUL  
PEDERNEIRAS NAS REVISTAS *O MALHO* e *TAGARELA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Linguagens, Estética e Hermenêutica.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Freitas Costa.

UBERLÂNDIA

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFUcom  
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

L923 Loyola, Luís Felipe Souto, 1989-

2021 A QUESTÃO FRADESCA (1903) A PARTIR DE CHARGES DE  
RAULPEDERNEIRAS NAS REVISTAS O MALHO e TAGARELA  
[recurso eletrônico] / Luís Felipe Souto Loyola. - 2021.

Orientador: Rodrigo de Freitas Costas.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia, Pós-graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em:  
<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.275>Inclui  
bibliografia.

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:Gizele  
Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

**A *QUESTÃO FRADESCA* (1903) A PARTIR DE CHARGES DE RAUL  
PEDERNEIRAS NAS REVISTAS *O MALHO* e *TAGARELA***

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre em História, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 06 de julho de 2021.

---

Prof. Dr. Rodrigo de Freitas Costa, UFTM, Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Thaís Leão Vieira, UFMT, Titular

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvana A. Freitas Pitillo, Colégio Ressurreição Nossa Senhora, Titular

---

Prof. Dr. Alcides Freire Ramos, UFU, Suplente

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Nádia Cristina Ribeiro, UMA, Suplente

*Dedico este trabalho a todos que caminham comigo.  
Sejam pelos laços de sangue ou não.*

## AGRADECIMENTOS

Os anos de 2020 e 2021 deixarão profundas cicatrizes, sobretudo no Brasil, onde, há anos, nos encontramos num pequeno e fragilizado barco numa tempestade, que se desfaz a cada dia. As batalhas diárias se fazem em diversas frentes, onde, além de externas, também se dão internamente.

Visto isso, é importante agradecer imensamente a todas as pessoas que contribuíram para que eu não me perdesse ou afogasse, em meio a esta tempestade em que nos encontramos.

Agradeço imensamente ao orientador deste trabalho, o Prof. Dr. Rodrigo Freitas Costa, pela enorme paciência e seriedade no decorrer do curso e até este momento. Com certeza, sua compreensão e firmeza foram fundamentais para que eu pudesse concluir este trabalho, mesmo nas situações adversas.

Agradeço aos meus pais, minha irmã e familiares, que sempre acreditaram em mim, mesmo nos momentos mais difíceis e adversos.

Agradeço, também, a meus amigos e amigas, que sempre estiveram por perto, mesmo que a partir de um momento por meio *online*; vocês foram companheiros de momentos memoráveis e apoio nos momentos difíceis.

Agradeço aos companheiros e professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pelos bons momentos, aprendizados e debates que tivemos ao longo desse tempo, que com certeza contribuíram com esta pesquisa.

Agradeço às professoras da banca, Silvana Pitillo e Thaís Vieira, pelas considerações no exame de Qualificação.

Agradeço também à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa concedida para esta pesquisa.

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar charges assinadas por Raul Pederneiras, publicadas nas revistas ilustradas *O Malho* e *Tagarela* que retrataram o conflito envolvendo monges beneditinos, imprensa e sociedade no mês de maio de 1903, na cidade do Rio de Janeiro, conflito este denominado pejorativamente pela imprensa de *questão fradesca*. Através do desenho e do humor, entendemos a possibilidade das charges se mostrarem como fontes capazes de nos apresentar evidências dos problemas gerados no cotidiano carioca no período, sendo passíveis de revelar camadas que vão desde representações até questões que envolveram diretamente Estado, Igreja e sociedade. Autores como Elias Thomé Saliba e Marcos A. da Silva nos auxiliam no resgate do humor e imagem do início do século XX, bem como nos inserimos no debate no campo da História com autores como Peter Burke, Sandra Pesavento e Roger Chartier. Entendemos, também, que tais produções imagéticas nos permitem identificar discursos e posições políticas através das opções estéticas, sendo as imagens realizadoras, mediando o imaginário entre quem as produz e quem as recebe.

**Palavras-chave:** Charge; Caricatura; Ordem Beneditina; *O Malho*, *Tagarela*.

## ABSTRACT

This research aims to analyze cartoons signed by Raul Pederneiras, published in the illustrated magazines *O Malho* and *Tagarela*, which portrayed the conflict between Benedictine monks, the press and the society in May 1903, in the city of Rio de Janeiro. This conflict was called pejoratively by the press as *questão fradesca* (free translation, 'friars issues'). Through drawing and humor, we can understand the possibility of cartoons presenting themselves as sources capable of presenting us evidences in the daily life of Rio de Janeiro during this period, wich involved the benedictine monks, Society and the government. Authors such as Elias Thomé Saliba, Marcos A. da Silva and Isabel Lustosa, help us rescuing the humor and image of the beginning of the 20th century, as well as inserting ourselves in the discussions of History, based on authors such as Peter Burke, Sandra Pesavento and Roger Chartier This evidences are also capable of revealing layers that goes from representations, to problems that directly involved the State, Church and society. We also understand that such imagetive productions allow us to identify speeches and positions through aesthetic options, acting as realizing images mediating the imagination between those who produce and those who receive.

**Key-words:** Cartoons; Caricature; Benedictines; *O Malho*; *Tagarela*.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – <i>Correio da Manhã</i> .....	50
<b>Figura 2</b> – <i>Revista Illustrada</i> – Capa .....	82
<b>Figura 3</b> – “Horizontes Negros” .....	87
<b>Figura 4</b> – “O Jogo Benedictino” .....	90
<b>Figura 5</b> – “Amae-vos uns aos outros” .....	92
<b>Figura 6</b> – “Entre beneditinos e bem anafados” .....	94
<b>Figura 7</b> – “Puxa-puxa clerical” .....	96
<b>Figura 8</b> – <i>O Malho</i> – Capa .....	98
<b>Figura 9</b> – “O Amigo da Onça” .....	101
<b>Figura 10</b> – “Fechamento das padarias” .....	102
<b>Figura 11</b> – “E que tal!” .....	105
<b>Figura 12</b> – “A expressão mais simples” .....	107
<b>Figura 13</b> – “Les poires” .....	111

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 – O Contexto Histórico Beneditino</b> .....	24
<b>1.1 Ordem de São Bento e Antecedentes</b> .....	24
<b>1.2 O monaquismo beneditino em terras brasileiras</b> .....	30
<b>1.2.1 O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro</b> .....	36
<b>1.3 Romanização e o movimento ultramontano no processo de expansão da Igreja Católica no Brasil e a Ordem Beneditina de Beuron</b> .....	39
<b>1.3.1 A Congregação Beneditina de Beuron e o início da restauração</b> .....	43
<b>CAPÍTULO 2 – A <i>Questão Fradesca</i> na imprensa</b> .....	49
<b>2.1 A <i>Questão Fradesca</i> relatada diariamente pelo jornal <i>Correio da Manhã</i></b> .....	49
<b>2.2 As revistas ilustradas no Rio de Janeiro em 1903</b> .....	64
<b>2.2.1 A revista <i>O Malho</i></b> .....	65
<b>2.2.2 A revista <i>Tagarela</i></b> .....	69
<b>2.3 O humor ilustrado da <i>Belle Époque</i></b> .....	71
<b>2.3.1 Raul Pederneiras e as ruas da <i>Belle Époque</i></b> .....	77
<b>2.3.2 A caricatura como elemento chargístico na imprensa brasileira</b> .....	80
<b>CAPÍTULO 3 – A análise das charges nas revistas <i>O Malho e Tagarela</i></b> .....	84
<b>3.1 A representação da <i>Questão Fradesca</i> nas charges</b> .....	84
<b>3.1.1 Charges da revista <i>Tagarela</i></b> .....	86
<b>3.1.2 Charges da revista <i>O Malho</i></b> .....	94
<b>3.2 O funcionamento do desenho nas charges</b> .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	118

## INTRODUÇÃO

O interesse desta pesquisa retoma o trabalho realizado ainda na graduação, com os primeiros acessos a semanários ilustrados que circulavam no eixo Rio-São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX, por meio de pesquisa de Iniciação Científica, realizada no curso de Artes Visuais, na Universidade Federal de Uberlândia, contemplada por bolsa do CNPq no ano de 2015. O objetivo era catalogar charges que continham, de certa maneira, imigrantes ou estrangeiros representados entre 1900 e 1918 no eixo Rio-São Paulo, sendo esse intervalo de tempo um período de enorme movimentação política em relação às pessoas, ou até mesmo famílias inteiras que vieram de outros países, sobretudo de regiões europeias e asiáticas.

Revistas como *O Malho*, *Fon-Fon!*, *Careta* e *O Pirralho* se mostravam intensamente presentes na vida cotidiana da população, expressando sentimentos e opiniões de uma época de fortes transformações na sociedade brasileira, sobretudo nos locais indicados, uma vez que se faziam como o centro cultural da jovem República. Sendo o Brasil da “República Velha” um destino de imigrantes de diversos países, os veículos de imprensa não deixaram de notar a presença dessas pessoas, que rapidamente se tornaram personagens de diversas produções jornalísticas, literárias e artísticas.

Já se tem, na bibliografia produzida, importantes discussões acerca do papel do imigrante no Brasil, bem como sobre as motivações da vinda dessas pessoas, sendo este tema um clássico da História e das Artes no Brasil. Historiadores e pensadores das Artes que abordaram imigração, imprensa e arte no Brasil, como Lilia Schwarcz<sup>1</sup>, Marcia Takeushi<sup>2</sup> e Herman Lima<sup>3</sup>, por exemplo, nos servem de base para uma contextualização que nos dê uma sustentação para a busca das imagens. Com isso, a pesquisa se dá a partir da ótica do campo das Artes, especificamente, pensando a coleta dessas imagens nos moldes de catalogações feitas em museus e acervos.

Os *sites* de bancos digitais de arquivos, como a Biblioteca Nacional (RJ)<sup>4</sup>, a Casa de Rui Barbosa (RJ)<sup>5</sup> e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (SP)<sup>6</sup>, foram os locais em que tivemos acesso a exemplares digitalizados desses periódicos, o que facilitou, por um lado, a

---

<sup>1</sup> SCHWARCZ. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. 1993.

<sup>2</sup> TAKEUCHI. *Entre gueixas e samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. 2009.

<sup>3</sup> LIMA. *A história da caricatura no Brasil*. 1963.

<sup>4</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em 05 ago. 2015.

<sup>5</sup> <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/?lk=8>, acesso em 05 ago. 2015.

<sup>6</sup> [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital), acesso em 05 ago. 2015.

imersão na tarefa da busca por ilustrações que se adequassem ao recorte da pesquisa. Por outro lado, nem sempre as digitalizações se mostraram em boas condições, uma vez que se tratam de impressos com mais de cem anos de existência, expostos às ações do tempo. Outra dificuldade encontrada também se deu no momento de identificação da assinatura de diversos artistas, sendo possível momentos depois, através do endereço eletrônico do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)<sup>7</sup>, identificar alguns autores que não foram identificados de forma imediata. Outros ilustradores não foram possíveis de identificar de maneira alguma, devido à má qualidade de conservação ou da digitalização da imagem, ou por não colocarem suas identificações nas imagens, o que também era bastante comum.

Nessa primeira experiência, nosso foco foi a busca de características e elementos visuais que nos indicassem a possibilidade de uma representação de pessoas de outros países. Sobretudo, características que mostrassem a possibilidade de representação de imigrantes, baseando-nos em comparações com demais figuras humanas retratadas como brasileiros nas charges. Características como vestes, feições e legendas carregadas de pastiches da fala estrangeira foram as principais evidências que assumíamos como se tratando de estrangeiros e imigrantes.

À medida que a busca nos acervos digitais acontecia, foi possível tomar conhecimento de diversos nomes importantes de desenhistas. Artistas como J. Carlos, Raul Pederneiras, Belmonte, Renato de Castro, entre outros, se faziam como figuras ilustres no âmbito da imprensa, dada à penetração dos periódicos supramencionados na sociedade. Não obstante, também foi possível ter uma ideia acerca da ampliação da influência dos semanários ilustrados no Brasil no início do século XX, que foi intensificada graças às inovações tecnológicas de impressão – dentre seus aspectos principais, a capacidade de impressão de imagens – e com isso as ilustrações passam a ser objetos do cotidiano<sup>8</sup>.

Em outro momento à frente, o desejo de continuar estudando charges com a imagem de estrangeiros em revistas do início do século nos levou à pós-graduação em História na Universidade Federal de Uberlândia, com o objetivo de participar do debate sobre a utilização das charges que representavam o imigrante no Brasil como fontes documentais e não mais

---

<sup>7</sup> <http://www.funag.gov.br/biblioteca-nova/>, acesso em 10 nov. 2015.

<sup>8</sup> FONSECA. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. 1999, p. 208-209.

tomando tais produções apenas sob olhar da Arte, como foi o caso da experiência na Iniciação Científica.

Para tanto, delimitamos nossa pesquisa de mestrado com o semanário ilustrado *O Malho*, que circulou na cidade do Rio de Janeiro, por um longo período a partir de 1902, sendo local de produção de diversos artistas ilustradores. Não obstante, a revista era um importante veículo que tinha muitos significados para aquele momento específico do início do século XX no Rio de Janeiro, começando pela premissa de ser uma revista moderna e crítica que se fez presente na sociedade. *O Malho*, criada por Luiz Bartolomeu de Souza e Silva em 1902, vinha com uma proposta de oferecer aos leitores variedades, moda, cultura e política, sendo essas características sinais da modernização da sociedade brasileira<sup>9</sup>.

A revista possuía uma forte presença crítica atrelada ao humor, apresentando em seu *design* características pouco vistas anteriormente, isto é, elementos do *Art Nouveau* ao longo das páginas, o que contribuía, junto com as charges que eram publicadas, para um *design* inovador e contemporâneo para a época, alinhado com o que se tinha de impressos nos principais centros europeus. Não obstante, os chargistas que compunham o corpo editorial da revista abordaram em peso situações cotidianas do Rio de Janeiro e com isso a ocorrência de representações de imigrantes se fazia bastante presente.

O período de nascimento dessas revistas representava também uma época em que os periódicos no Brasil passavam por transformações no modo de produção, aumentando a possibilidade de inserção de novas técnicas de impressão, dado ao avanço tecnológico de maquinário, facilitando com isso a publicação de imagens, cores e um maior número de tiragem. Técnicas de impressão que existiam praticamente na Europa, agora no Brasil, fizeram alavancar a produção dos periódicos e impulsionaram o surgimento de novos veículos de imprensa. Assim surgiram diversos nomes que ganharam vida e compartilhavam da característica crítica de jornalismo. Os periódicos ilustrados saciavam a vontade de novidades dos cidadãos, tendo uma função para além de um local de informações: a possibilidade do exercício da crítica, consolidando a ação de artistas e literatos que atuavam em ilustrações, charges, crônicas, contos e comentários.

Entretanto, ao nos debruçarmos na busca de um melhor recorte para a ideia inicial da pesquisa, deparamo-nos com uma situação intrigante que se manifestou, nas edições publicadas

---

<sup>9</sup> GONÇALVES. *A escola disfarçada em brincadeiras: intelectuais e ideias na criação da revista O Tico-Tico*. 2011, p. 26.

no mês de maio de 1903, em diversas charges e textos. Um conflito administrativo e político envolvendo abades pertencentes à Ordem Beneditina no Brasil, sobretudo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, ganhou bastante destaque na imprensa ilustrada nesse mês específico, mobilizando diversos artistas e escritores que abordaram tal assunto, nomeando essa disputa por *questão fradesca*, *questão religiosa*, *questão dos frades*.

A “tal questão” se tratava da vinda de monges beuronenses para a restauração da prática monástica beneditina no Brasil, que se encontrava decadente. Esses monges, pertencentes à Congregação Beneditina de Beuron (Alemanha), por meio de solicitação direta do Abade Geral da Congregação Brasileira, Frei Domingos da Transfiguração Machado, ficaram incumbidos de ocuparem as principais abadias no Brasil, tendo em vista que reformas e decretos ao longo dos séculos, como proibição de noviços e avanço de idade de monges, culminavam com a diminuição de pessoas pertencentes aos mosteiros.

Em linhas gerais, a separação da Igreja e do Estado ao longo do século XIX forçou a Igreja Católica enquanto instituição a se voltar para suas questões internas. A Santa Sé, com a finalidade de expandir, ou também manter o poder da Igreja Católica dada à situação política na Europa de modo geral, ordenou que a Congregação Beneditina de Beuron, acompanhado pelo Abade Geral Frei Domingos da Transfiguração Machado, se encarregasse de examinar a situação dos mosteiros brasileiros, promover a reocupação dos mesmos e reavivar a prática monástica beneditina, que no século XIX se encontrava em declínio.

Essa ordenação se fez, por ser uma congregação que se encontrava em pleno desenvolvimento na Europa e, graças a isso, foi incumbida então pela Santa Sé para a avaliação e ocupação dos mosteiros no Brasil. Essa ocupação não agradou algumas figuras presentes na política carioca; considerando o altíssimo valor de bens pertencentes aos mosteiros, sobretudo no Rio de Janeiro, como imóveis na cidade e fazendas, algumas pessoas se encarregaram de dificultar tal ocupação sob o subterfúgio dos danos que poderiam existir se houvesse essa transferência de bens para frades beuronenses. Tal contenda tramitou por diversas instâncias no âmbito jurídico, indo finalmente parar nas mãos do Supremo Tribunal Federal, que ficou encarregado de julgar o caso. A situação culminou em diversos episódios de revolta da população, sobretudo estudantes do Colégio São Bento e pessoas que aderiram à causa de Frei João das Mercês, contrário à manutenção de posse do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Os comícios, chamados pelos jornais de *meetings*, aconteciam no Largo do São Francisco e, por vezes, perdiam o controle e causavam tumulto, ficando então proibidos por vias judiciais

de acontecer. Essa proibição também foi causa de revolta, novamente para com os frades, mas agora, também, com as autoridades acusadas de fazerem coro à “causa beneditina”.

Num cenário de uma jovem República, de intensas movimentações sociais e sentimentos aflorados, Frei João das Mercês, o Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro até então, insuflaria os principais veículos de imprensa em benefício próprio contra o Abade Geral, Dom Domingos da Transfiguração Machado, e os monges que vinham da Europa sob sua responsabilidade, tendo como consequência o assunto se espalhando pelos jornais e revistas da Capital Federal. Esse assunto não se restringiu às revistas *O Malho* e *Tagarela*, porém, sendo revistas que tiveram papéis importantes na disseminação de informações, são as que nos fornecem as melhores fontes visuais acerca de nosso tema. Assim, percebemos que as charges, nesse período, foram frequentes disseminadoras do posicionamento da população e consequentemente das revistas.

Tendo isso em nosso horizonte, o objetivo principal com esta pesquisa é analisar como charges publicadas no semanário ilustrado *O Malho* e na revista *Tagarela* retrataram a *questão fradesca*, através do desenho e humor, sendo evidências capazes de nos apresentar como essa situação gerou problemas que ultrapassaram os limites institucionais entre a Igreja Católica e Estado, constituindo-se como algo cotidiano, sobretudo durante todo o mês de maio de 1903. Isso pode ser justificado quando tomamos tais produções artísticas como fontes para a interpretação da História, as quais nos permitem identificar, portanto, as evidências através de discursos proferidos, os quais se apoiam em imagens e nos têm muito a dizer, ou seja, essas fontes se compõem da linguagem verbal e não verbal (visual) articuladas na construção dos sentidos desejados.

A partir de tais reflexões, poderemos confirmar que as produções e práticas culturais não constituem apenas a criação de uma obra ou bem, mas abrem espaço para possibilidades e perspectivas que permitirão entender o recebimento e difusão dessas produções e práticas. Ainda, as possibilidades das pesquisas em Arte realizadas atualmente nos permitem que tomemos as produções imagéticas como algo inserido na capacidade de criação de imagens de mundo e realidade, ainda que desconheçamos as intenções ideológicas por trás delas<sup>10</sup>. A pesquisa em Arte, isto é, tomando os objetos artísticos como fontes, nos oferece diversos objetos de pesquisa que se fazem passivos de revelação ao desvendar suas camadas, não se limitando à questão visual. Assim, as opções estéticas presentes nas charges oferecem

---

<sup>10</sup> BELTING. *O fim da História da Arte*. Uma revisão dez anos depois. 2006, p. 242-243.

possibilidades de estudo das intenções destas representações, sendo essas imagens estabelecedoras de uma mediação do imaginário entre quem as recebe e quem as produz.

Entendemos que a História Cultural nos permite possibilidades diversas de pesquisa e objetos e, com o passar do tempo, percebe-se uma forte guinada na área acadêmica para esse campo. Para tanto, a imagem passa a ter um local privilegiado na pesquisa histórica. Sandra Pesavento nos guia sobre a proposta complexa da História Cultural em, por meio de representações, compreender a realidade do passado, com o objetivo de alcançar formas imagéticas de expressão. A complexidade de tal empreendimento se dá devido à necessidade de uma dada sensibilidade que nos permite o entendimento de códigos de outro tempo. Nas palavras da autora:

Toma-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe. Este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente. A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se toma possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele.<sup>11</sup>

Com isso entendemos a necessidade de se transpor ao local do relato através desses vestígios. Pesavento ainda nos explica a importância do imaginário na pesquisa histórica, essa que revela “um sistema de ideias e personagens e representação coletiva que os homens, em todas as épocas construíram para si, dando sentido ao mundo”<sup>12</sup>. Assim, as imagens do mundo se mostram dotadas de uma imagem social e histórica que vão de encontro à ideia do imaginário.

Sendo as charges d’*O Malho e Tagarela* produções visuais humorísticas, o trabalho do historiador Elias Thomé Saliba<sup>13</sup> acerca do humor contribui para esta pesquisa como um importante subsídio teórico a respeito das charges e humor no início do século XX. O autor se destaca como um dos mais importantes historiadores que trabalham com humor no Brasil, e nos oferece um interessante panorama da utilização do humor enquanto desenvolvedor de um imaginário nacional, fortalecido sobretudo com a imprensa da *Belle Époque*. Saliba destaca que o humor desse período tinha consigo uma característica de divulgar gestos nobres e

---

<sup>11</sup> PESAVENTO. *História e História Cultural*. 2003, p. 43.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>13</sup> SALIBA. *Raízes do Riso*. 2002.

civilizadores, ainda que nem sempre essa imagem correspondesse com a realidade, quase sempre ligadas às desilusões republicanas<sup>14</sup>. Assim como Saliba, o trabalho do historiador Marcos A. da Silva com caricaturas na Primeira República também nos fornece importantes análises das imagens produzidas pelos veículos de imprensa no Brasil da Primeira República e, sendo a caricatura uma forma de linguagem, essas produções humorísticas pretendem superar “a articulação da experiência social que aborda”<sup>15</sup>.

As imagens são vestígios da História e, como Peter Burke<sup>16</sup> nos elucida, o poder das evidências imagéticas se faz valioso. De acordo com o autor, razões políticas fizeram com que obras de artistas famosos ficassem anos fechadas ou guardadas sob um regime de segurança, visto que tais atitudes atestam o poder político que a imagem pode exercer. Embora nosso caso não atinja tal patamar de influência política, foi um termômetro para as movimentações sociais e políticas em 1903. Entretanto, concordamos com Burke, ao nos alertar para eventuais perigos de se empregar imagens como evidências, uma vez que artistas e profissionais das obras visuais não pensaram seus trabalhos com o fim da análise histórica, por isso, é necessário que o defrontamento destas fontes seja feito de maneira crítica, como qualquer forma de evidência disponível para o historiador<sup>17</sup>.

Para Burke, imagens são evidências e as imagens são por vezes descartadas da análise histórica, e normalmente colocadas sob a luz de duas chamas, isto é, a dos “céticos ou estruturalistas”, que não acreditam no poder da imagem de transmitir informações do mundo exterior, e dos “positivistas”, como o autor coloca, que acreditam em tal poder. Nisso é proposto uma “terceira via”, onde adeptos desta terceira via operam sob uma lógica que rejeita a imagem como um mero sistema de signos, mas também a visão da imagem como um espelho, filtrando informações sobre o mundo exterior, sem necessariamente excluí-las<sup>18</sup>. Ainda seguindo junto ao autor, as imagens são “por vezes ambíguas e polissêmicas”, o que nos coloca em uma posição de (des)conforto perante a leitura das imagens, bem como as dificuldades de realizar tal atividade<sup>19</sup>.

Assim, entendemos que a ilustração enquanto linguagem pertencente à prática do desenho inserida no campo jornalístico e, associada ao humor, nos fornece evidências para além

---

<sup>14</sup> SALIBA, 2002, p. 66-67.

<sup>15</sup> SILVA. *Caricata República. Zé Povo e o Brasil*. 1990.

<sup>16</sup> BURKE. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. 2004.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 233.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 233.

da representação cotidiana, sendo essa uma via importante a ser explorada. A interdisciplinaridade pertencente a essas imagens como objetos documentais revelam um amplo contexto de enunciação. Partindo da noção de representação de Roger Chartier<sup>20</sup> como instrumento teórico-metodológico, a construção de significados de tais imagens como produções e práticas culturais se dá sempre através dos interesses de grupos forjadores, dotados de intencionalidade, nunca de forma imparcial. Os discursos não são neutros, o que reflete nas percepções sociais e nos apresenta uma disputa de dominação por meio da representação, tão relevante quanto disputas que nos elucidam os mecanismos de dominação de determinado grupo.

Para ser possível o prosseguimento de nossa investigação a partir disso, dividimos a pesquisa em três partes, isto é, três capítulos, nos quais pretendemos abordar as frentes deste trabalho sempre estabelecendo uma interligação entre elas. Para o primeiro capítulo, sob o título “O Contexto Histórico Beneditino”, optamos por uma contextualização inicial a respeito da Ordem Beneditina, fazendo uma passagem por seus principais aspectos desde o início até a chegada desses monges no Brasil. Frisamos a importância desta contextualização, posto que os meios de imprensa vão se utilizar de questões referentes à trajetória dos beneditinos nos ataques proferidos.

O primeiro capítulo é organizado em quatro tópicos, com a finalidade de melhor apresentar as informações coletadas nesta contextualização. No primeiro, para que se entenda características abordadas pela imprensa e como foram representadas pelos ilustradores da época, a trajetória deve-se iniciar partindo do panorama de quem eram e como se desdobraram alguns dos principais acontecimentos ao longo da existência da Ordem Beneditina, com sua gênese na Europa medieval, passando pela América Portuguesa, chegando finalmente nos idos da Primeira República. Para essa contextualização, a busca se desdobra na Regra Beneditina, em teses, dissertações e livros que possam nos fornecer informações que contextualizem o período e os acontecimentos que direcionaram os beneditinos em terras brasileiras, bem como as características inerentes aos monges, que se manifestarão de maneira cômica nas imagens e textos da imprensa brasileira.

Buscamos elucidar tais questões partindo da análise de passagens da chamada Regra Beneditina, de autoria atribuída a São Bento, que era a principal baliza que regia o comportamento monástico, desde sua relação com os habitantes do mosteiro, trabalho e oração.

---

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*. 1988.

Preceitos baseados em passagens do Antigo Testamento, que se cumpriam rigorosamente dentro da residência dos monges e obedeciam a uma hierarquia desde a escravaria até o Abade, a figura máxima no mosteiro. Percorremos, também, através dos acontecimentos iniciais do século VI, as relações entre a Ordem Beneditina e a nobreza na Europa, desde sua expansão inicial na França, assim como suas ramificações em Portugal e Inglaterra até as reformas do Concílio de Trento.

Num segundo tópico, contextualizar a consolidação da Ordem Beneditina no Brasil Colônia e seus principais motivos e questões nos ajuda a pensar a problemática de pesquisa, uma vez que a Ordem em solo brasileiro se subordinou por muito tempo a Portugal, seguindo seu modelo de relação entre Coroa e Igreja. Esse *modus operandi* fez com que os mosteiros beneditinos na América Portuguesa expandissem seu patrimônio e através da troca de favores, entre os religiosos e a nobreza, expandiram também sua participação na sociedade. Procuramos, ao abordar tal trajetória, apresentar a chegada dos beneditinos no Rio de Janeiro, relacionando sua consolidação em território carioca concomitantemente com a formação da cidade, que desde sua criação sempre enfrentou períodos de intensas movimentações sociais e estruturais.

No terceiro tópico, é necessário situarmos uma questão importante a respeito das movimentações da Igreja Católica, isto é, o movimento ultramontano e romanizador da Igreja, sobretudo ao longo do século XIX, onde as ideias liberais se espalhavam pela Europa e obrigavam as instituições eclesiais a uma readequação de sua influência na sociedade. Por fim, em seguida neste primeiro capítulo, levantamos importantes acontecimentos na criação da Congregação Beneditina de Beuron, que teve forte influência na expansão da vida monástica no Ocidente. Para auxiliar-nos nesta contextualização, destacamos o trabalho da historiadora Klency Kakazu de Brito Yang<sup>21</sup> a respeito da Escola de Arte de Beuron e da pintura beuronense no Mosteiro Beneditino de São Paulo, entre 1914 e 1922, que nos subsidia no que se refere à criação e expansão dos beneditinos beuronenses até a chegada ao Brasil, assim como essas características do processo histórico beneditino se manifestou na imprensa brasileira.

Abordadas as questões contextuais no primeiro capítulo, adentramos na segunda parte, ou seja, no segundo capítulo, com os relatos diários da tiragem do mês de março de 1903 do jornal *Correio da Manhã*. O capítulo intitulado “A *Questão Fradesca* na imprensa” inicia-se com a tiragem diária do jornal, que continha textos que se mostram bastante específicos em relação à problemática aqui em estudo. O cruzamento de informações com o *Correio da Manhã*

---

<sup>21</sup> YANG. *A pintura beuronense na Basílica do Mosteiro Beneditino de São Paulo*; 1914-1922. 2016.

se faz de extrema importância na pesquisa, ao dar um acesso a comentários diários que detalhavam certos acontecimentos, como os *meetings*, e informações das tramitações do processo no âmbito jurídico, diferente das revistas ilustradas, embora não menos importantes; o espaçamento do tempo de publicação já chegava com as notícias atreladas a contextos nem sempre aprofundados nas partes textuais.

Buscamos todas as edições do mês de maio de 1903, inclusive, edições de semanas anteriores e, também, dos meses seguintes. Entretanto, dado ao nosso recorte, optamos por especificar o mês de maio, visto que foi o período em que diariamente se abordou a *questão fradesca*. A busca foi feita no *site* da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (RJ), onde foi possível, através de *downloads*, encontrar as edições em formato PDF. Com isso, utilizamos as informações apresentadas no *Correio da Manhã*, para subsidiar as informações apresentadas n' *O Malho* e na *Tagarela*. O cruzamento de fontes se fez necessário, ainda, dada à falta de trabalhos que abordassem especificamente esta questão que aqui chamamos de *questão fradesca*. Por isso, alinhamos as informações que conseguimos extrair de trabalhos sobre os beneditinos no Brasil, com as informações coletadas do jornal, bem como das revistas, para assim termos a possibilidade de discorrermos sobre o tema.

Apresentamos em seguida um panorama geral das revistas ilustradas e como se constituíram como um símbolo de modernidade da imprensa e abriram espaço para o surgimento do humor ilustrado e, também, das revistas estudadas, *O Malho* e *Tagarela*. Das revistas que tiveram ocorrência de circulação em 1903, encontramos *O Malho*, *Tagarela*, *A Rua do Ouvidor*, *Revista da Semana* e *A Avenida*. Dessas revistas, d' *A Rua do Ouvidor* foi possível encontrar exemplares disponíveis entre 1903 e 1904, no *site* da Casa de Rui Barbosa, entretanto eles não nos apresentaram charges da *questão fradesca*, tampouco era uma revista voltada para a ilustração; e *A Avenida* não foi encontrada em nenhum banco de dados. Através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, tivemos acesso à *Revista da Semana*, o que era uma esperança, por ser uma revista ilustrada, inclusive com charges de Raul Pederneiras. Entretanto, era uma revista majoritariamente fotográfica, com poucas ilustrações e, embora tivesse algumas charges de Pederneiras, nenhuma que abordasse diretamente a *questão dos frades* do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Por meio do acesso a esses periódicos, percebemos que a modernidade temática e visual era não só a marca de um novo senso estético, mas também um avanço tecnológico nos meios de impressão. Portanto, para acompanhar a existência das revistas, não era preciso apenas os avanços técnicos, era necessário também ter um posicionamento condizente com a modernidade

a que chegaram e um posicionamento que se dizia crítico representava isso. Então, as revistas ilustradas se valiam do humor para firmar vários posicionamentos, desde questões do cotidiano a questões abordadas pela imprensa global. Em resumo, eram umas revistas de variedades que não apenas tratavam de política, mas apresentavam ao leitor música, cotidiano, arte e comentários dos últimos acontecimentos da sociedade.

Adiante, abordamos o humor típico da *Belle Époque*, marcado na virada do século XIX, sobretudo no Brasil, com o advento da República. Neste tópico, é necessário expor como o humor na imprensa brasileira se deu entre o sério e o cômico, e expunha as contradições e particularidades dessa vida social, que eclodia diversas temporalidades, montando-se no registro cômico que meandrava as contradições sociais. Para isso ser possível, abordamos também questões sociais da cidade do Rio de Janeiro, haja visto que o cenário urbano era o grande local de acontecimentos das cenas que se manifestavam no humor. A vida da cidade, acima de tudo, estava no humor do início do século XX. Era um humor que, ao mesmo tempo em que os valores morais eram exaltados, utilizava-se de um suposto desprendimento moral para se referir à vida cotidiana, sobretudo, a vida política. Juntamente a isso, o humor ilustrado era um dos grandes protagonistas dessa crítica social da imprensa humorística e foi através dela que autores e desenhistas firmaram seu posicionamento.

Em seguida, procuramos expor a participação do artista Raul Pederneiras na imprensa, sua trajetória e influência, mostrando também seu papel de intelectual. A imprensa da época retratava diversos grupos sociais, em uma cidade em constante transformação. Enfatizamos que esse artista tinha uma importante participação na sociedade, uma vez que não ficou responsável apenas pelas atribuições gráficas que lhes fizeram fama, mas também tinha atuações administrativas e chegou a participar na criação de demais revistas, como *O Tico-Tico*, uma revista pertencente ao grupo editorial responsável pela revista *O Malho*, porém, destinada ao público infantil.

Junto a isso, expomos como a caricatura cumpriu um importante papel na imprensa brasileira, sendo este o momento em que finalizamos o segundo capítulo. Não defendemos uma diferenciação substancial entre charge e caricatura, mas, sim, entendemos a caricatura como um elemento pertencente à charge, parte fundamental desta, em nosso caso. Nós a definimos, assim, devido ao fato de nossos objetos de análise partirem sempre da imagem de pessoas, sendo elas figuras públicas do cotidiano carioca, como os frades nelas representados. A caricatura, ainda que tenha o objetivo de representar comicamente pessoas, não se restringe apenas a pessoas conhecidas, sendo também possível sua utilização como elemento de uma charge. Autores que

trabalharam a fundo a relação de charge e humor na imprensa, como Tânia Regina de Luca<sup>22</sup>, Herman Lima<sup>23</sup> e Marcos A. da Silva<sup>24</sup>, nos subsidiam nestas reflexões. Dado ao fato de a nossa formação vir das Artes Visuais, é necessária uma discussão acerca dos aspectos técnicos do desenho enquanto linguagem. Tal abordagem parte de se pensar o desenho enquanto manifestação visual e artística, com opções estéticas que combinadas nos permitem a visualização de uma obra de arte ou seu caminho artístico a ser seguido.

Por fim, a terceira parte, isto é, o terceiro capítulo, no qual fazemos “A análise das charges nas revistas *O Malho* e *Tagarela*”, extraindo através de suas composições os aspectos que reforçaram o posicionamento dessas revistas perante à *questão envolvendo os frades beneditinos*. Tais análises tomam as ilustrações enquanto produtos artísticos presentes na imprensa como divulgadoras de discursos que ajudavam a firmar, na população, uma repelência para com os monges beneditinos. Procuramos, com isso, apresentar como as representações dos frades se ligam aos seus aspectos históricos, bem como as imagens se alinham às discussões aqui levantadas. Seguimos com uma leitura formal da composição das imagens, pensando como o artista trabalhou as formas, retomando questões que se manifestaram na imprensa, sendo possível perceber também, através dos relatos que colocamos pelo *Correio da Manhã*, como as imagens se ligavam ao que se dizia nas crônicas das revistas. As nove imagens com a *questão fradesca* são separadas por periódicos e organizadas cronologicamente com a data de publicação.

As charges escolhidas foram assinadas por Raul Pederneiras, um dos artistas mais relevantes pertencentes à classe jornalística de seu tempo, conforme vimos destacando, sendo alguém que circulou em diversos grupos sociais cariocas. No contexto do conflito político gerado pela disputa da administração do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, a ocorrência de charges nas revistas *O Malho* e *Tagarela* não se manifesta apenas no interior das edições, mas também como capa, o que nos mostra que esse problema chacoalhou a opinião pública. Nesse período, foram publicadas diversas charges que abordaram a disputa do Mosteiro e que se enquadrariam de alguma forma nas análises pretendidas. Contudo, a seleção é feita priorizando imagens que são bem específicas sobre a *questão fradesca* e que tenham relação direta com os motivos institucionais, seja a disputa no campo jurídico, sejam as proibições de

---

<sup>22</sup> LUCA. “A Revista do Brasil (1916-1925) - na história da imprensa”. 1996.

<sup>23</sup> LIMA, 1963.

<sup>24</sup> SILVA, 1990.

comícios que faziam oposição à presença dos frades no Largo do São Francisco.

Além disso, um dos critérios para a escolha é a recorrência de, no mínimo, dois personagens, para uma melhor análise e embasamento dos códigos visuais presentes, não se fechando exclusivamente nas figuras dos frades, estendendo-se para demais elementos que fazem parte da composição. Com isso, é possível não só trabalhar as diferenciações, mas também perceber que demais figuras e elementos da vida pública carioca não escaparam das interpretações e abordagem humorística dos artistas. Tais charges nos apresentam situações cotidianas representando beneditinos entre si e com demais figuras humanas, tanto pessoas anônimas, quanto figuras importantes do poder público carioca, em 1903.

Seguindo, por fim, consideramos importante fechar o capítulo apresentando como a forma no desenho se constrói. Pensamos que, após a leitura das imagens, é interessante situar o funcionamento do desenho nas charges, que se valem de recursos que criam um universo próprio, através da utilização da forma e de códigos que garantem esta “ilusão de vida”. Para compreender como as charges se inserem na linguagem das histórias em quadrinhos, apoiamos na reflexão de Mikhail Bakhtin<sup>25</sup> sobre o grotesco e seu pensamento acerca do corpo, que se apoia no limite corporal das representações, com a anulação de características em detrimento de outras que evidenciam os aspectos tidos como repulsivos do corpo. Sendo os frades retratados em sua maioria como pessoas obesas ou magras excessivamente, percebemos atribuições como “preguiçosos” ou “folgados”, que são explicadas nas análises das charges.

Então, entender todo esse percurso traçado nos permite avaliar como a charge, enquanto evidência histórica, nos apresenta uma série de fatores que foram bastante influentes neste período específico, isto é, no ano de 1903, sobretudo em relação à presença de pessoas colocadas como “indesejáveis”. Aprender tais aspectos sociais, através das imagens e dos textos que a acompanham, permite-nos conhecer mais a história do Brasil à época e, apoiados no humor e na ironia, demonstrarmos como podemos contribuir para a historiografia.

---

<sup>25</sup> BAKHTIN. *A cultura popular na Idade Média e Renascimento: O contexto de François Rabelais*. 2010.

## CAPÍTULO 1

### O CONTEXTO HISTÓRICO BENEDITINO

#### 1.1 Ordem de São Bento e Antecedentes

A Ordem de São Bento foi fundada em 529 d.C., com base nos princípios monacais de Bento, jovem provinciano de Núrsia, de família nobre, estabelecendo sua primeira comunidade em Monte Cassino. A Ordem de São Bento parte dos pressupostos da vida monastical e ocupa-se em estabelecer a regra de vida dos cenobitas, do latim *cenobium*, isto é, o monge que vive em comunidade, os mais fortes das espécies dos monges, que militam sob a Regra e o Abade<sup>26</sup> – não restrito ao cristianismo – com a convivência em comum, este, o dado primordial do cenobitismo, o de seguir uma vida em isolamento, regida sob a obediência, temor a Deus, trabalho intelectual e oração<sup>27</sup>. É sabido que o isolamento como forma de aproximação do divino é uma prática que não se restringe aos cristãos, podendo ser encontrada em tradições monásticas nas mais variadas religiões que se estendem por todo o Oriente desde a era pré-cristã. Nas palavras de Geraldo Coelho Dias,

O monaquismo é, na Igreja Católica, um movimento ascético-espiritual com origens no Médio Oriente: Egipto, Palestina, Síria e Capadócia. Foi lá que foram beber inspiração e ânimo S. Jerónimo e João Cassiano. Este último foi, deveras, influente para o monaquismo ocidental, que, na Península Ibérica, possivelmente, fora cultivado por Prisciliano e até por mulheres, como Egéria, natural da Galécia e «*mulier curiosa*», como ela se define, a qual deixou uma obra célebre de viagens pela Terra Santa, a «*Peregrinatio Egeriae*»<sup>28</sup>.

A Bento, o “patriarca dos monges ocidentais”, é atribuída a autoria da Regra escrita no século VI, isto é, as regras do monaquismo beneditino, partindo dos preceitos de sua própria vida, devoção e trabalho, “*ora et labora*”. A Regra é fruto de anos da prática religiosa e se compõe em setenta e três capítulos, que, ainda que se adaptam às circunstâncias locais de cada mosteiro, se mantêm como essenciais para a vida monástica em Bento. De acordo com Vincent

---

<sup>26</sup> REGRA DE SÃO BENTO, 2006. Disponível em [https://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0480-0547,\\_Benedictus\\_Nursinus,\\_Regra\\_Monastica,\\_PT.pdf](https://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0480-0547,_Benedictus_Nursinus,_Regra_Monastica,_PT.pdf), acesso em 10 abr. 2020.

<sup>27</sup> NESMY. *São Bento e a Vida Monástica*. 1962.

<sup>28</sup> DIAS. *Quando monges eram uma civilização*. 2011, p. 151.

Ver também: EGÉRIA. *Viagem do Ocidente à Terra Santa no século IV*. 1998; EGÉRIA. *Peregrinações aos Lugares Santos do Médio Oriente (do ano 381 ao ano 384)*. 1999.

de Paul Campbell<sup>29</sup>, ainda que não haja certezas de que foi escrita espontaneamente por Bento de Núrsia, a Regra se faz como um compilado de maneira moderada, que se coloca como uma completa expressão da vida monástica<sup>30</sup>. Maria Hermínia Hernandez, seguindo nesse sentido, coloca que Bento era um conhecedor de diversas regras monásticas, construindo uma Regra rígida que visualizava o mosteiro e a vida em comunidade monástica como o “núcleo de tudo”, entretanto, essa concepção não era original de Bento<sup>31</sup>.

A Regra é lida como a verdade para aqueles que servem a Deus através da vida monacal beneditina e não se limita apenas a um modelo comportamental do cenobita, é utilizada também como um sistema legislativo e instrumento civilizatório, distribuindo os recursos e os cargos nas comunidades monásticas e, ainda, penalidades<sup>32</sup>. O mosteiro deve ser a residência do monge, que renuncia às próprias vontades e, partindo para o exílio, deve deixar de existir para as demais pessoas, para o mundo secular, em completa imersão, dispondo de um único objetivo em prol do recebimento e trabalho para o divino. O Abade deve ser digno da presidência do mosteiro, sem esquecer-se jamais dos preceitos que determinam suas ações.

É quem “crê [...] que no mosteiro ele faz as vezes de cristo, pois é chamado pelo mesmo cognome, Abba, o pai”<sup>33</sup>, o que pode ser encontrado em Apóstolo Paulo: “Recebestes o espírito de adoção de filhos, no qual clamamos: Abba, Pai”<sup>34</sup>. O Abade então cumpre a tarefa de cuidar do restante das vidas que habitam o mosteiro e conseqüentemente da sua organização:

Portanto, quando alguém recebe o nome de Abade, deve presidir a seus discípulos usando de uma dupla doutrina, isto é, apresente as coisas boas e santas mais pelas ações do que pelas palavras, de modo que aos discípulos capazes de entendê-las proponha os mandamentos do Senhor por palavras e aos duros de coração e aos mais simples mostre os preceitos divinos pelas próprias ações. Assim, tudo quanto ensinar aos discípulos como sendo nocivo, indique pela sua maneira de agir que não se deve praticar, a fim de que, pregando aos outros, não se torne ele próprio réprobo, e Deus não lhe diga um dia como a um pecador:

*“Por que narras as minhas leis e anuncias o meu testamento pela tua boca?  
Tu que odiaste a disciplina e atiraste para trás de ti as minhas palavras”.*

*Salmo 49, 16-17<sup>35</sup>*

---

<sup>29</sup> CAMPBELL. *Benedictine Monachism and its Contribution to Past and Present*. 1942, p. 15.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>31</sup> HERNANDEZ. *A administração dos bens temporais da Arquibadia de São Sebastião da Bahia*. 2005, p. 37.

<sup>32</sup> SOUZA. “A Ordem de São Bento e o governo: acordos e conflitos na Corte Imperial”. 2011, p. 34.

<sup>33</sup> REGRA DE SÃO BENTO, 2006, p. 23.

<sup>34</sup> BÍBLIA – “Romanos” 8, 15.

<sup>35</sup> REGRA DE SÃO BENTO, 2006, p. 24.

De acordo com Campbell, a estrutura social dos mosteiros baseava-se nas famílias da Roma Antiga e, por assim dizer, a perpetuação dessa ideia de estrutura ao longo dos séculos muito se deu graças à comunidade beneditina, responsável por manter sua estrutura familiar nos mosteiros baseando-se nessas famílias romanas. Assim como as *Paterfamilias*, a organização interna se fazia como grandes famílias romanas que, para além da família nuclear, abrangiam não só os descendentes, mas também trabalhadores escravizados, trabalhadores, e demais pessoas que se estabeleciam nas dependências das casas. Campbell ainda relembra a existência desse preceito no Antigo Testamento<sup>36</sup>.

Assim, é possível concluir que o Abade, sob o regulamento da Regra, assume-se como a figura paterna do mosteiro e não deve distinguir das pessoas que habitam as dependências do local e, segundo a Regra, é somente feita a distinção à pessoa que se mostrar melhor “nas boas ações e obediência”<sup>37</sup>. O Abade tem a obrigação de, quando realizadas tarefas importantes, fazer a convocação junto à comunidade monástica, assumindo sob a Regra as responsabilidades que lhe são atribuídas com dedicação e prudência, às quais o restante da comunidade monacal deve obediência.

Destacamos, sobretudo a figura do Abade, que terá importância no decorrer da pesquisa, uma vez que os conflitos expostos à frente terão relação direta com esses membros da Ordem e as consequências impostas pela Regra de São Bento. Não é para menos: para as decisões importantes dos mosteiros é realizado o Capítulo Geral, isto é, assembleias trienais que, junto aos membros eclesiais da Congregação e o Abade Geral, tinham como função determinar ordenações importantes, bem como a eleição dos abades. Georges Duby e Phillipe Ariès, a partir de análise da vida privada na França feudal, dispõem que as casas beneditinas, isto é, os mosteiros, pretendiam ser as moradas paradisíacas, em outras palavras, o paraíso em terra, o “privado exemplar”, com organização ideal. Nas próprias palavras dos autores,

podia-se ver com estes olhos, na terra, réplicas da morada paradisíaca. Eram os mosteiros beneditinos, que pretendiam ser sua projeção neste mundo, a uma só vez suas antecâmaras e suas prefigurações. Consequentemente, eles se apresentavam como cidades fechadas. Muros em primeiro lugar, um ‘claustro’ (*claustrum*), cujo acesso devia ser estritamente controlado, uma única porta, aberta ou fechada em certas horas como a porta das cidades, e a importância maior de uma função, a hotelaria, governando toda a relação entre o interno e o externo. Contudo, os mosteiros eram em primeiro lugar casas, cada uma abrigando sua ‘família’, e as mais perfeitas com efeito, as mais bem

---

<sup>36</sup> CAMPBELL, 1942, p. 21.

<sup>37</sup> REGRA DE SÃO BENTO, 2006, p. 26.

ordenadas: de um lado, desde o século IX, os mais abundantes recursos convergiam para a instituição monástica, levando-a aos postos avançados do progresso cultural; do outro, tudo ali se encontrava organizado em função de um projeto de perfeição, nítido, bem estabelecido, rigorosamente medido, a regra de São Bento. Como, além disso, nenhuma casa nos é mais bem conhecida do que estas, cujas ordenações internas são esclarecidas por muitos documentos explícitos, parecem de bom método prosseguir por seu exame a investigação sobre as maneiras de se comportar junto no espaço privado dos ricos.<sup>38</sup>

Parte do trabalho dos monges beneditinos é se ocupar em perpetuar a tradição da produção e conservação bibliográfica, o que os torna possuidores de raridades e manuscritos, tendo a editoração ocupado um espaço importante na vida monacal desde os tempos medievais<sup>39</sup>. Isso pode ser assim atribuído, devido às práticas de leitura e experiências de escrita dos beneditinos, nas quais a leitura se fazia obrigatória durante os sete dias da semana, sendo praticada durante as orações pelo leitor, que a realizava em jejum, e se alimentaria posteriormente com os serventes e os semanários da cozinha. Essa prática, associada à prática do trabalho, evitava a ociosidade do monge, e o mantinha em foco ao alcance da graça divina<sup>40</sup>. A editoração, que se inicia por copistas de modo sistematizado, e por Bento no Mosteiro de Monte Cassino em 529 d.C., seguiria algumas regras de transcrição e ortografia, que perduraram por séculos<sup>41</sup>.

Seguidos os anos, a Ordem de Cluny teve uma influência fundamental para o monaquismo no Ocidente, sendo que uma grande parte da tradição monástica se deve ao clunienses. A Abadia de Cluny (França) teve seu início em 11 de setembro de 909, através de uma doação de terras pelo Conde Guilherme de Aquitânia, “o piedoso”, sob a proteção do papado, mas ainda livre para a eleição de seus abades<sup>42</sup>. Como introduz Dias<sup>43</sup>, a Abadia de Cluny contou apenas com seis abades, e quatro deles vieram a se tornar santos canonizados, sendo eles Odão, Odilão, Máiole e Hugo. O tamanho da Ordem de Cluny era considerável, contava com 400 monges e cerca de 2000 casas, o que ampliava sua influência. Além do mais, sua posição geográfica entre a França e Alemanha facilitava o trânsito, devido à sua localização no eixo do continente europeu<sup>44</sup>. Outro fator que se atribui ao destaque da Abadia de Cluny é a

---

<sup>38</sup> DUBY; ARIÈS. *História da vida privada: da Europa Feudal à Renascença*. 2009, p. 55.

<sup>39</sup> LOSE *et al.* *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia*: edição diplomática e estudo filológico. 2009, p. 19.

<sup>40</sup> REGRA DE SÃO BENTO, 2006, p. 71.

<sup>41</sup> LOSE *et al.*, op. cit., p. 17.

<sup>42</sup> SOUZA, 2011, p. 34.

<sup>43</sup> DIAS, 2011.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 123.

sua organização administrativa e monástica, isto é, a Congregação de Cluny era responsável por cinco priorados, sob observância do Mosteiro de Cluny, sendo as casas dispostas na França, Inglaterra e Portugal. Não obstante, os clunienses praticavam as permutas de favores com a nobreza em troca de receber terras, dinheiro e bens<sup>45</sup>.

É possível perceber, desde então, que a relação dos monges beneditinos com a nobreza, inclusive ocupando cargos e vinculação com o poder local, já se fazia presente. Souza<sup>46</sup> também situa que essa proximidade dos monges com a nobreza se dava desde os primórdios, uma vez que exerceram tarefas de conselheiros, além da recepção de dependências que foram fundamentais para a consolidação de alguma comunidade monástica. Lester K. Little<sup>47</sup> expõe que o imaginário acerca dos monges encapuzados, predominantemente em fileiras ocupando salões de igrejas e emitindo cantigas a uma só voz, foi consolidado entre os séculos VIII e XII, período considerado de ouro para o monaquismo no Ocidente. Devido a essa imagem, com a utilização de hábito preto<sup>48</sup>, ficaram conhecidos como “monges negros”.

Até o Concílio de Trento (1545-1563), a vida monástica transcorreu instável por alguns momentos, enfrentando situações turbulentas institucionais e disciplinares, sobretudo no período da Reforma Protestante que, como coloca Dias, criticava o monaquismo fortemente. Ainda que as congregações encontrassem algum terreno fértil para expansão, congregações tidas como importantes sucumbiram às movimentações da Reforma Protestante, como foi o caso do Mosteiro de Bursfeld na Alemanha, que teve uma função importante na reforma beneditina alemã<sup>49</sup>. Entretanto, é após as reformas discutidas no Concílio de Trento que muito se mudaria e a Igreja seria colocada em uma situação de incerteza, diferentemente de como caminhava por séculos, praticamente intocada. A situação mudaria radicalmente após as reformas no século XIX, em que a Igreja não se faz mais como uma força política do Estado, mas, sim, passa a disputar espaço, quando tais reformas estabelecem a laicidade dos governos na maioria dos países europeus e americanos<sup>50</sup>.

Em Portugal, de acordo com Jesanias Rodrigues de Lima, o cronista beneditino Dom José Lohr Endres explica, em seu livro *A Ordem de São Bento no Brasil enquanto província 1582-1827*, que a Ordem e a Santa Regra foram introduzidas em Portugal entre os anos de 537

---

<sup>45</sup> DIAS, 2011.

<sup>46</sup> SOUZA, 2011, p. 35.

<sup>47</sup> LITTLE apud SOUZA, ibidem.

<sup>48</sup> HARVEY apud SOUZA, ibid., p. 34.

<sup>49</sup> DIAS, op. cit.

<sup>50</sup> JEDIN. *The Church in the Industrial Age (History of the Church)*. 1981.

a 540, período em que Bento de Núrsia se encontrava vivo<sup>51</sup>. Entretanto, segundo Dias<sup>52</sup>, podemos observar que, enquanto uma Congregação instituída em território português, o início das congregações ocorreu de maneira conturbada praticamente mil anos mais tarde, muito devido ao Papa Pio V, juntamente com o empenho de Dom Sebastião, o rei. Dois monges de Monserrat (Catalunha), Frei Pedro de Chaves e Plácido Vilalobos, se direcionariam a Santo Tirso até 1562 para o início da reforma do Mosteiro de Santo Tirso.

Os tempos eram pouco animadores para a reforma geral dos beneditinos, contudo, graças à bula *Eximiae devotionis*, do Papa Pio IV, em 01 de fevereiro de 1562, o rei Dom Sebastião conseguiu a possibilidade do padroado dos mosteiros beneditinos de Portugal, ou seja, a possibilidade de oferecer benefícios à instituição, vindo em seguida, graças à *Ex proximis litteris* em 1562, no dia 12 de abril, a faculdade de ordenar visitas e correção dos mosteiros para os reformadores. Em linhas gerais, o padroado consistia em uma prática recorrente em se tratando da relação entre Coroa e Igreja, onde a Igreja e Rei recebiam mutuamente diversas regalias e trocas, sendo a Coroa responsável por conceder terras e auxílio na construção de igrejas, bem como a mesma era agraciada com privilégios do Papa. A Igreja, sobretudo a lusitana, operou fortemente sob a lógica do padroado. Igreja e Estado se ligaram com a finalidade da promoção do catolicismo além-mar, e seus papéis se entrelaçavam na formação e organização do Brasil Colônia, uma vez que as instituições, ainda que distintas, ligavam-se uma à outra, visto que, sendo o catolicismo a religião do Estado, os membros da sociedade consequentemente eram católicos<sup>53</sup>.

Em razão de uma série de movimentações, como a convocação de monges da Congregação de Valladolid, sendo eles Frei Allonso de Zorilla e Juan de Guzmán para visitação, foi possível que se expusesse a situação decadente dos mosteiros portugueses dada à inflexibilidade acerca de reformas, que, mesmo com as mortes por causas naturais dos membros, não aceitavam noviços. Com isso, através de bulas de reformas concedidas pelo Papa Pio V, os mosteiros reformáveis se integravam numa congregação, sendo a sede do Abade Geral no Mosteiro de Tibães, em 1566, dando início à Congregação Portuguesa dos Monges

---

<sup>51</sup> LIMA. *SER MONGE BENEDITINO NA AMÉRICA PORTUGUESA: A Ordem de São Bento na Capitania de Pernambuco* (C.1592 - C.1654). 2019, p. 69.

<sup>52</sup> DIAS, 2011.

<sup>53</sup> FAUSTO. *História do Brasil*. 1995, p. 60.

Benedictinos. A bula *Regimini Universalis Ecclesiae*, em 13 de maio de 1567, corrigiu e estabeleceu a duração de três anos dos abades, que antes ocorria de forma vitalícia<sup>54</sup>.

De acordo com Souza<sup>55</sup>, a expansão das ordens religiosas, sobretudo com Filipe II, foi de significativa importância, uma vez que as instituições católicas que vieram a se fixar no Brasil, em sua regência, prestariam serviços corroborando as decisões estabelecidas nas Cortes. Em concordância com Silvana Assis Freitas Pitillo, vale lembrar que essa união entre Estado e Igreja foi bastante intensa na América Portuguesa e, melhor dizendo, foi crucial para a expansão de ambos, sendo marcada pela ligação e ação conjuntas com a utilização de-mão-de obra indígena e cativa de maneira compulsória, nas palavras da autora, “expropriando as riquezas da terra”<sup>56</sup>.

## 1.2 O monaquismo beneditino em terras brasileiras

A Ordem de São Bento se estabeleceu no Brasil nos primeiros noventa anos da ocupação dos portugueses em solo brasileiro. O interesse pela fundação de mosteiros além-mar se justificava pela presença de pessoas passíveis de conversão e da existência de devotos. Com a prerrogativa da expansão, trabalhava-se com um determinado modelo que se construía com a parceria entre Igreja e Coroa, garantindo, com isso, a expansão da Igreja e a reafirmação do poder real<sup>57</sup>. Além desse detalhe, atribui-se, nos relatos, uma suposta insistência da população local para que se levasse a cabo a criação de um mosteiro em terras ultramar.

Com o Capítulo Geral da Congregação Lusitana da Ordem de São Bento, aconteceu a aprovação da fundação de um mosteiro na cidade de São Salvador da Bahia, sendo este um dos primeiros mosteiros fundados fora da Europa<sup>58</sup>. Em 1581, em Salvador, na Bahia de Todos os Santos, a comitiva liderada por Frei Antonio Ventura Latrão se encarrega da criação de um mosteiro de São Bento em território brasileiro<sup>59</sup>. Durante os anos seguintes, em 1584, o Mosteiro fundado eleva-se à condição de Abadia, ficando então popularmente conhecido como o Mosteiro de São Bento da Bahia.

---

<sup>54</sup> DIAS, 2011, p. 167-169.

<sup>55</sup> SOUZA, 2011, p. 52-53.

<sup>56</sup> PITILLO. *Os Salesianos no Brasil: uma visão histórico-reflexiva de um discurso universalizante inconsistente*. 2017, p. 73.

<sup>57</sup> SOUZA, op. cit., p. 52.

<sup>58</sup> LOSE *et al*, 2009, p.18.

<sup>59</sup> SOUZA, op. cit., p. 58.

As atividades seguiam de forma gradativa, pautadas pela Regra, com a colaboração de benfeitores juntamente com o trabalho dos monges, que se estruturavam e se definiam de acordo com tal trabalho, seguindo os preceitos do labor e oração. Além disso, com a necessidade de expansão, monges pertencentes ao Mosteiro da Bahia saem em cumprimento de demais solicitações, por parte da população, por novos mosteiros e com isso são criados os mosteiros em Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo, ainda nas últimas décadas do século XVI<sup>60</sup>. De acordo com relato no *Dietário* do Mosteiro da Bahia, durante a ocupação holandesa em 1624, o Mosteiro foi transformado em quartel militar holandês, e nele há o relato de danificações e saques do patrimônio obrigando os monges a se refugiarem nos engenhos do Recôncavo até que os holandeses se retiraram do território.

No século seguinte, o Mosteiro abrigaria enfermos devido a uma peste que assolara a cidade<sup>61</sup>. Não apenas na Bahia, mas os demais mosteiros na região Nordeste estiveram sob investida holandesa, como os mosteiros em Olinda e na Paraíba, bem como propriedades pertencentes a esses mosteiros, que se encontraram em estado de degradação<sup>62</sup>. Embora fosse praticada a lógica do padroado, a Coroa portuguesa pouco auxiliou financeiramente a presença dos beneditinos no Brasil, o que mostrava a falta de dependência entre a Igreja e o padroado, obrigando os mosteiros a seguirem uma vida de mendicância, adquirindo terras por meio de doações nas quais serviam com serviços sacerdotais<sup>63</sup>. Com isso, indo ao encontro de Souza<sup>64</sup>, o autor elucida que a montagem de fazendas e engenhos se fazia com a finalidade do sustento da Ordem. O que facilitou bastante o levantamento de fazendas é o fato de as doações de terras já virem com todo o aparato de um engenho montado, não tendo a necessidade de os beneditinos arcarem com o custo da montagem dessas fazendas, que era alto, uma vez que era necessária a aquisição de animais, trabalhadores cativos e metais<sup>65</sup>.

De acordo com Dom Mauro Maia Fragoso<sup>66</sup>, ainda que, de princípio, os beneditinos despendessem de empenho para transpor o sistema cultural europeu para o Brasil, a falta de mão-de-obra no continente era um obstáculo, o que obrigou os monges à utilização da mão-de-obra cativa desde os primórdios da ocupação beneditina em solo brasileiro. Fragoso atribui esse

---

<sup>60</sup> LOSE *et al*, 2009, p. 20.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>62</sup> LUNA. *Os monges beneditinos no Brasil: esboço histórico*. 1997, p. 193.

<sup>63</sup> SOUZA, 2011, p. 56.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>66</sup> FRAGOSO. *A Arte de Antônio Teles, Escravo e Mestre Pintor Setecentista, no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. 2011.

aspecto à falta de desenvolvimento da sociedade colonial, o que conseqüentemente não dispunha de uma leva suficiente para a vida monástica, ainda mais com as proibições de ingressos de noviços nas ordens, no período de vigência de Marquês de Pombal<sup>67</sup>.

Entretanto, em linhas gerais, de acordo com Pitillo, ainda que dividisse opiniões entre os membros do clero, a Igreja Católica no Brasil justificava a utilização de cativos a partir do estatuto jurídico que os definia como propriedade privada<sup>68</sup>. Segundo Pitillo, a Igreja, juntamente com a Coroa, por mais que se opusesse ao trabalho indígena, apoiava a escravidão, defendendo inclusive a tese bíblica do pecado. Dom Michael Emílio Scherer<sup>69</sup>, dentre outros autores, por vezes realça a capacidade de os monges beneditinos oferecerem tratamentos mais dignos aos cativos que detinham; todavia, Carvalho<sup>70</sup> situa-nos a respeito da característica do cristianismo luso-brasileiro, que não se opôs à escravidão.

Isso corrobora a cumplicidade da Igreja enquanto instituição também ser uma força na mentalidade de dominação sobre grupos e povos, uma vez que existia o fato da impossibilidade de se ter membros religiosos que não seguissem as leis da pureza de sangue, tampouco de famílias que não fossem da nobreza, como mestiços e de sangue judaico<sup>71</sup>. Tais informações servem de contraponto para a propaganda de suposta “justiça-social” atribuída aos beneditinos em relação à utilização de trabalhadores escravos.

É comum ver diversos autores de dentro da Ordem demarcarem que os cativos pertencentes aos mosteiros beneditinos recebiam tratamentos considerados humanitários, mais dignos, ainda que esses mesmos exponham evidências claras da utilização dos padrões de poder fornecidos pela Coroa, como é o caso da entrada dos beneditinos nas ações missionárias, aproveitando-se das movimentações ao interior do Brasil, cumprindo a função de capelães<sup>72</sup>.

Ao longo do tempo, a Ordem adquiriu diversos bens, como casas, terras e capelas, o que gradativamente fazia com que a Ordem de São Bento se tornasse mais independente da Corte portuguesa com essas propriedades adquiridas, chamadas de “propriedades rústicas”, isto é, propriedades compostas por imóvel e terreno destinadas à prática da agricultura ou pecuária. Tais aquisições, juntamente com a construção e recebimento de fazendas e engenhos, forneciam

---

<sup>67</sup> FRAGOSO, 2011, p. 13-14.

<sup>68</sup> PITILLO, 2017, p. 82.

<sup>69</sup> SCHERER. *Frei Domingos da Transfiguração Machado*. 1980, p. 34.

<sup>70</sup> CARVALHO, 1998 apud PITILLO, op. cit., p. 85.

<sup>71</sup> DIAS, 2011, p. 238.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 238.

recursos aos monges, que expandiam cada vez mais seu território, gerando assim renda proveniente da produção de matérias-primas e arrendamentos de terras.

A Ordem Beneditina na América Portuguesa teve como uma de suas características o estabelecimento de um vasto patrimônio, desde o início dos tempos da sua ocupação no século XVI em território brasileiro, vinculando sua participação na sociedade com aluguéis em áreas urbanas, produção agrícola e trabalhadores cativos<sup>73</sup>. Não apenas, mas as doações de terras a mosteiros ampliavam seu papel, cumpriam, inclusive, um papel social de preservação de memória de famílias pertencentes à elite<sup>74</sup>. Grandes doações realizadas por membros da sociedade da Colônia ajudavam, com isso, a avolumar o patrimônio da Ordem em território brasileiro. Entretanto, tais práticas não se mostraram exclusivas da Ordem religiosa dos beneditinos, existindo também em outras irmandades da prática monástica e eclesiástica.

A conformidade entre membros da elite e da comunidade eclesiástica local não apenas se documentava através de doações registradas, mas também com as atas de batismos. Nessas atas, é possível ver os apadrinhamentos realizados, afirmando o poder da elite local, o que as torna uma potente fonte para os historiadores<sup>75</sup>. Porém, os beneditinos já tinham essa tradição de receber doações da nobreza, tradição que se perpetuava de séculos, como citado anteriormente sobre o caso da Abadia de Cluny<sup>76</sup>. Essas relações de “trocas” foram fundamentais para a ampliação da influência social dos beneditinos, que exerceram uma influência diretamente na configuração da cidade, como já vimos em relação à formação da Ordem em território europeu<sup>77</sup>. Entretanto, esse poderio patrimonial e econômico adquirido ao longo do tempo era o motor de uma autonomia que, paralelamente ao Estado, prestava serviços à população.

Diante disso, o representante real, Marquês de Pombal, em 1759, interviu no poder eclesiástico com a finalidade de reduzir a influência que esse contingente religioso exercia sobre a jurisdição administrativa. O motivo se justificava pelo interesse da redução do poder dos religiosos, a fim de manter o poder português, assim promovendo uma reforma, com a expulsão de jesuítas, primeiramente em regiões limítrofes, como na capitania do Grão-Pará e,

---

<sup>73</sup> SOUZA, 2011, p. 62.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 64-65.

<sup>75</sup> Ver VENÂNCIO; SOUSA; PEREIRA. “O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII”. 2006.

<sup>76</sup> SOUZA, op. cit., p. 60.

<sup>77</sup> PACHECO. “Da crise emerge a construção de um empreendimento: apontamentos históricos a realização da missão Rio Branco ao interior da Amazônia (1871-1907)”. 2013, p. 2.

posteriormente, no restante das colônias portuguesas<sup>78 79</sup>. Esse vasto patrimônio da Ordem Beneditina era com certeza visado por membros da própria Igreja e por pessoas da administração pública. Como já dissemos, seria cobiçado por agentes sociais que tinham como objetivo reduzir o poderio das instituições religiosas, a fim de capitalizar os bens da Ordem, com o subterfúgio da reforma dos mosteiros.

Dentre os percalços que dificultaram a vida dos beneditinos, a secularização dos mosteiros no Brasil, isto é, o esvaziamento do caráter religioso, caminhava de uma maneira diferente de como ocorria em território europeu, tendo relações não apenas com determinações legais, que proibiam a entrada de noviços, mas também questões internas inerentes à prática religiosa. A partir disso, com a forte diminuição da participação e usufruto dessas casas religiosas, os bens imediatamente tornavam-se pertencentes ao Estado.

A Ordem então parecia estar em declínio, as reformas pombalinas exerceram mudanças significativas na vida monástica brasileira e nenhum noviço adentraria a vida monástica sem o consentimento real. Não obstante, foi com a revogação da determinação de Marquês de Pombal, a partir de um decreto assinado por Dona Maria I, que a situação começaria se modificar para a Ordem Beneditina. Esse decreto em 1781 permitiu a entrada de noviços, dando a permissão de um total de vinte noviços para a Congregação<sup>80</sup>. Entretanto, duraria de oito a nove anos, vindo a ser retirada em 1789<sup>81</sup>. Alguns anos antes, em 1763, a administração da Colônia passara de Salvador para o Rio de Janeiro, apesar disso, a Bahia ainda se constituía de extrema importância, uma vez que por duzentos anos serviu como rota comercial e diplomática brasileira.

Juntamente a esse fato, o arcebispado se mantinha neste território, ampliando Salvador como centro religioso e cultural do território. Salientamos também que uma quantia considerável de riquezas encontradas em território baiano veio a pertencer à Igreja ao longo dos séculos, o que reforçava o patrimônio religioso e material<sup>82</sup>. Não apenas patrimônios de ordem imobiliária ou de bens materiais se formaram no território baiano, sobretudo na Abadia, mas também um grande acervo histórico de memória, uma vez que os beneditinos se fizeram paralelamente participantes da construção de Salvador, sendo o mosteiro detentor de

---

<sup>78</sup> SCHERER, 1980, p. 10.

<sup>79</sup> PACHECO, 2013, p. 2.

<sup>80</sup> SCHERER, op. cit., p. 12.

<sup>81</sup> PACHECO, op. cit., p. 3.

<sup>82</sup> SCHERER, op. cit., p. 10.

documentos escritos de longas épocas, como bulas papais, cartas de alforria, documentos de compra e venda de propriedades<sup>83</sup>.

Após a independência do Brasil em relação a Portugal, a publicação da bula *Inter Gravissimas Curas*, de 1º de julho de 1827, dispunha da criação de uma Congregação Beneditina Brasileira, com autonomia, formada pelas sete abadias existentes, estando sob observância do Abade Geral, este sendo o superior provincial que residia na Abadia principal (Bahia), sendo o Abade da mesma. Tal governança seria renovada de três em três anos, com o Capítulo Geral se reunindo na Bahia, sendo este o órgão mais importante da Congregação. A Congregação dispunha dos mesmos privilégios concedidos na bula *Causa interdilectos*, pelo Papa Clemente X, em 7 de setembro de 1673<sup>84</sup>.

Cumprindo com a exigência imperial, nenhum mosteiro poderia estar sob ordens de abades que não residissem em território nacional, impedindo até mesmo que monges estrangeiros não adentrassem no Brasil. Não apenas a Ordem Beneditina, mas demais ordens se encontravam destinadas a um enfraquecimento fatal<sup>85</sup>. Obviamente, com o avanço de idade do corpo eclesiástico vigente, somado à recorrência de doenças, gradativamente poderia de fato marcar o fim da Ordem Beneditina no Brasil.

Em 1827, o novo Bispo nomeado da Bahia, Dom Romualdo Antônio de Seixas, seria alguém que, através das vias institucionais, conseguiria, em 1835, que a Ordem recebesse trinta noviços<sup>86</sup>, o que facilitou momentaneamente a situação da Congregação, que, por volta de vinte anos, receberia noviços que se estenderiam pelas diversas casas religiosas pertencentes à Ordem Beneditina Brasileira. Todavia, em 1855, o Ministro da Justiça do Governo Imperial, Joaquim Nabuco, veio através de uma lei impedir definitivamente a entrada de noviços<sup>87</sup>. A baixa produtividade nas propriedades da Congregação foi outro fator atribuído a sua decadência, resultado da emancipação dos trabalhadores cativos para a guerra do Paraguai.

Esse fato favoreceu que o Governo Imperial deliberasse uma formulação cujo interesse se dava em converter os bens da Congregação em propriedades do Império, à mercê do orçamento imperial, convergindo as propriedades em apólices da dívida pública. Tal medida obrigaria os mosteiros, a começar pelo da Bahia, à alforria dos seus cativos, fazendo com que

---

<sup>83</sup> LOSE *et al*, 2009, p. 22.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>85</sup> SCHERER, 1980, p. 12.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 15.

as produções internas de recursos diminuíssem gradativa e drasticamente, interferindo na sua manutenção, devido à falta de outras pessoas aptas ao trabalho, uma vez que os monges se constituíam como pessoas de idade avançada da Congregação.

Com isso, os mosteiros perdiam não só seus membros por questões naturais, mas também recursos, marcando a sua degradação até meados de 1870<sup>88</sup>. Porém, novamente é importante frisar que o papel da Igreja perante à escravaria – de não defender abertamente seu fim na oportunidade de se posicionar – corroborou o pensamento das classes abastadas, de gradativamente realizar a libertação dos escravos, o que impediria que se tornasse prejudicial à economia, e consequentemente a degradação das atividades monásticas<sup>89</sup>.

### 1.2.1 O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro

De acordo com texto do próprio endereço eletrônico do Mosteiro, em 1590, foi fundado o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, por monges oriundos do Mosteiro da Bahia em 1589, sendo a segunda ordem religiosa a firmar residência na cidade do Rio de Janeiro (a primeira foi de jesuítas). O Mosteiro do Rio de Janeiro ocupava uma região elevada, o que o colocava em posição de destaque na paisagem da cidade, podendo ser avistado por todos os moradores e quem eventualmente chegava de fora por embarcações. Essa posição o livrava de problemas enfrentados pelo restante da cidade, como alagamentos e problemas com esgoto<sup>90</sup>. A premissa da construção era de afastar-se do resto da sociedade, este que era um dos preceitos da Regra Beneditina e influenciaria na escolha do local de construção. Quanto mais o mosteiro fosse autossuficiente, menos o cenobita se exporia fora das suas dependências<sup>91</sup>.

Se for possível, o mosteiro deve estar situado de forma que ali se encontrem todas as coisas necessárias, isto é: água, moinho, horta e oficinas, para que se possam exercer diversos ofícios, de modo que os monges não precisem sair e andar por fora, o que seria pernicioso para suas almas<sup>92</sup>.

---

<sup>88</sup> PACHECO, 2013, p. 5.

<sup>89</sup> PITILLO, 2017, p. 85.

<sup>90</sup> SOUZA. *Monges negros: trajetórias, cotidiano e sociabilidade dos beneditinos no Rio de Janeiro, século XVIII*. 2007.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

<sup>92</sup> REGRA DE SÃO BENTO, 2006, p. 144.

Entretanto, a ocupação dessa localidade não se dava apenas por isso. Através da pesquisa de Jorge Victor de Araújo Souza<sup>93</sup>, percebemos o caráter ambíguo da cidade do Rio de Janeiro do século XVIII, que parecia se abrir com a ligação geográfica atlântica, mas ao mesmo tempo parecia se fechar. Assim, indo ao encontro desse ponto, Maria Fernanda Bicalho<sup>94</sup> situa que o fato de a cidade Rio de Janeiro colonial, sobretudo nesse início de povoamento, ser um local de um intenso trânsito de pessoas e comércio, a deixava com vulnerabilidade de exposição, sendo alvo de corsários e militares em busca de enclausurar a cidade. Diante disso, juntamente com conventos, fortes ou quartel e igrejas, o Mosteiro era uma das poucas construções para as quais era permitido ocupar as regiões elevadas da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que eram locais onde era possível ter uma boa visão da cidade, sendo facilmente monitorada qualquer ação dos considerados inimigos da Coroa e da fé<sup>95</sup>. Ratificando, então, o jogo de forças atuantes no território do Rio de Janeiro, as brechas geradas pela falta de legislação civil facilitavam tais disputas e, assim, as ordens religiosas vinculavam sua participação social, sendo isso um dos fatores que corroboraram a expansão territorial dos religiosos<sup>96</sup>.

Dentre os problemas enfrentados, de acordo com o historiador José Murilo de Carvalho<sup>97</sup>, a imigração agravava o custo de vida no Rio de Janeiro, uma vez que ampliava oferta de mão-de-obra, numa cidade de ofertas de emprego bastante limitadas. As expectativas de renovação pós-Proclamação da República eram de que o povo exerceria maior participação política e social, inclusive participação das camadas fora da esfera das disputas políticas.

A cidade do Rio de Janeiro, sendo dotada de uma grande visibilidade, dada a sua condição de Capital Federal, ampliava a significância de qualquer evento que ocorresse, o que fez com que, sobretudo nos primeiros anos da República, se tornasse um local de agitação constante política e social. Era uma constante batalha em todas as esferas sociais, era uma época do início da participação política de diferentes grupos.

O livro intitulado de *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*, de José Murilo de Carvalho, que apresenta as transformações da Capital Federal e como se deu o

---

<sup>93</sup> Souza, 2007.

<sup>94</sup> BICALHO. “O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa”. 2013, p. 10.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>96</sup> Conforme FRIDMAN. *Donos do Rio em Nome do Rei*. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. 1999, p. 13. Cf. também MARX. *Cidade no Brasil*. Terra de quem? 1991, apud BICALHO, op. cit., p. 6.

<sup>97</sup> CARVALHO. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2004.

desenvolvimento, ou até mesmo o não desenvolvimento político e social do Rio de Janeiro, nos aponta para o aspecto sem estética ou corrente ideológica própria, característico dessa República recém-formada<sup>98</sup>. Somado a isso, parte do sentimento da sociedade em geral se construía em cima dos aspectos pós-abolição e depositava-se as emoções no trabalho e em seus resultados. Como Sidney Chalhoub apresenta, o respeito à propriedade assumia um caráter supremo, sendo esse fruto de trabalho e abnegações durante a vida, fazendo do cidadão trabalhador um cidadão útil. Isso se dava pela gama de trabalhadores imigrantes, trabalhadores libertos e nativos que disputavam o espaço urbano, sobretudo associando o trabalho à moralidade<sup>99</sup>.

Desse modo, a ociosidade era uma característica repulsiva nesse período e terá grande influência no pensamento da sociedade em relação aos monges beneditinos no período da imprensa, assunto que abordaremos mais adiante. É possível ver, pelas notícias e imagens, a associação à ociosidade em críticas e representações. Considerando o sentimento republicanista também de separação da Igreja e do Estado, como veremos mais à frente, os bens adquiridos pelo Mosteiro eram vistos como patrimônio nacional, dada à laicidade do Estado, influenciada pelos ideais já transcorridos de secularização de mosteiros. A vinda de pessoas de fora, ainda que da Ordem, era considerada uma ameaça à soberania nacional pelos meios de comunicação.

De acordo com Souza, o espaço urbano religioso se consolidava na cidade desde o século anterior, séc. XVIII, por manter a população entretida em diversos de seus rituais, o que fez de modo relativamente rápido que os beneditinos ocupassem um local de destaque na cidade, não apenas geográfico, mas também social. Como dito anteriormente, a participação dos mosteiros no decorrer do tempo e o crescimento da cidade era algo que não escapava à realidade do Mosteiro do Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, os bens do Mosteiro foram crescendo gradativamente com casas e terrenos e o ganho com aluguéis somavam uma quantia considerável juntamente com o rendimento das fazendas<sup>100</sup>. Além disso, o Mosteiro de São Bento teve propriedades adquiridas por verbas testamentárias, que se distribuía por regiões como o recôncavo da Guanabara, Campo Grande, Iguaçú, Ilha Grande e Angra dos Reis<sup>101</sup>.

---

<sup>98</sup> CARVALHO, 2004, p. 22-24.

<sup>99</sup> CHALHOUB. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2012, p. 70-71.

<sup>100</sup> SOUZA, 2007, p. 31.

<sup>101</sup> PACHECO. *A Ordem de São Bento e o governo: acordos e conflitos na Corte Imperial*. 2010, p. 85.

Como é possível notar, a situação dos beneditinos no Rio de Janeiro se desenvolveu com certa participação na sociedade burguesa, estabelecendo relações de trabalho e posses, através de doações por parte de membros da elite, o que permitiu que se instalasse fazendas e engenhos nos arredores da cidade que possibilitava o levantamento de um patrimônio e bens um tanto quanto valiosos. Entretanto, tal situação não seguiria sobretudo na segunda metade do século XIX, onde a Ordem de São Bento existente no Rio de Janeiro sofreria com as mudanças políticas na Europa, surtindo com isso a romanização da Igreja, bem como o movimento ultramontano, que afetavam o poder da Igreja Católica como um todo.

### **1.3 Romanização e o movimento ultramontano no processo de expansão da Igreja Católica no Brasil e a Ordem Beneditina de Beuron**

A movimentação da Ordem Beneditina para terras brasileiras, sobretudo no Rio de Janeiro, como vimos, esteve conectada a um trabalho da Santa Sé, aliado aos poderes das nobrezas, que auxiliaram primeiramente a consolidação em território europeu e, conseqüentemente sendo Brasil ainda Colônia, essa expansão encontrou solo fértil na América Portuguesa. Para tanto, é necessário levantarmos aqui a importância de acontecimentos e entraves que se deram sobretudo na segunda metade do século XIX, sendo o movimento ultramontano e a romanização, bem como apresentar seus conceitos que foram um dos fatores-chaves por trás de uma outra vinda dos beneditinos no início do século XX, como mostraremos no próximo tópico deste capítulo.

É necessário reafirmar a existência dessas movimentações que têm ligação direta com nosso objeto de pesquisa, justificando-se como movimentações políticas da Igreja Católica na segunda metade do século XIX. Assim, faz-se necessário ao menos apresentar algumas questões referentes a esses conceitos e, obviamente, seus entendimentos. Desse modo, é possível notar que expansão e consolidação das ordens religiosas ao longo do século XIX enfrentaram alguns entraves e mudanças consideráveis, que influíram diretamente na disseminação do catolicismo pelo mundo. Algo que ocorre, também, é o fato de alguns historiadores recusarem definir esses conceitos como “reforma”, recorrente em vários trabalhos sobre o tema, tecendo reflexões com o entendimento de uma reação a essa tendência no século XIX<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> OLIVEIRA; MARINHO. *Ultramontanismo, reforma e romanização*: Uma breve discussão conceitual. 2019, p. 3.

Acerca do ultramontanismo, percebemos a importância de elucidar que o movimento não nasce no século XIX, tendo sua trajetória traçada ao longo dos séculos, basicamente desde a era medieval, denominados de ultramontanos os Papas não italianos, e ganhando uma importância gradativa, especialmente após a Reforma Protestante, sempre com o fim de reafirmar a importância da Igreja, sobretudo dos Papas em relação à Coroa ou ao Estado. Séculos à frente, no século XIX, basicamente o ultramontanismo se deu como uma série de atitudes da Igreja a correntes teológicas e políticas de Estado que se espalhavam pela Europa<sup>103</sup>.

O pensamento liberal, que se espalhava pelo continente, obrigou as ordens religiosas a estabelecer uma readequação da vida monacal, haja visto que algumas delas foram proibidas do ingresso de noviços e, eventualmente, expulsas dos territórios, o que as obrigaram estabelecer vínculos com comunidades de outros países, como, por exemplo, foi o caso da Ordem Beneditina de Beuron, que abordaremos mais à frente.

Assim, o principal caráter do movimento ultramontano era a maneira de firmar o poder eclesiástico frente ao rompimento com uma série de fatores-chaves na permanência de poder católico romano na sociedade, isto é, o movimento não mais seria voltado para fora da Igreja, mas, sim, um movimento conservador interno que visava o combate do liberalismo dentro do catolicismo, fortalecendo o poder papal, intensificando as ações da Igreja Católica, em contramão aos novos caminhos políticos e filosóficos que a Igreja enfrentava, considerados “inimigos”. Tal movimento, “além dos alpes”, foi defendido como um movimento reformador da Igreja Católica<sup>104</sup>.

Em linhas gerais, no Brasil, o movimento ultramontano se manifestou pela primeira vez no início do século XIX, provavelmente tendo o primeiro bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade na Província de Minas. Mas, no Brasil, o ultramontanismo não encontrou local favorável a princípio, em função das reformas de Marquês de Pombal em Portugal, com a expulsão de eclesiásticos do reino português. Porém, em algumas décadas, se estabeleceria em solo brasileiro devido à influência estrangeira, como eclesiásticos europeus, bem como a presença de membros brasileiros da Igreja pela Europa<sup>105</sup>. O movimento ultramontano no Brasil frequentemente designa reformas, ou reações ocorridas na Igreja Católica, sobretudo após o

---

<sup>103</sup> SANTIROCCHI. *Uma Questão de Conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma*. 2010, p. 24.

<sup>104</sup> COELHO. *Discursos Ultramontanos no Brasil do Século XIX: Os Bispos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. 2016, p. 15, apud OLIVEIRA; MARINHO, 2019, p. 2.

<sup>105</sup> SANTIROCCHI, op. cit., p. 26.

Congresso de Viena<sup>106</sup> entre 1814 e 1815, isto é, reformas internas que sobrepujam o poder espiritual, moralização do clero e o combate da religiosidade, que se encontrava fora dos padrões romanos<sup>107</sup>. Mais tarde, principalmente com a República, representaria um desimpedimento frente à instauração do catolicismo romanizado, que a Igreja tentava no Período Imperial com dificuldades<sup>108</sup>. Ademais, na segunda metade do século XIX, com fim do padroado, a Igreja se viu forçada a tais atitudes que tinham como finalidade a garantia de seu poder, agora não mais dependente da sociedade, mas reforçando sua importância para os membros internos.

Com isso, chegamos em outro nome, o termo “romanização”, que consistiu em uma adequação das instituições católicas a um poder altamente centralizado na Igreja Católica Romana, isto é, uma subordinação a uma autoridade episcopal, estabelecendo uma dependência de um clero europeu, com uma absoluta rigidez “doutrinária e moral”, sobretudo ao poder centralizado no Vaticano<sup>109</sup>.

A palavra “romanização” em nosso contexto é relacionada ao movimento da Igreja Católica Romana de centralização de seu poder no Vaticano. Entretanto, o termo também é encontrado em determinados estudos históricos, como algo alheio à história da Igreja Católica, sendo o nome *romanização* associado à transferência da cultura romana a áreas que foram dominadas pelo Império Romano<sup>110</sup>. Todavia, nos atemos aqui às transformações na história da Igreja Católica, sobretudo no território brasileiro.

Assim, a abordagem da romanização na historiografia pelo viés da centralização do poder da Igreja no Brasil passa então por duas tendências de perspectivas, sendo uma delas o processo intencional e racional através de estratégias precisas, como um processo infalível e vitorioso, e uma outra, que considera o êxito parcial da romanização, visto a ocorrência de problemas e divergências no processo<sup>111</sup>.

Pela tendência que reafirma a vitória da romanização, tal olhar nos mostra que a separação entre Igreja e Estado era uma necessidade da própria Igreja com a finalidade de implementação de diversas medidas internas que visavam a realização de objetivos políticos e

---

<sup>106</sup> O Congresso de Viena tinha como objetivo redimensionar o território europeu após a derrota da França Napoleônica, tendo, dentre várias questões, a urgência da separação entre Igreja e Estado.

<sup>107</sup> OLIVEIRA; MARINHO, 2019, p. 13.

<sup>108</sup> MARIN. *História e historiografia da romanização: reflexões provisórias*. 2001, p. 152.

<sup>109</sup> DELLA CAVA. *Milagre em Joazeiro*. 1976, p. 43.

<sup>110</sup> OLIVEIRA; MARINHO, 2019, p. 3.

<sup>111</sup> MARIN, op. cit., p. 152.

pastorais, com isso ficando evidente no Brasil, sobretudo, após a Proclamação da República, tendo enfrentado dificuldades no Período Imperial. Durante os anos iniciais do Período Republicano, as pretensões da Igreja se direcionavam à sociedade civil e ao Estado, o que facilitou e impulsionou a vinda de ordens religiosas estrangeiras para o território brasileiro<sup>112</sup>. Nesse sentido, atribui-se a uma perda de poder da Igreja como a laicização do Estado, o que acarretara também numa perda de autonomia. Por esse viés, era preciso o fortalecimento da influência da Igreja Católica com a centralização de seu poder.

Nesse contexto, o historiador Jérri Roberto Marin<sup>113</sup> coloca que a Igreja Católica dispunha de uma hierarquia eclesiástica, com um projeto pastoral bem definido em curso, com o objetivo de mudar a sua condição jurídica, pretendendo com isso uma ampla reconquista dos espaços sociais perdidos pela Igreja. Como Marin expõe:

Essa tendência reafirma e privilegia ao limite a ideia de que a ofensiva romanizadora teria sido coesa, a partir de uma ação política e pastoral uniforme do episcopado. Estes, por consequência de sua missão apostólica e serem detentores de uma visão comum da situação política e social do Brasil, estariam empenhados em cumprir todas as disposições da Santa Sé em todas as matérias de interesse da Igreja, visando a ortodoxia religiosa e a consolidação da romanização da Igreja.<sup>114</sup>

Assim, construiu-se um imaginário acerca dos membros eclesiásticos como empreendedores de sucesso na investida da retomada do poder da Igreja no Brasil, sendo essa uma das leituras que perpassa o processo da romanização no Brasil. Entretanto, partindo para uma segunda abordagem, de acordo com o historiador Maurício de Aquino, debate-se no campo historiográfico a possibilidade, ou até mesmo a necessidade de uma leitura que não percorra o caminho “apologético” da História, entendendo a partir da atuação de um clérigo pautado sob as regras do catolicismo romano<sup>115</sup>.

Com o advento da República, a modernidade de certa forma forçava a necessidade de a Igreja não somente reafirmar seu poder perdido, mas era preciso utilizar das ferramentas disponíveis no momento para que ocorresse a aproximação com as elites e o governo republicano. Nisso, Dom Macedo Costa se apresentava com um dos principais nomes no processo romanizador brasileiro. O bispo paraense, juntamente com a colaboração de Dom José

---

<sup>112</sup> MARIN, 2001, p. 152.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 152.

<sup>114</sup> Ibid., p. 152

<sup>115</sup> AQUINO. *Romanização, historiografia e tensões sociais: o catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923)*. 2011, p. 8.

Pereira de Barros, de Olinda, e Dom Luís Antonio dos Santos, arcebispo da Bahia, com a aceitação da República em 1889 por parte da Igreja Católica brasileira, alegam indiferença por parte da Igreja com qualquer tipo de governo e o estimulam, desde que a religião não fosse desprezada<sup>116</sup>. Nesse sentido os bispos, após a separação da Igreja e do Estado, tomam posições mais centrais nesse processo, assumindo responsabilidades e poderes, efetivando a característica romanizadora da Igreja.

A vinda da Ordem de Beuron para o território brasileiro se liga diretamente a esses acontecimentos, como veremos adiante. A sua criação e expansão se deram de maneira a ser uma forma de a Santa Sé se voltar para as questões internas e se fortalecer enquanto instituição, apoiando-se na expansão além-mar dos beneditinos europeus, porém mantendo, com isso, seu poder fortemente arraigado no comando do Vaticano.

### 1.3.1 A Congregação Beneditina de Beuron e o início da restauração

O Mosteiro Beneditino de Beuron foi fundado pelos irmãos Placidus Wolter e Maurus Wolter, em 1863, tendo o apoio financeiro da alta nobreza, com a finalidade e desejo da restauração da vida religiosa na Alemanha<sup>117</sup>. O estreito laço de amizade criado entre os irmãos Wolter com a Princesa Katrina von Hohenzollern-Sigmaringen permitiu que, por intermédio de apoio financeiro da princesa, fosse pensada então a restauração da religiosidade na Alemanha<sup>118</sup>. A ajuda se deu por uma doação do Convento Agostiniano de Beuron, que veio a ser o primeiro espaço para o florescimento da prática monástica beneditina em Beuron, estabelecendo essa troca de reciprocidades com a nobreza germânica. Yang<sup>119</sup> considera alguns fatores importantes a partir de 1868 que aconteceram para a comunidade monástica de Beuron, como o ingresso de jovens com interesse na vida e arte dos beneditinos, bem como a Revolução Cultural de Otto von Bismark, que se desenvolveu na Prússia, de cunho iluminista e nacionalista.

Como já citado, na Europa a batalha entre a Igreja e Estado foi vigorosa, sobretudo no Império Germânico em 1871, com a *Kulturkampf*. O contraste ideológico entre a Igreja Católica e os ideais liberais controlava a vida política e espiritual. O poder social do catolicismo

---

<sup>116</sup> AZZI, D. *Antonio de Macedo Costa e a posição da Igreja do Brasil diante do advento da República em 1889*. 1982, p. 67.

<sup>117</sup> YANG, 2016, p. 25.

<sup>118</sup> ENGELBERT, 2007, p. 398; STANDAERT, 2011, p. 3, apud YANG, op. cit., p. 25.

<sup>119</sup> YANG, op. cit.

despertava adversários, culminando em ataques a escolas e instituições da Igreja, os quais se agravavam cada vez mais<sup>120</sup>. Scherer<sup>121</sup> também atribui a decadência da religiosidade, principalmente da Ordem Beneditina na Europa, assim como no Brasil, ao aumento dos ideais iluministas que adentravam o campo religioso.

Esses obstáculos em território alemão forçaram os irmãos Maurus e Plácido Wolter a procurar exílio fora de seu país. Engelberg<sup>122</sup> confirma este aspecto da instabilidade política como uma força motriz para que buscassem também um local de abrigo após a expulsão dos monges beuronenses, indo para Tirol (Itália), no Mosteiro *Servi di Maria a Volders*, que até então se encontrava vazio e foi local de exílio dos beneditinos. As dificuldades enfrentadas em território germânico foram alimento para a expansão dos monges de Beuron em outros locais na Europa, com destaque para o priorado de Maredsous na Bélgica, que se fez local de residência dos beneditinos beuronenses no período da revolução cultural germânica.

O priorado tinha relação direta com os beuronenses e foi fundado por Maurus Wolter, em 1872, tendo este nomeado seu irmão Plácido Wolter como abade de Maredsous. Alguns anos mais tarde, especificamente em 1890, com a morte de Maurus Wolter, Plácido assume como arquiabade de Beuron. Destaca-se o priorado de Santo André em Bruges, que vai ter relação com a reforma da Congregação Beneditina Brasileira<sup>123</sup>; esse local também foi construído, assim como recorrente na formação de mosteiros beneditinos, a partir do apoio financeiro da nobreza local, os Desclée, família de membros da alta sociedade belga<sup>124</sup>. As disputas entre os liberais e a Igreja na segunda metade do século XIX emerge, de certa forma, em uma “era de racionalismo” nos âmbitos das instituições religiosas, ascendendo o interesse da Igreja de reformar as bases da educação religiosa. Nas palavras de Cruz,

O liberalismo viera retirar ao catolicismo o primado ideológico e político que este detivera no antigo regime, obrigando-o a disputar, no domínio da concorrência, a defesa dos seus interesses institucionais e das suas posições doutrinárias. Com efeito, com a expropriação das ordens religiosas, a Igreja católica perdera boa parte da base económica do seu poder, afectada também na sua expressão política pela crescente intromissão reguladora do poder político na esfera religiosa e pela supressão efectiva de prerrogativas de privilégio. A secularização laicizante das sociedades liberais, operada pela

---

<sup>120</sup> JEDIN, 1981, p. 26.

<sup>121</sup> SCHERER, 1980.

<sup>122</sup> ENGELBERG, 2007, p. 386 apud YANG, 2016, p. 26.

<sup>123</sup> JEDIN, 1981, p. 114.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 26.

expansão do moderno racionalismo burguês, fez perder à Igreja o domínio das instituições produtoras da ideologia e o controlo sobre as massas católicas<sup>125</sup>.

Assim, a disputa se torna política, uma vez que a Igreja se via com sua influência em cheque e, aproveitando da ascensão de ordens sul-americanas, enxergava ali, a partir da necessidade das reformas monacais, a oportunidade de retomada da vida católica. Assim, os movimentos ultramontanos com força dentro da Igreja, além da centralização do poder no Papa, isto é, a Igreja romanizada com o centro do poder no Vaticano, era o momento em que o Brasil era um campo favorável para isso; Leão XIII, então, favoreceu que as ordens na Europa se firmassem no Brasil. Esse favorecimento foi consequência do que ocorria nos mosteiros da terra brasilica, visto que as reformas pombalinas acarretaram uma depreciação do monaquismo beneditino luso-brasileiro, uma vez que a observância beneditina se mostrava afrouxada concomitantemente com a diminuição de monges nos mosteiros.

Diante disso, o favorecimento do envio de ordens europeias foi se desdobrando em visitas de representantes da Ordem de Beuron em mosteiros brasileiros, como visitas ao Mosteiro de Olinda por Gerard van Caloen, acompanhado por Domingos da Transfiguração<sup>126</sup>. Como explica Scherer<sup>127</sup>, a Congregação Brasileira, na década final do século XIX, estava prestes a transcorrer pela reforma da Congregação no Brasil e para isso, nos idos de 1893, o abade da Congregação Beneditina de Beuron, Plácido Wolter, se fazia então presente.

A já citada Proclamação da República, em novembro 1889, possibilitou a separação do Estado da Igreja, fazendo com que a Igreja Católica voltasse suas preocupações para as questões internas. Com isso chegava-se ao fim das limitações exercidas pelo Império sob as ordens monásticas. Sendo assim, entrava em vigor o Decreto nº 119-A, Artigo 3º do Governo Provisório, que permitiu o exercício da vivência coletiva, de acordo com credo e disciplina, sem que o poder público exercesse algum tipo de intervenção<sup>128</sup>. No ano de 1890, foi possível reunir o Capítulo Geral livremente, ainda restando apenas poucos treze membros, dentre esses apenas sete podendo se fazer presentes. Nesse contexto, entra em cena a figura do supracitado Abade Geral, Frei Domingos da Transfiguração, que, em contato com o Papa Leão XIII, o

---

<sup>125</sup> CRUZ. “Os católicos e a política nos finais do século XIX”. 1980, p. 259.

<sup>126</sup> JEDIN, 1981, p. 131.

<sup>127</sup> DECRETO nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890.

<sup>128</sup> DECRETO nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890.

mantém a par da situação da Ordem Beneditina Brasileira, em busca da necessidade do reestabelecimento da Congregação<sup>129</sup>.

A Congregação beneditina brasileira que outrora se salientava pelo esplendor dos seus mosteiros, o número de seus monges, as virtudes e observância regular dos seus monges, assim como pelos seus trabalhos científicos, encontra-se atualmente em estado lastimável, não só por falta de monges mas também – como necessária consequência disso – pelo relaxamento da disciplina monástica.<sup>130</sup>

A situação se encontrava em declínio em terras brasileiras, sobretudo pelo fato da proibição de noviços e do relaxamento da vida monástica, como já dissemos. Scherer<sup>131</sup> ainda ressalta que, intuitivamente, era mais propenso que recorressem à Congregação de Dom Bonifácio Wimmer, do Mosteiro de Metten, uma vez que em plena força essa congregação tinha uma capacidade de participar da restauração da Ordem Brasileira, devido à quantidade de membros.

Nesse período já se encontrava no trabalho de restauração Frei Domingos da Transfiguração Machado, que ingressara na Ordem como noviço após decreto de 1835 e cumpriria um papel importante para o início da restauração da Ordem. Nascido na ilha de Itaparica (BA) em 1824, seria futuramente o Abade Geral da Congregação através do Capítulo Geral, após trabalhos e diversas idas e vindas dentro da Congregação, tendo trabalhos realizados em Santos (SP) por último, antes de sua ordenação como Abade<sup>132</sup>. Esse se encarregaria, segundo Scherer, de pessoalmente tomar conta da retomada da vida monacal, que se encontrava em declínio no Brasil.

Scherer<sup>133</sup>, ao percorrer a biografia e trabalho de Frei Domingos da Transfiguração Machado, indica que, de origem abastada, os Machados de gerações anteriores dispunham de considerável fortuna, de modo que forneceram condições para que os filhos que vinham pudessem gozar de boa formação. Essa possibilidade de formação atribuída aos Machados permitiu que Domingos, ainda em juventude, ingressasse no Mosteiro de São Bento, no ano de 1842, numa dessas levas de noviços que adentraram à Congregação no determinado período, como descrito anteriormente, com possibilidade cedida em 1935 por Dom Romualdo Seixas.

---

<sup>129</sup> SCHERER, 1980, p. 53.

<sup>130</sup> Fragmento da carta direcionada a Dom Plácido Wolter, redigida por Mons. J. M. Gotti, em 3 de março de 1893. Cf. SCHERER, 1980, p. 70.

<sup>131</sup> Ibidem.

<sup>132</sup> Ibid., p. 34.

<sup>133</sup> Ibid., p. 20.

Como atribui Scherer<sup>134</sup>, a vocação de Domingos à vida silenciosa e reclusa desprende-se do restante da prole, sendo o primeiro a deixar a casa paterna em busca da vida religiosa. A partir de 1847, Frei Domingos da Transfiguração então segue seu caminho monástico: vindo a ser o Abade Geral décadas à frente, em 1890, após diversas etapas, que Scherer<sup>135</sup> denomina de “provação”, que, de acordo com o autor, definiriam seu caminho com “o fardo pesado que estava lhe reservado”.

Aqui é importante que retomemos um pouco a situação do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. O Mosteiro, em 1903, era administrado pelo Abade Frei João das Mercês Ramos, resistente à nova ocupação dos monges beneditinos oriundos da Europa. Infelizmente as informações sobre ele são um tanto quanto escassas ou, quando possível encontrar alguma informação, se mostram substancialmente confusas. Entretanto, de acordo com nossas fontes, as já citadas e as que estão por vir, podemos ter algumas informações a respeito de Frei João das Mercês que minimamente auxiliam no entendimento de sua participação na *questão fradesca*, como seu alinhamento com as elites.

De acordo com Scherer, sabe-se que Frei João das Mercês, enquanto Abade, cometera erros em sua gestão no Mosteiro do Rio de Janeiro e com isso dificultava a situação da Ordem no Rio de Janeiro, bem como a disseminação de boatos sobre os monges estrangeiros, tal como a intenção de fechar o Colégio São Bento, o que implicaria numa evasão de cerca de 800 alunos do Colégio. Por Scherer, sabe-se também que, após o conflito gerado no mês de maio no Mosteiro do Rio de Janeiro, Frei João das Mercês tentara novos recursos por vias jurídicas, sem sucesso ao longo do ano de 1903. Já com a saúde bastante debilitada, no dia 15 de dezembro de 1903, foi negada sua última petição, encerrando o caso<sup>136</sup>.

Como vimos, as congregações brasileiras beneditinas, de modo geral, tal qual o Mosteiro do Rio, detinham um considerável volume patrimonial e a recente instituição da República no Brasil, somada às mudanças estruturais entre Igreja e Estado, era algo que certamente traria algum conflito, haja visto que algumas pessoas políticas e o próprio Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro tinham fortes interesses nos bens de lá.

Certamente, devido a esses fatores, todo esse trabalho realizado pela Santa Sé e também pelos monges beneditinos de Beuron, juntamente com Frei Domingos da Transfiguração, não

---

<sup>134</sup> Ibid., p. 24.

<sup>135</sup> SCHERER, 1980, p. 31.

<sup>136</sup> SCHERER, op. cit. p. 148.

passaria batido na imprensa que, alinhada às mudanças sociais e técnicas da época, fez questão de trazer à tona características importantes sobre os beneditinos e seu trajeto no território europeu. Sendo assim, a imprensa insuflada foi bastante incisiva na difusão dessas questões internas da Igreja, como veremos nos capítulos adiante.

## CAPÍTULO 2

### A *QUESTÃO FRADESCA* NA IMPRENSA

#### 2.1 A *Questão Fradesca* relatada diariamente pelo jornal *Correio da Manhã*

Reconhecido como um jornal que emitia e demarcava opiniões, o *Correio da Manhã* alinhava-se ao espírito da época e atuava como um dos principais veículos de informação no Rio de Janeiro. Foi fundado em 1901, no dia 15 de junho, pelo jornalista Edmundo Bittencourt, participante na Revolução Federalista entre 1893 e 1894, o que pode explicar o contexto da criação do jornal. Como ocorria na *Belle Époque* brasileira, um sentimento semelhante à anti-política dos dias atuais, o jornal colocava-se sem alguma ligação com partidos políticos, aproximando-se da população e sempre se posicionando ao lado de uma suposta verdade, que se vendia sob uma suposta isenção de ligações político-partidárias, mas que, nas camadas mais interiores, se revelava bastante parcial, haja visto que estamos diante de um periódico amplamente difundido entre os leitores do Rio, que, enfim, atendia e se representava por uma pequena burguesia urbana<sup>137</sup>.

Com isso, o interesse na utilização do *Correio da Manhã* como uma fonte auxiliar é o fato de ele transmitir opiniões e relatos diários, não apenas de jornalistas do próprio jornal, como opiniões de leitores através de cartas que refletiam um determinado pensamento parcial do conflito, assim como, conforme veremos adiante, o papel dessa mesma imprensa a serviço de interesses específicos.

Dado à alta frequência de tiragem do *Correio da Manhã*, um periódico que estava nas ruas diariamente, a possibilidade de ter uma melhor noção do que se passava em relação aos beneditinos e à cidade do Rio de Janeiro se faz relevante. Diariamente, o jornal se encarregou de fornecer o andamento das movimentações e julgamentos a respeito da administração do Mosteiro durante todo o processo. O próprio jornal se encarregou de fornecer diariamente informações referentes à *questão fradesca* e seus pormenores, como trâmites judiciais e movimentações dos frades. Reforçamos, então, que a frequência de tiragem do impresso se faz como uma grande aliada na nossa busca por relatos mais precisos sobre o conflito e, em se tratando de um importante e conhecido jornal impresso, o *Correio da Manhã* foi onde tivemos

---

<sup>137</sup> AREAS. *O Governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)*. 2013. p. 43-44.

a possibilidade de ter acesso a esses relatos e às impressões da população. Com o cruzamento dessas notícias, com o que foi veiculado no *O Malho* e na revista *Tagarela*, podemos ter um melhor entendimento do que se passou e como isso se reflete nas imagens escolhidas.

Brevemente pontuando sobre seu aspecto estético, o jornal era dividido em seções e colunas, como em todo jornal na época, contendo um enorme volume de informações e um emaranhado de textos sem qualquer tipo de imagem (já existiam jornais na época que utilizavam algumas imagens), o que influenciava em seu tamanho. Isso era algo que as revistas da época, embora ainda seguissem de algum modo um estilo semelhante aos jornais, comparadas às revistas atuais, de certa forma tinham melhor organização textual, o que permitia uma leitura rápida. A seguir, a figura 1 nos mostra essa estrutura do jornal:

Figura 1 – *Correio da Manhã* – Edição de 7 de maio de 1903.



Fonte: Biblioteca Nacional.

Embora, antes do mês de maio, já houvesse algum trâmite do assunto acontecendo, no dia 3 de março de 1903, o *Correio da Manhã* noticia pela primeira vez alguma evidência referente ao conflito político do Mosteiro de São Bento. Nos meses anteriores, a proporção dessa questão ainda se fazia majoritariamente como algo debatido e trabalhado internamente no âmbito eclesiástico, não tendo nas notícias alguma informação relevante, salvo pequenas notas religiosas sobre o Mosteiro que não nos permitiam identificar alguma posição do *Correio da Manhã*. Podemos ter esta conclusão, isto é, de que a questão timidamente caminhava no âmbito interno da Igreja, devido a informações obtidas através de trabalhos referentes à Ordem de São Bento no Brasil, como colocamos no capítulo anterior.

Logo de início, considerando que informações sobre a chegada dos frades e da Reunião Capitular dos beneditinos já circulavam pelas ruas, na parte do jornal que se denominava

“Secção Livre”, é dado o espaço para uma petição do advogado do Frei João das Mercês Ramos, Dr. Souza Bandeira, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Tal petição alegava que Souza Bandeira anteriormente já recorrera ao juiz federal Dr. Godofredo Cunha, que negou a manutenção da administração mencionando que a reunião do Capítulo Geral com frades estrangeiros pretendia desapossar a administração do Mosteiro de São Bento do comando de Frei João das Mercês Ramos. A nota então expunha que o advogado iria fazer o agravamento ao STF. Alegava-se tratar de uma questão grave que envolveria considerável interesse da sociedade brasileira. A indignação, como é colocada, se dá através do entendimento de que tal movimentação da manutenção da administração do Mosteiro se tratava de um movimento “habilmente preparado” pelos monges da Congregação Europeia de Beuron, para tomarem posse do patrimônio da Ordem Beneditina Brasileira, que até o momento se mostrava reduzida a quatro monges. Além disso, alegava-se que os estatutos da Congregação Brasileira recusariam o voto de monges estrangeiros não naturalizados no Capítulo.

O Artigo 7º da Constituição Federal de 1891 assegurava, a partir da separação da Igreja e do Estado, que as instituições religiosas teriam uma certa liberdade para operar internamente e com isso a Ordem Beneditina do Brasil seria a responsável por sua própria organização interna. No intuito de reestabelecer gradualmente a vida monástica com o cumprimento da Regra, o Abade Geral da Ordem Beneditina Brasileira, Frei Domingos da Transfiguração Machado, juntamente com a Congregação de Beuron, representada pelo Revmo. padre Dom Gerard van Caloen (assumindo a função de procurador do arquiabade da Congregação), cumpririam esse papel. Em número não menor que doze, alguns membros da Congregação Beuronense eram cedidos para a manutenção e o incremento da observância monástica e de atividades próprias da Congregação Beneditina Brasileira. O Mosteiro de Olinda se fazia, a partir de contrato firmado em 24 de agosto de 1895, cedido aos monges beuronenses, que adotariam a nacionalidade brasileira e seriam reconhecidos membros da Congregação a partir de um *actinscriptis* do Abade Geral<sup>138</sup>.

As declarações do Governo Federal, que garantiam mais liberdade para as instituições religiosas operarem internamente, facilitaram a naturalização dos estrangeiros e estipulavam que era essencial a condição de brasileiro nato ou naturalizado para ter permissão à profissão religiosa. Ainda, a Congregação Brasileira continuaria com sua sede principal na Bahia, onde

---

<sup>138</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1903, p. 4. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 10 abr. 2020.

se reuniria o Capítulo Principal, com a administração dos mosteiros locais, e pertenceria aos respectivos abades “legitimamente constituídos”. A Abadia do Rio de Janeiro, então, continuava à cargo da administração do Frei João das Mercês Ramos, provido de seu benefício em junho de 1896. Contudo, uma carta do Abade Geral da Ordem, com data de 31 de março de 1903, se pretendia uma celebração do Capítulo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, com o fim da destituição de João das Mercês, objetivando reformar os estatutos da Ordem, para que os monges estrangeiros pudessem fazer parte da Congregação, independentemente de suas condições de estrangeiros ou naturalizados e com a possibilidade de distribuição dos bens da Congregação no caso de dissolução.

Como ocorrera em Olinda e em São Paulo, o jornal coloca que o intuito era tirar as administrações das abadias locais das mãos de brasileiros e colocar em mãos estrangeiras. O texto do jornal informa que isso vai contra o disposto na Convenção de 1897, que na época da publicação já era lei, que tal celebração do Capítulo no Rio de Janeiro ia contra ao Artigo 2º da Convenção, que fez da Bahia a sede da Congregação Brasileira e do Capítulo Geral. João das Mercês se fazia o único abade no momento cuja administração se ocupa pela congregação e detinha posse de todos os bens pertencentes ao mosteiro.

No dia 4 de maio, o fato é que uma manifestação com cerca de 150 estudantes do Mosteiro de São Bento tomou algumas ruas do Rio de Janeiro, em defesa do Mosteiro, com bravatas repulsivas aos monges estrangeiros, e reverências aos monges brasileiros. No caminho passaram pelo escritório de polícia, em que se encontrava o inspetor Cardoso de Castro, a quem os jovens, de acordo com o jornal, também prestaram reverências. A notícia da destituição de João das Mercês Ramos começava a tomar o boca a boca. Neste primeiro momento, os estudantes do Mosteiro, talvez pela proximidade, são os primeiros a se manifestarem contra tal destituição.

O que tudo indica era que demais freis chegariam a bordo do navio *Atlantique* para o Capítulo, no dia da distribuição da edição em que consta essa coluna publicada no *Correio da Manhã*, ou seja, no dia 5 de maio. O que é noticiado é que o Frei João das Mercês pretendia impedir a entrada dos frades que não cumprissem com as condições exigidas pelos estatutos da Ordem. Dadas à disseminação dessas notícias, estaria marcada para às 5h do dia 5 um comício, chamado nas notícias de *meetings*, para protestos contra o Capítulo.

*É geral a antipathia pelos frades estrangeiros, que se querem apossar do mosteiro de S. Bento, onde a mocidade pobre desta capital, de ha muito, vae receber as primeiras luzes.*

*Como se vê, está tomando um caracter sério essa questão, e não seria demais que os poderes competentes providenciassem no sentido de evitar as malélicas consequências á experimentadas por outras nações<sup>139</sup>*

O Capítulo Geral tinha como objetivo renovar os mandatos dos chefes das abadias, que pela notícia se dava pelo término dos prazos das respectivas administrações e, em outra coluna dessa edição do *Correio da Manhã*, é noticiado que Dom Miguel Krusse, prior do Mosteiro Beneditino de São Paulo, havia chegado à Capital Federal no dia anterior. Em edição do dia 6 de mesmo mês, o *Correio da Manhã* relataria que no Largo do São Francisco de Paula estariam autoridades e curiosos, bem como demais jornais.

O jornal relataria que, até o presente momento em que a equipe se encontrava no Largo, tudo parecia estar em ordem. A questão que aparentemente vai ser a que surtirá uma repressão contrária aos frades não era exatamente a convocação do Capítulo da Ordem Beneditina, que tinha como objetivo a renovação dos chefes das abadias quando seus respectivos mandatos terminassem, mas sim o que é colocado como um fator preocupante são as supostas intenções dos frades estrangeiros por trás disso, de acordo com o Frei João das Mercês, endossado pelo jornal, em relação à readequação da administração do Mosteiro do Rio de Janeiro.

Em comício realizado no dia 5 de maio, Luís Murat cumpriria o papel de incentivar uma oposição aos substitutos estrangeiros, o que gerou comoção nos presentes, dentre eles, soldados, advogados, professores e jornalistas. No cais do porto Pharoux, às 5:30h da manhã, relata-se que aglomeração se formava no Largo do Paço, policiais à paisana e logo em seguida chegava o inspetor Cardoso de Castro e seu capitão, Casemiro de Moura. O transatlântico francês, *Mensageries Maritimes*, aportaria no cais, o que direcionou os olhares e expectativas para a embarcação. Entretanto, a notícia até então apenas aponta para uma espera coletiva de algumas pessoas vindas na embarcação, entre elas Eugênio da Silveira, proprietário da *União Portuguesa*, o empresário Celestino da Silva e demais viajantes europeus. Até o momento, os ânimos das pessoas ali presentes aparentavam-se calmos, de acordo com nota.

No Mosteiro de São Bento, Cardoso de Castro chega por volta das 8:30h da manhã, para uma reunião com o Frei João das Mercês Ramos, que tratou com Cardoso de Castro sobre a recepção dos frades a bordo da embarcação que logo aportaria. As boas-vindas preparadas pelo Frei João das Mercês se restringiam ao Abade Geral, Domingos da Transfiguração e os outros,

---

<sup>139</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1903. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 10 abr. 2020.

os alemães que por acaso o acompanhassem, deveriam, na ausência de recursos, se hospedar em um hotel, por conta do Mosteiro.

De volta ao cais, o capitão Casemiro de Moura, já aportado o navio *Atlantique*, vai a bordo determinar o desembarque dos monges. No momento, o comunicado era que os monges se hospedariam na residência do arcebispo, após convite da autoridade da Igreja da região metropolitana. Já em terra firme, as impressões são de que Frei Domingos da Transfiguração se mostrava como um senhor bastante idoso, de baixa estatura e obeso, que se direcionava ao inspetor de polícia para cumprimentos. A recomendação, ou até mesmo a ordem, era de que fossem imediatamente ao arcebispo. Seguindo para o palácio arcebispal, o caminho pareceu penoso, como relata a nota do jornal, a dificuldade dos cavalos de puxar o veículo, o mau calçamento da rua, associado aos gritos de certa parcela da população que se encontrava ali, tornaram o momento um tanto quanto caótico, com gritos de “morte aos frades”.

No palácio arcebispal, isto é, o Palácio da Conceição, o Abade Geral direcionava uma carta à imprensa em que explica sobre as motivações da reunião do Capítulo Geral convocado para renovar a chefia dos mosteiros beneditinos após finalização dos prazos das respectivas administrações. Em relação à naturalidade dos abades, todos eram brasileiros, sendo o abade paraibano, Frei José de Santa Julia Botelho, o ex-abade do Rio e ex-Abade Geral, Frei Manoel de São Caetano Pinto. Tais eminências fariam o comparecimento através de procuradores nomeados regularmente. No pensamento percebido pela notícia, o Capítulo não pretendia, com isso, a supressão das instruções que distribuem a ordem, pelo contrário, pretendiam uma maior autonomia no ensino, como comprovava abertura de demais colégios beneditinos no Nordeste e em São Paulo. O Frei João das Mercês Ramos concede uma entrevista ao *Correio da Manhã*, expondo seus motivos e opiniões sobre a *questão religiosa* ou, como foi chamada em alguns momentos, *questão fradesca*.

O Frei explica a sua veemente aversão à vinda dos frades, alegando que a Reunião Capitular da Ordem deveria ser na Bahia, pois, segundo o Frei, era onde a sede residia. Ademais, salienta a respeito da ilegalidade da reunião, uma vez que no Brasil dispunha-se de sete abadias, sendo necessário nove capitulares, contando com o secretário e o presidente, tal qual a falta de capacidade de voto dos pregadores. Um dos fatores que fica claro na entrevista em relação à repulsa para com os frades se mostra quando os frades estrangeiros não são capazes da naturalização para o voto, e a sua naturalização faria com que perdessem suas nacionalidades. A notícia termina com um tom irônico, sem citar nomes, indicando que Domingos da Transfiguração estaria fazendo causa comum com os frades estrangeiros.

Nessa mesma edição, na coluna “Notas”, o jornal coloca informações a respeito de boatos sobre uma preparação de uma manifestação hostil aos frades estrangeiros; notícia também a presença do inspetor Duarte Campos, da 1ª Delegacia Urbana. Um ocorrido quase estragaria tudo: um acidente com o coche que transportava Dom Gerardo e o Abade Geral escorregou na subida da ladeira para o Mosteiro, levando os cavalos que o puxavam a assustar e derrapar na via, onde Dom Gerardo foi lançado para fora, ficando assim o Dom Domingos ainda dentro do veículo, que foi controlado por Casemiro Moura, tendo a situação retomada ao controle logo após<sup>140</sup>.

No dia 7 de maio, o jornal reportou o caso do Mosteiro em relação aos encontros de jovens manifestantes no Largo São Bento, comícios que na maneira antiga dos periódicos eram chamados de *meetings*. O que se dizia no jornal era que a questão entre o Abade do Mosteiro e os monges beneditinos se fazia como uma pequena face de uma questão mais profunda, que preocuparia os poderes públicos. De acordo com o jornal, seria um pronunciamento de futuras desordens e refletia um problema entre a Santa Sé e a maior parte dos governos de outras nações. Essas reuniões costumavam ser bastante agitadas e, comumente, foi alertado nas páginas dos jornais sobre as possibilidades de motim.

Os frades vinham de diversos países, como o jornal exprime. Aos poucos vão chegando frades de França, Bélgica etc., e o jornal evidentemente se coloca claramente parcial em relação aos frades, trata de colocá-los como “uma organização aparelhada para o domínio, que desenvolve seu prestígio em uma sociedade como a nossa, em que estão relaxados e frouxos os órgãos políticos e sociais de coesão e resistência”<sup>141</sup>. O *Correio da manhã* se manifesta preocupado com a situação nesse momento, principalmente considera o perigo de estrangeiros, comparando a situação de outros países com a do Brasil.

Até o momento, ainda não se sabia quando seria realizada a reunião do Capítulo Geral para resolver o assunto referente à substituição do Abade do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Aguardava-se a decisão do STF, pelo agravo realizado pelo advogado de João das Mercês Ramos, Dr. Souza Bandeira. É noticiado que o Governo Federal, em respeito à Constituição, não interviria no assunto, a não ser se provocado pelo poder judiciário. Ainda em clima de aglomerações, os alunos do Colégio São Bento continuavam a realizar comícios

---

<sup>140</sup> SCHERER, 1980, p. 130.

<sup>141</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1903. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 10 abr. 2020.

acalorados reverenciando a República, com ordens de aversão aos considerados usurpadores da pátria.

O dia 9 de maio era o dia marcado para o julgamento perante o STF. A agitação popular se fazia mais evidente e os apontamentos pela imprensa dos perigos que iam além de uma contenda de frades começavam a se fazer mais frequentes. A situação era representada como se fosse uma espécie de enfrentamento entre as instituições católicas *versus* a fragilidade de uma República recém-nascida, que tinha consigo toda uma frágil estrutura no âmbito político e administrativo. Acreditava-se que, a partir dessas circunstâncias, e, sobretudo devido a elas, a vitória que beneficiaria as ordenações da Santa Sé era certa.

O julgamento do agravo permanecia como um caminho duplo e é relatado o assunto nas ruas: de acordo com a coluna, o assunto tomava bares e mercearias e não existia uma família que não comentasse sobre a Reunião Capitular, o fato tido como assombroso, por considerar colocar em xeque os bens nacionais. O ministro do interior teria ido ao palácio noticiar o então Presidente da República, Rodrigues Alves. Os *meetings* seguiam sendo realizados no Largo do São Francisco e, às 11h do dia 1º de maio, esteve marcado um comício tendo Octacílio Camará como orador. No dia seguinte, o relato é de que Octacílio Camará teria manifestado simpatia para com o Abade do Mosteiro, João das Mercês Ramos, e como anunciado em edição anterior, ocorreria às 11h da manhã, seguindo pela Rua do Ouvidor dirigindo-se ao Mosteiro.

Aparentemente os manifestantes reverenciaram a liberdade e aos jornais simpatizantes com a causa do Abade vigente do Mosteiro. Em 12 de maio, são noticiados, então, os indícios do que parece se iniciar o período mais fervoroso das questões do Mosteiro. É veiculado pelo jornal, em primeiro momento, que a decisão do STF aparentemente se mostrava favorável em seus votos a João das Mercês Ramos.

O acórdão do STF no dia 9 de maio teria publicação oficial apenas na sessão do dia 12 e indicava que João das Mercês Ramos se constituía como mantenedor da posse dos bens do Mosteiro de São Bento, de acordo com decisão do voto vencedor no STF, de Lucio de Mendonça, que concluía deferida a manutenção de posse dos bens do Mosteiro do Rio de Janeiro, de acordo com o estatuto da Congregação Beneditina, que afirma que a convocação do Capítulo só deve ter lugar na capital da Bahia, sendo o principal Capítulo da Ordem Beneditina do Brasil. É relatado na notícia que uma reunião do Capítulo Geral ocorreria no dia 9 de maio sem que ninguém soubesse, nas dependências do Palácio da Conceição, sem as formalidades legais, elegendo Domingos da Transfiguração Machado como o Abade do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Imediatamente a tal eleição, Luís Domingues, na qualidade de

advogado do então abade eleito, requereu ao juiz seccional, Godofredo Cunha, um mandato de emissão de posse dos bens do Mosteiro de São Bento, apresentando os respectivos documentos da eleição<sup>142</sup>.

Concedida a emissão de posse, o juiz seccional ordenou o encaminhamento do mandato a João das Mercês Ramos. O Abade, por sua vez, se encontraria inacessível ao meio dia do dia anterior, tendo o juiz Godofredo Cunha a possibilidade de encontrá-lo apenas às 15h do mesmo dia. Sabe-se, de acordo com a notícia veiculada, que Frei João se mostrava entristecido com a decisão, não obedeceu à ordem, o que faz com que forças policiais sejam acionadas para o cumprimento do mandado deferido por Godofredo Cunha, que fez a ordenação ao chefe de polícia para oficializar o mandado. No jornal, em nota, noticia-se que o Papa vigente, Leão XIII, ordenara a excomunhão de João das Mercês Ramos, tal qual a suspensão de ordens por desobediência às leis canônicas e busca por resoluções fora do âmbito da instituição católica, isto é, tendo recorrido à justiça secular<sup>143</sup>.

Há uma 1h da manhã do dia 12 de maio, Cardoso de Castro chega à repartição central de polícia, ao encontro de Luiz Domingues, o advogado do Abade Geral, Domingos da Transfiguração Machado. O delegado da 8ª Circunscrição Urbana, Bento Faria, foi chamado após rápido encontro entre o advogado e o chefe de polícia, que ficaria então à disposição do juiz federal para cumprimento do mandato expedido a favor do Abade Geral. Assim, cinquenta soldados de cavalaria e infantaria fariam a execução do procedimento às 7h da manhã do mesmo dia. Na “Seção Livre” da mesma edição do jornal, o advogado de Frei João, como indicam os documentos, firma nota com elucidação de alguns pontos, a partir de seu próprio discurso, colocando que não trabalhara no caso com alguma intenção, se não o cumprimento da lei, que, em questões específicas da instituição católica, não pretende se fazer interferente. Também se coloca em posição defensiva, apresentando as motivações que o fizeram realizar tal trabalho em defesa de Frei João.

Tal nota é direcionada ao padre Severiano de Rezende, nascido em Mariana-MG em 1871, que distribuíra no comício um folheto intitulado “A verdade sobre o caso beneditino”, favorável aos monges, indo em sentido oposto à imprensa geral, que insuflava perseguições aos frades estrangeiros. De acordo com o documento, Severiano de Rezende afirma que, além do

---

<sup>142</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1093, p. 1. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 13 abr. 2020.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 1.

papel da imprensa que insuflava a população contra os monges, considerava imprópria a solicitação do Abade, que fazia utilização indevida da lei para benefício próprio. Afirma, ainda, que a imprensa invariavelmente denominava tais frades com a expressão “frades estrangeiros”, o que considerava um ato vulgar, uma vez que os frades em missão assumem que sua terra é onde se encontram para o cumprimento de suas funções.

Em outro local, ainda da mesma edição, mais uma nota, dessa vez escrita pelo Major Joaquim Vieira de Almeida, que os trata com muito mais repulsa, chega até mesmo fazer uma ironia em tom de ofensa, com a expressão “traficantes estrangeiros”, alegando que a vinda de tal corpo eclesiástico perturba a ordem, com determinações convocando a população que se direcione ao Mosteiro em defesa do Frei João das Mercês. Mais uma vez, um reflexo das informações distorcidas propagadas pela imprensa comprada, a serviço do Frei João das Mercês. Com a intervenção do Governo Federal no caso, forças de segurança foram acionadas para a garantia do despacho do juiz seccional, o que aparentemente, como noticiado, ia contra o acordo feito no STF. Como o esperado, as manifestações contrárias se fazem mais fervorosas e movimentam a ordem local da Capital Federal, como noticiado na edição do dia 13.

É relatado que manifestações tinham início logo pela manhã e “quebravam a costumeira calma da cidade”<sup>144</sup>, fazendo com que pelotões transitassem na cidade pelas mediações do Mosteiro de São Bento. Pela perspectiva do *Correio da Manhã*, tal movimentação se fazia como uma exibição de força em prol do despacho. O Abade João das Mercês Ramos se firmou em negar tal manutenção de posse para o Frei Domingos da Transfiguração Machado, em alegação de obediência ao juiz federal, tendo em vista o acordão definido pelo STF. Ordens foram dadas para que a cavalaria se mantivesse na porta do Mosteiro, ficando os soldados que compunham a força de infantaria na ladeira e, também, nas proximidades do Arsenal da Marinha. O jornal relata que às 6h da manhã o delegado e o chefe de polícia estavam no Palácio da Conceição, à disposição dos beneditinos, que logo tomaram rumo ao Mosteiro de São Bento.

Já no Mosteiro, a polícia chega sem resistência, juntamente com os eclesiásticos e autoridades, sem nenhum tipo de problema. Em seguida, os beneditinos se dirigem à portaria do Mosteiro, rumo à moradia, onde foram recebidos por João das Mercês, sendo relatado no jornal um “efusivo abraço acompanhado de lágrimas por parte de ambos os frades”, o que pode ter sido tomado como um acordo.

---

<sup>144</sup> *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1903, p. 2. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 13 abr. 2020.

Na manutenção da posse, sentaram-se ao redor de uma mesa e foram expostas as resoluções da reunião do Capítulo Geral da Ordem. É mostrado que João das Mercês reconheceria Domingos da Transfiguração como seu sucessor após Reunião Capitular, onde exporia razões que apresentava relevantes. Do lado de fora, alguns estudantes do Colégio São Bento, insatisfeitos com as decisões, insurgiam-se contrariamente a soldados ali presentes e repetiam que só deixariam o local se a polícia os retirasse de lá; entretanto, após algumas horas, essas pessoas dirigiram-se ao Largo do São Francisco, como relata o jornal. Findo o comício que ocorrera no local, relata-se que as pessoas ali presentes apenas deixariam o local após decisão final do STF <sup>145</sup>.

A situação perde consideravelmente o controle nesse dia 12 de maio, quando um contingente, após o final do comício, direcionado para o Mosteiro adentra-o forçosamente, arrombando a entrada de suas dependências, fazendo com que frades presentes deixassem o local repentinamente rumo ao arcebispado, retornando momentos mais tarde acompanhados pelas forças policiais e pelo então general Hermes da Fonseca. Como menciona-se nos escritos na coluna, um telegrama foi enviado diretamente ao Papa Leão XIII por pessoas envolvidas com a organização do comício do dia 12. No telegrama, o teor da mensagem era de apelo ao Papa, para que tomasse alguma decisão ao procedimento considerado incorreto em relação ao ex-abade João das Mercês Ramos.

No dia 14 de maio, as notícias eram de que se estabeleciam as proibições dos comícios realizados contra os monges, tendo fortes críticas ao sistema judiciário brasileiro, sobretudo ao STF, acusado de não ter força o suficiente, uma vez que as decisões do juiz seccional, de acordo com o autor da coluna, eram consideradas arbitrárias em favor dos monges, partindo de alguém em patamar inferior ao STF. Somada à revolta influenciada pela imprensa, a proibição dos comícios é considerada algo que fere a dita liberdade de “ir e vir” constitucional, sendo isso mencionado por várias vezes no jornal. A denúncia nessa edição corroborava, sobretudo, a tese do acobertamento do poder público para com as demandas dos monges, que, como deve ser lembrado, são tratados a todo instante de maneira vulgar.

Proibidas as reuniões, Hollanda Cunha, em tentativa de realização, foi encaminhado junto às forças policiais para prestar esclarecimentos. Nas situações internas do Mosteiro de São Bento, o *Correio da Manhã* relata a suspensão das aulas do Colégio pertencente ao

---

<sup>145</sup> *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1903, p. 2. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 13 abr. 2020.

Mosteiro, o livre trânsito do Frei João das Mercês Ramos, bem como entrada permitida somente aos advogados das partes e demais pessoas, desde que sob autorização do então atual Abade Geral, Domingos da Transfiguração Machado. O sentimento republicano por diversas vezes se manifesta, ora em tom de protesto, ora em consonância.

Na edição do dia 15 de maio, referente ao dia anterior, é possível visualizar uma manifestação em tom de cobrança, nos moldes liberais, defendidos em linhas gerais pelo projeto republicano. Na coluna da primeira página do jornal, é cobrado e esperado que a República reagisse a presença destes “usurpadores tiranos”, em defesa da “propriedade, família e da liberdade”. Os “usurpadores tiranos” mais uma vez se tratavam dos monges. A presença dos militares pelas ruas reforçava o Mosteiro e, dessa vez, impediu que fosse realizado algum comício. No dia 16 de maio, relatou-se no jornal sessão ocorrida no dia anterior a respeito da proibição dos comícios, inclusive a notícia de uma notificação que saíra em outro jornal importante, o *Jornal do Commercio*, expondo edital referente à proibição do *meeting* emitido pela polícia.

Nos âmbitos jurídicos da administração dos bens do Mosteiro, noticia-se que o Dr. Souza Bandeira, advogado de João das Mercês, emite petição ao juiz seccional, Godofredo Cunha, em relação à permissão de posse do Mosteiro a Frei Domingos da Transfiguração. Indeferido o recurso, ficou a cargo do STF a decisão após requerimento via carta. De acordo com a coluna do jornal, gradativamente o policiamento diminuía e, ainda que houvesse suspeitas de comício prestes a ocorrer, relata-se que nada então acontecera. Aparentemente, as forças policiais no dia referido tiveram que dispersar pequeno grupo de pessoas, sendo alvo de críticas por pessoas presentes que, como é declarado na notícia, não estavam realizando nem pretendendo o início de alguma manifestação. Entretanto, consta na notícia em tom de crítica que prisões consideradas arbitrárias ocorreram, o que gerou revolta das demais pessoas presentes. Relata-se, ainda, a existência de um *habeas corpus* para a realização dos comícios, requerido por Souza Bandeira.

Em breve crônica escrita por Ivo do Vali e publicada na primeira página, na edição do dia 18 de maio, é expressada a falta de lucidez nos fatos, sendo essa uma característica de diversos assuntos abordados nesse período de transformações na cidade, não apenas desta disputa, em tom que fazia coro às necessidades da população. Embora ainda muito se discutia e se propagava na imprensa, Scherer coloca que entre os dias 10 e 19 de maio o ex-abade João das Mercês se encontrava debilitado devido a diversos derrames, estando então sob cuidados de familiares e, no dia 10, a sua excomunhão e deposição do cargo foi ordenada e declarada

publicamente pelo próprio Domingos da Transfiguração Machado, sendo também declarada por Leão XIII, como colocado anteriormente<sup>146</sup>.

No dia 19 de maio, noticiou-se a diminuição na vigilância do Mosteiro, passando de 250 soldados para 70, sob o comando do capitão Possidônio. A notícia que se espalhava, de acordo com a coluna, era de que algumas pessoas tinham a intenção de se aglomerar para a realização de um *meeting*, no Largo do São Francisco, requerendo o *habeas corpus* que concedia tal realização. Mais tarde no mesmo dia, noticia-se a intenção do então Abade Geral Domingos da Transfiguração da transferência da sede da Abadia Geral para o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, devendo então solicitar a autorização do Papa.

Na edição do dia 20 de maio, uma apelação ao general Marinho, comandante do 4º Distrito, solicitava a suspensão da patrulha que se mantinha nas ruas do centro da cidade, em prevenção das aglomerações consideradas exercício do direito, em ataque por parte das forças policiais. Em algumas edições, é possível ter acesso a impressões e opiniões de literatos e jornalistas da época. Como exemplo uma carta aberta destinada a Zeca, provavelmente algum pseudônimo de outro literato, assinada por Pojucan, pelo que podemos pressupor se tratar do pseudônimo de Domingos Olímpio, importante literato da época, que teceu reflexões feitas sobre a agitação dos abades. A carta tem um tom em primeiro momento imparcial, que parece prezar pela ordem legal e social, considerando as disputas da Abadia o fator primordial para as agitações.

No dia 22 de maio, brevemente é noticiado que peritos ordenados pelo delegado da polícia urbana, Manoel Antônio da Motta e Manoel Rodrigues da Silva, realizaram exame de corpo de delito, decorrente de uma invasão popular nas dependências do Mosteiro. Em relato, portas laterais do Mosteiro teriam sido arrombadas. A edição do dia 23 dava início a uma série de artigos escritos por Pedro Tavares Junior, intitulados “A República e os frades”. Na primeira publicação, com assinatura no dia 21 de maio, trabalhava-se alguns aspectos que se relacionavam com a disputa do patrimônio do Mosteiro.

O nome da crônica já diz um pouco sobre o sentimento da população e dos intelectuais para com a República. Primeiramente, é possível notar uma crítica a um autoritarismo por parte das forças armadas e de um suposto domínio clerical sob a sociedade republicana. Em outro momento, reforça o discurso da separação entre Igreja e Estado, condenando as ações políticas que acabavam por ceder às determinadas pressões da Igreja. A publicação oficial em audiência

---

<sup>146</sup> SCHERER, 1980, p. 144.

do acórdão do STF, que concedia a manutenção dos bens por João das Mercês, era noticiada na edição do dia 24, entretanto, ainda necessitava de cumprimento dos autos por parte do juiz seccional, que já havia negado a manutenção em favor do Frei João das Mercês Ramos.

Na edição seguinte, sai uma segunda publicação de Pedro Tavares Junior, da série “A República e os Frades”, em que o autor do texto discorria sobre os acontecimentos recentes. Na coluna, o interessante desta vez é a crítica direta a José Joaquim Seabra, então ministro das relações exteriores, bem como a suas ações como ministro em relação à permissividade para com a situação beneditina. Na coluna, critica-se inicialmente a bênção apostólica cedida por Joaquim Pecci<sup>147</sup>, o Papa Leão XIII, considerando o ato como uma ajuda com o objetivo de facilitar a manutenção de posse dos bens para os monges beneditinos recém-chegados. A questão levantada era de que as ações de J.J. Seabra não condiziam com tal graça recebida, senão o denunciado conchava com os eclesiásticos beneditinos.

É feito também um resumo de notícias publicadas em outros periódicos em relação às recentes movimentações do ministro, mais especificamente no jornal *Paiz*, *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio* nas semanas anteriores. Não obstante, pelo que se falava nessa coluna, a questão ainda tramitava no campo jurídico, ainda que tendo o STF decidido em favor de Frei João das Mercês, o auto não fora cumprido pelo juiz seccional e se mostrava acobertado pelo alto escalão administrativo da Igreja e também de demais pessoas, como o Barão do Rio Branco e as forças policiais.

Nas semanas seguintes, de acordo com notícias, foi possível a realização de um comício graças à emissão de *habeas corpus*, concedido pelo STF, e ainda carta testemunhável requerida pelo advogado Souza Bandeira, de João das Mercês, que garantia a manutenção dos bens do Mosteiro para o ex-abade, dado ao fato de o juiz seccional ainda não cumprir com a determinação. Isso pode ser melhor elucidado por carta de autoria do próprio Souza Bandeira, publicada na edição do dia 30 de maio. O texto levanta a crítica à contradição do caso, denunciando que a justiça regional se sobressaíra sobre a justiça federal, sendo considerado desrespeito ao STF:

*Mas, uma que um regulamento do poder executivo, expedido em nome do Congresso, interpreta uma disposição da Ordenação, applicavel a uma outra Justiça, não se pode cõmpreender que o que é verdade para a justiça local*

---

<sup>147</sup> Joaquim Pecci era um dos nomes referidos ao Papa Leão XIII, assim como Cardeal Pecci. Cf. MELO. “Longos e Efêmeros Papados”. 1986. p. 82-88. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1986Indice.html>, acesso em 15 jul. 2020

*não o soa para a federal, quando o poder legislativo que a regula é o mesmo. Seria lato uma verdadeira contradição in adjectum.*<sup>148</sup>

Com o adiamento na sequência do julgamento da carta testemunhável em favor de João das Mercês, os comícios no Largo do São Francisco, então liberados graças ao *habeas corpus* preventivo concedido, voltaram a receber maior adesão da população. Seguindo no tempo, o caso adentrou o mês de junho e o *Correio da Manhã* continuou a propagar e noticiar a intervenção do Governo Federal no caso, assegurando aos monges beneditinos e a Domingos da Transfiguração Machado a garantia da ocupação do Mosteiro, afirmando a posição privilegiada da Igreja na sociedade, mesmo que se encontrava separada do Estado.

As notícias, os *meetings* e a agitação popular foram diminuindo, a administração do Mosteiro do Rio de Janeiro se manteve então sob o comando de Domingos da Transfiguração Machado após diversos trâmites no judiciário e intervenção do Governo Federal. Segundo Scherer, em julho de 1903, saíra a notícia que corroborava versões do caso de quem defendia, como o folhetim distribuído pelo padre Severiano de Rezende, a estada dos novos monges; uma acusação pelo advogado do Mosteiro, Luiz Domingues, de que João das Mercês e família se enriqueciam às custas dos bens do Mosteiro. Dessa forma, em dezembro de mesmo ano, definitivamente o caso se finalizava, tendo o STF recusado a última apelação de João das Mercês Ramos<sup>149</sup>.

Por fim, o jornal *Correio da Manhã*, como foi possível perceber, se mostrou como um veículo bastante preocupado com a questão do Mosteiro, deixando transparecer seu posicionamento bastante parcial à Frei João, sendo um veículo que não somente demarcou a opinião de seus jornalistas, mas também se alinhou e estimulou, através de notas, as manifestações contrárias aos beneditinos no Rio de Janeiro. Definitivamente, não foi um periódico que se utilizou do humor, se colocando como um jornal bastante sério no que se refere às questões públicas. Entretanto, o *Correio da Manhã*, embora utilizasse de uma seriedade, sendo um jornal de seu tempo, se alinhava completamente ao estilo jornalístico da época, que tinha como principal característica a aproximação das questões institucionais com a vida das ruas.

O humor da *Belle Époque* brasileira seria, então, um forte elo entre o público e o privado, entre a instituição e as ruas. Conforme o tópico a seguir, as revistas ilustradas atuavam de modo

---

<sup>148</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1903. p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 15 abr. 2020.

<sup>149</sup> SCHERER, 1980, p. 148.

diferente dos jornais em relação ao humor, sendo periódicas, normalmente semanais. O humor era uma marca que, diferentemente da maioria dos jornais, se fazia presente através das imagens e crônicas, dado ao avanço técnico da imprensa da época, que foi responsável por uma série de mudanças na estrutura do jornalismo do início do século.

## 2.2 As revistas ilustradas no Rio de Janeiro em 1903

As revistas, com seus intelectuais e artistas, faziam parte de uma rede de veículos de imprensa entre jornais e revistas ilustradas que direcionavam seu conteúdo à política e à sociedade, sendo divulgadoras de ideias republicanas e liberais. Como Nelson Sodré<sup>150</sup> assinala, a passagem do século XIX para o XX marca a transi o da pequena grande imprensa, que influi diretamente na rela o e circula o de temas e da política, tornando os veículos de comunica o como símbolos capitalistas “de maior ou menor porte”<sup>151</sup>. Aliados a isso, culturas políticas da virada do século XIX para o XX, a valoriza o do trabalho e um comportamento intelectualizado, ligados   arte e literatura, corroboravam os sentimentos da nova República, que viam antigos valores imperiais, como, por exemplo, a escravidão, sendo problemas para o avanço dos valores contemporâneos   época, que simbolizavam uma moderniza o da sociedade<sup>152</sup>.

A evolu o da imprensa acompanhava o crescimento da produ o industrial na cidade, que era reflexo da comercializa o cafeeira e de movimentaa o de pessoas de diferentes localidades, o que tornava a Capital Federal culturalmente diversificada. Esse fluxo de movimentaa o se deu, também, graças   melhora significativa das condi oes de higiene na cidade e ao controle de vias públicas, que expandia com isso a capacidade de locomo o urbana e modificava seus aspectos est ticos<sup>153</sup>. Como consequência desse momento tido como próspero, na primeira década do século XX no Brasil, começa a surgir um novo modelo de revista que exerceu mudanças significativas na imprensa ilustrada do Brasil. Embora alguns periódicos ilustrados j   existissem, começava a surgir um novo tipo que trazia consigo novos aspectos visuais e textuais que renovavam a maneira da imprensa ilustrada brasileira.

---

<sup>150</sup> SODRÉ. *A história da imprensa no Brasil*. 1994, p. 266.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 275.

<sup>152</sup> GONÇALVES, 2011, p. 26.

<sup>153</sup> SILVA. *O povo no imaginário dos letrados: As representa oes dos setores populares nas páginas da revista O Malho (1904-1908)*. 2014, p. 29.

A existência dessas novas revistas ilustradas representava não só o início de uma modernidade visual, mas também era uma consequência do avanço tecnológico industrial já citado, visto que isso indicava a capacidade de impressão de maiores volumes e uma agilidade da produção gráfica da imprensa. O mercado editorial brasileiro se encontrava enriquecido, visando maior lucro e atender à produtividade exigida pela modernização; os veículos adentravam à tendência de sair de uma produção artesanal, adquirindo maquinário capaz de produzir em maiores escalas<sup>154</sup>. Outro aspecto também marcante dessa transição era o alinhamento com o *Art Nouveau*, que se popularizava na Europa, correspondendo com as mudanças na sociedade, sobretudo nos grandes centros, marcando no Brasil o início de uma renovação estética pré-modernista no contexto brasileiro das artes, que se estenderia até a Semana de Arte Moderna em 1922, período que é marcado como o início da arte moderna no Brasil<sup>155</sup>. O *Art Nouveau* no contexto brasileiro foi uma das principais marcas da *Belle Époque* e não se restringiu apenas como tendência comum presente nos meios editoriais brasileiros, estando presente também em demais âmbitos, como produções gráficas para a publicidade e arquitetura<sup>156</sup>.

No Rio de Janeiro, houve um volume considerável de revistas ilustradas ou não que circularam entre o final do século XIX e início do século XX. As revistas têm uma importância considerável na história da cidade, bem como na construção de seu imaginário popular e social. O historiador Sergio Lamarão realiza um levantamento das revistas existentes no Rio de Janeiro no final da segunda metade do século XIX até meados do século XX e vem nos subsidiar nesta pesquisa, sendo uma valiosa fonte de nomes de periódicos, sejam eles quinzenais, mensais ou com publicação irregular<sup>157</sup>.

### 2.2.1 A revista *O Malho*

*O Malho* aparece nesse cenário na cidade do Rio de Janeiro, sendo fundada no dia 20 de setembro de 1902, por Luís Bartolomeu Sousa e Silva, juntamente com o caricaturista pernambucano Crispim do Amaral como diretor artístico, circulando semanalmente até o ano

---

<sup>154</sup> LUCA, 1996, p. 95.

<sup>155</sup> SILVA, 2014, p. 4.

<sup>156</sup> SILVA. *Esplendor ornamental: a estética Art Nouveau nos livros e revistas pré-modernistas brasileiros*. 2011, p. 6.

<sup>157</sup> Ver LAMARÃO. “As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro”. 2012, p. 129-143.

de 1954<sup>158</sup>. O semanário ilustrado *O Malho* surgia ao preço de 200 réis, com a premissa de ser uma revista artística, literária e crítica. Apoiada no humor, deixou claro o principal fator que geria sua existência logo de início, associando seu estilo de notícia ao seu nome “malho”, ou seja, o martelo utilizado na profissão de ferreiro junto à bigorna, que carregava consigo a simbologia da crítica ferrenha, marcando com isso a sua principal linha editorial. A revista carioca não foi a única a ter este nome, existindo na segunda metade do século XIX a recorrência de periódicos com o nome *O Malho* no Maranhão e em São Paulo<sup>159</sup>.

A revista, seguindo o fluxo da imprensa brasileira, fazia-se como um meio de propagação dos projetos para a nação, intimamente ligados à classe dominante e, com isso, evidenciava os aspectos das cidades e da sociedade que mais se aproximavam do contexto europeu, ou seja, colocava-se as classes mais baixas fora destas representações, comumente vendo a população com um certo desprezo. A revista, embora carioca e comentasse a vida cotidiana carioca, não restringiu sua distribuição apenas na cidade do Rio de Janeiro e, a partir de dezembro de 1902, passou a circular fora do Rio de Janeiro, sobretudo nos estados de São Paulo e Minas Gerais, mas também sendo distribuída em estados da região Sul, Norte e Nordeste<sup>160</sup>. Posteriormente, no ano de 1904, passa a custar o valor de 300 réis, valores considerados acessíveis para as camadas letradas no Rio de Janeiro, o que favorecia a sua distribuição e acesso<sup>161</sup>.

De acordo com o que consta no *site* da Fundação Casa de Rui Barbosa<sup>162</sup>, a revista foi a pioneira em substituir a utilização da litogravura, ou seja, abandonou o processo de impressão de imagens que consistia no entalho na pedra litográfica, amplamente utilizado na indústria gráfica no século XIX, pela utilização da placa de zinco como matriz, dado à maleabilidade que o material permitia. Embora apontemos essa mudança técnica significativa, é válido citar que a utilização da litogravura também representou uma modernização da imprensa no século XIX, pois foi através dela que a imprensa ilustrada passou a fazer mais parte do cotidiano da população, por meio das ilustrações de artistas importantes, como Ângelo Agostini.

---

<sup>158</sup> TENÓRIO. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. 2009, p. 34.

<sup>159</sup> GONÇALVES, 2011, p. 65.

<sup>160</sup> NOGUEIRA. *Muda a cidade, mudam-se as pessoas*. Repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada *O Malho* (1902-1910). 2018, p. 59.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>162</sup> Além das edições da revista disponíveis no *site* da Biblioteca Nacional, é possível encontrar um acervo sistematizado da revista *O Malho* no *site* da Fundação Casa de Rui Barbosa. <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/?lk=2>. Último acesso em 22 nov. 2020.

A técnica da litogravura foi utilizada com a finalidade de fornecer, além das primeiras charges na imprensa brasileira, narrativas visuais como desenhos documentais aos fatos apresentados pelas revistas, período este anterior à utilização da fotografia<sup>163</sup>. Entretanto, devido ao fato de as chapas de zinco serem mais leves e fáceis de manuseio, esta inovação encabeçada pela revista *O Malho* facilitou o uso de cores chapadas, traços rápidos, texturas e sobreposição de cores, impulsionando a utilização da charge e da ilustração, dando espaço para os principais ilustradores da época, sendo eles Raul Pederneiras, Renato de Castro, o próprio fundador Crispim do Amaral, além de demais nomes consagrados, como J. Carlos, K. Lixto e Falstaff.

A modernidade da revista *O Malho*, para além da premissa crítica, partia de sua própria existência física, uma vez que a revista reunia, além das características intelectuais, todos os aspectos técnicos da época que simbolizavam esta velocidade, que era um dos mais marcantes atributos desta modernidade, isto é, visualmente de fácil assimilação e uma velocidade de impressão maior, que permitia uma maior produção e, com isso, maior frequência.

Em se tratando de um semanário, o conteúdo publicado n' *O Malho* era uma síntese dos últimos acontecimentos da semana até próximo ao dia da publicação e, obviamente, levava em conta que o leitor já estivesse ciente dos assuntos tratados, visto que, geralmente, eram assuntos que se encontravam em alta naquele momento na sociedade, diferente de jornais diários. Os temas abordados pela revista *O Malho* eram introduzidos nas primeiras páginas pela “Chronica”, um texto que abria seu conteúdo assinado por algum intelectual da época que se identificava por “F”<sup>164</sup> e comentava os assuntos mais efervescentes na cidade e no país com forte tom de ironia e crítica. As charges que se espalhavam pelas páginas nem sempre acompanhavam os textos com que dividiam espaços, mas sempre estavam relacionadas aos temas apresentados nos textos iniciais das edições.

A visualidade atraente da revista, fortalecida pelo seu tamanho de 23 x 32 centímetros, foi uma das maneiras de *O Malho* firmar sua participação na sociedade, através dos novos valores visuais que iam contra ao que se considerava inapropriado e subversivo, além de ser uma renovação estética em relação às revistas ilustradas do século XIX. Considerando que a revista seguia o fluxo das camadas privilegiadas, ela então assumia em seu discurso uma

---

<sup>163</sup> AZEVEDO. “A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros”. 2009, p. 85.

<sup>164</sup> O uso de pseudônimos na imprensa era bastante recorrente. Diversos literatos que assinavam a autoria de crônicas, o faziam várias vezes sob um apelido. No entanto, não conseguimos ainda identificar sobre quem se tratava a autoria das “Chronicas” das edições presentes neste trabalho que são assinadas apenas com um “F”.

determinada conduta de comportamento, que ditava os costumes dos “bons cidadãos” no Rio de Janeiro. A inclinação para as artes, teatro e música é fortemente divulgada nas edições, com partituras musicais e comentários sobre arte, até mesmo tendo páginas estimulando a prática do desenho. Aliados à visualidade chamativa, o humor e o deboche eram utilizados com este viés, uma vez que o humor era característico da imprensa brasileira do período.

Com isso, as ilustrações normalmente existiam em todas as páginas, começando pela capa, dividindo espaços com textos e propagandas também ilustradas, que chegavam a ocupar páginas inteiras nas primeiras e últimas páginas. A nova possibilidade de impressão na matriz de metal permitiu a utilização de cores, o que não ocorria antes, e também um desenho mais ágil, isto é, realizado através de técnicas onde contrastes e formas se resolvessem com poucas linhas e hachuras, tornando, com isso, sua assimilação mais fácil<sup>165</sup>. A revista *O Malho* explorou a visualidade em praticamente todos seus aspectos, desde o título da capa, seu interior, títulos de seções e contracapa. A publicidade massiva, característica da grande imprensa do Brasil Republicano, se alinhou ao estilo do *Art Nouveau*.

Em 1903, os desenhistas Raul Pederneiras e K. Lixto assumem a direção artística d’*O Malho*, o que de modo geral torna a utilização do humor na revista com um caráter um pouco menos irônico e jocoso, partindo para um humor mais político num tom sério e menos cômico em relação à maneira que se fazia até então<sup>166</sup>.

Assim, embora atento a nosso tema, através do contato com as edições dos periódicos, é impossível que deixemos de notar, mesmo que superficialmente, outros assuntos abordados pela revista que nos permitiram que tivéssemos uma melhor ideia de seu posicionamento. Com isso, pudemos perceber que o posicionamento da revista era de certo modo controverso, visto que a revista frequentemente se colocava ao lado da população, buscando corresponder aos anseios de parte dos habitantes do Rio de Janeiro, quando lhe convinha, e propagava projetos do governo que fossem vantajosos para as camadas mais abastadas e excludentes em relação às classes mais pobres. A título de exemplo, as abordagens das reformas estruturais iniciadas pelo prefeito Pereira Passos, que a cidade começava a enfrentar no mesmo ano, tiveram sérias consequências para as classes sociais mais baixas que habitavam as áreas centrais da cidade. Outro exemplo, como veremos nas charges analisadas, é o fato de a revista supostamente se

---

<sup>165</sup> Efeito de textura que explora o contraste entre a luz e a sombra no desenho, utilizando pequenos traços que vão formando uma trama, podendo essa trama ser mais justaposta ou mais espaçada, dependendo da intensidade do contraste pretendido.

<sup>166</sup> NOGUEIRA, 2018, p. 57.

colocar junto à população contra os frades, justificando-se pelo fato de que grande parte das manifestações contrárias partiam de membros de uma classe média, como políticos e estudantes do Colégio São Bento. Com isso, é possível notar que mantinha um discurso flutuante em relação a esse apoio, opondo-se ou fazendo coro quando era conveniente, o que a tornava contraditória por diversas vezes.

Pesquisas existentes no campo da História e das Artes por vezes enfrentam dificuldades na busca de fontes sobre desenhistas e revistas antigas, o que torna o tema relativamente pouco explorado, sendo mais comuns trabalhos que retrataram pessoas e revistas que circularam por mais tempo e desenhistas que tiveram papéis mais centrais. Entretanto, dada à importância da revista *O Malho*, é mais comum que encontremos trabalhos que atendam satisfatoriamente nossa demanda pela revista e pelo período estudado. A dissertação de mestrado de Renata Fernandes da Silva Nogueira, intitulada *Mudam as cidades, mudam-se as pessoas. Repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada O Malho (1902-1910)*, de 2018, faz um extenso levantamento e análise de charges que trataram de movimentos sociais e suas consequências na revista, fazendo uma ligação com a grande reforma da cidade, sendo uma fonte importante não apenas sobre a revista, mas também acerca de grande parte da vida urbana carioca. Tivemos acesso ainda à dissertação de Livia Freitas Pinto Silva Soares, sob o título *O povo no imaginário dos Letrados: representações dos setores populares nas páginas da Revista O Malho*, de 2014, que também aborda como artistas representaram atores sociais que ocupavam o espaço urbano pela perspectiva dos chargistas d'*O Malho*, e nos serviu de fonte de informações sobre a revista. Outro trabalho interessante a ser citado é a dissertação de mestrado de Guilherme Mendes Tenório, de 2009, sob o nome *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*, que nos forneceu informação a respeito de sua criação e desenvolvimento, não apenas sobre a revista *O Malho*, mas também para nos ajudar a entender o processo de surgimento das revistas como um todo, mesmo das que tivemos poucas informações, como é o caso da revista *Tagarela*, sobre a qual falaremos rapidamente a seguir.

### **2.2.2 A revista *Tagarela***

A revista *Tagarela* foi uma das várias revistas de curta duração que circularam no Rio de Janeiro, nesse início do século XX. Também, em suas páginas, exibiu charges de Raul Pederneiras a respeito da *questão dos frades*. Infelizmente muito pouco se sabe sobre sua existência, comparado com a revista *O Malho*. Suas informações são bastante escassas,

restringindo-se mais a informações que constam nas próprias páginas, bem como a algumas notas em demais trabalhos que abordaram sobre a imprensa no início do século XX no Rio de Janeiro. Dentre esses, estão os trabalhos já citados, *A história da imprensa no Brasil* (1994), de Nelson Sodr e, e *A história da caricatura no Brasil* (1963), de Herman Lima, que nos deram pistas sobre a cria o da revista, como colocamos. O restante das informa es se deu por nosso contato com as edi es iniciais, bem como as estudadas com o objetivo de extrair ao máximo informa es sobre a revista.

Talvez isso se d  por seu curto período de existência e pelo fato de seus artistas e pessoas de imprensa serem também pertencentes a outros periódicos, na Capital, que tiveram maior participa o na sociedade. No *site* da Biblioteca Nacional, tivemos acesso a uma gama de números publicados, o que facilitou concisamente a busca e, também, dado ao ano de 1903, se mostra como uma das poucas revistas ilustradas disponíveis até então, que circularam especificamente no Rio de Janeiro no período, que se adequassem a nossa pesquisa. Ainda assim, alguns números faltam páginas ou se encontram deteriorados, visto se tratar de itens que atravessaram décadas em armazenamento.

Foi, então, uma revista de curta dura o, pouco mais de três anos, com seu número inaugural no dia 1  de março de 1902 ao preço avulso de 100 réis, como consta no primeiro número publicado, tendo sua dire o inicialmente a cargo de Peres Júnior, tratando de assuntos importantes da Capital Federal. Assim como também dizia, nas páginas iniciais, era um semanário crítico e ilustrado, voltado ainda para a propaganda comercial. Seu endereço era na Rua de Gonçalves Dias, número 42, sofrendo algumas mudanças de local ao longo de sua existência e sendo também adquirida por Raul Pederneiras posteriormente.

Diferente da materialidade da revista *O Malho*, a revista *Tagarela* não utilizava cores na maioria de suas edi es, sendo elas também com um número consideravelmente menor de páginas. Era uma revista significativamente simples, se comparada a *O Malho*, além de seu número reduzido de páginas. Não explorou os limites do *design* da época, restringindo-se a um estilo econ mico nos aspectos visuais, embora utilizasse de desenhos espalhados por todas as páginas.

A propaganda comercial era seu forte, e vários artistas importantes não são ilustravam a revista com suas charges, mas também assinavam diversas propagandas comerciais. Contudo, não se diferenciava substancialmente d'*O Malho* em seu conteúdo nem disposi o dos elementos nas páginas, ainda que, como colocado, sua materialidade fosse mais simples. Contava com doze páginas, sem nenhuma cor, normalmente dividida em três colunas da

esquerda para a direita, com imagens menores entre os textos, e eventualmente ilustrações e propagandas maiores distribuídas nas extremidades das páginas. As revistas não se diferenciavam também de estilo com os jornais, diferente dos dias atuais, onde as revistas impressas recebem todo um trabalho minucioso de *design* gráfico, que depende em grande parte da materialidade, a qual tem influência direta no estilo de imagem e cor que será impresso.

Contudo, ainda que escassas suas informações, a revista *Tagarela* não se fez menos importante, visto que recorrentemente menciona-se sua existência em trabalhos que estudam caricatura, *design*, literatura e imprensa do período, o que comprova sua importância perante a sociedade carioca do início do século XX. A linha editorial da *Tagarela* também não se diferenciava muito de como *O Malho* atuava. Normalmente se alinhava às necessidades de uma classe média e se dizia do “lado do povo”. Foi uma revista que abriu bastante o espaço para a propaganda comercial, tendo, inclusive, um dos motivos de sua criação tal finalidade. Assim como pretendia, discutia os acontecimentos do cotidiano e do que se passava nas ruas, bem como a divulgação de partituras musicais, crônicas e colunas sociais da época, tendo também sido local de trabalho dos principais artistas da época que passaram pela revista, Raul Pederneiras, Falstaff, K. Lixto etc., que atuaram, como dissemos anteriormente, na revista *O Malho*.

### **2.3 O humor ilustrado da *Belle Époque***

A *Belle Époque* brasileira foi marcada com a virada do século XIX para o XX, caracterizando-se, de acordo com Saliba<sup>167</sup>, como uma prática limiar da palavra que transitava entre o sério e o cômico. Como o autor salienta, uma “amalgama de temporalidades”, futuros projetados no passado, uma visão que deslocava os sentidos da história e da vida em seus significados. Reforça o autor que a ausência de sentido era a característica de representação inerente à busca de resolver contendas ao estilo peculiar da história brasileira, dado ao momento crítico da sociedade. Com isso, o registro cômico foi, então, uma das formas privilegiadas de representação das contradições do país. Assim, o humor da *Belle Époque* se equilibra entre as contradições sociais, mas não apenas; o humor do período que surge com a República tem, na

---

<sup>167</sup> SALIBA, 2002, p. 69.

vida da cidade, seu espaço mais frutífero e inspirador para a evidenciação, por assim dizer, destas contradições.

O início do século XX no Brasil, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, é marcado por transformações significativas na estrutura da cidade com a busca do embelezamento e expansão das avenidas e casarões, bem como a transformação que isso surtiria na sociedade. Obviamente, os diversos embates gerados a partir disso são consideráveis. A opinião popular na República passa a ser algo constante e os jornais exprimiam ideias e opiniões, sendo promotores de pensamentos que permeavam diversas camadas sociais. Os escritores e desenhistas presentes nos jornais e semanários ilustrados dialogavam com a realidade, sendo agentes do próprio tempo nesse período da história.

A proclamação da República veio despertar diferentes sentimentos na população, como a quebra de valores e costumes sociais, em contraponto a uma suposta fama de “vida regrada” que era atribuída ao Rio, como mostra o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho em *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi* (2004). Através do trabalho do historiador, a vida pós-República escancara na cidade do Rio de Janeiro uma legitimação de um estilo de vida menos agarrado a uma moralidade extremamente rígida. O avanço da imprensa permitiu que as ideias se manifestassem através de personagens que se vestiam com características dessa suposta permissividade, isto é, personagens, nas charges e crônicas, construídos com elementos como sedução, falcatruas, malandragens, entre outros, que ganharam vida a partir de representações pictóricas e literárias. Curiosamente, numa época onde os valores morais eram de certa forma amplamente divulgados, sobretudo ligado às camadas sociais, esses personagens apresentavam características desse humor ligado a uma dita imoralidade, se referindo à vida social e política.

Assim, é possível perceber que no campo visual, isto é, nas charges e caricaturas, o que se representava do cotidiano carioca explorava bastante essas características insultuosas, traduzidas em opções estéticas em seus personagens do campo visual e literário. Não apenas através do trabalho de Carvalho apontaremos como aspectos do Rio de Janeiro em transição corroboram os pensamentos que demonstravam a repulsa e fascínio pela cidade grande. As agitações políticas eram marcadas, então, pela presença de militares juntamente com pessoas da população civil, ainda que não compartilhassem necessidades e interesses com demais fatias da elite, como comércio e agricultura. Outro fator interessante é que, segundo Carvalho<sup>168</sup>, no

---

<sup>168</sup> CARVALHO, 2004, p. 38-39.

Rio de Janeiro, apesar da existência do caráter de participação popular considerável, essa passava distante da política oficializada. Inexistia um sentimento de comunidade política urbana, isto é, o pertencimento coletivo era inexistente. O Rio de Janeiro era em grande parte dividido em etnias (colônias de imigrantes, por exemplo), habitacional ou localmente, com suas características distintas. As comunidades, sejam elas étnicas ou habitacionais, ao sinal de ataques de fora, como polícia, políticos ou imprensa, se uniam contra o possível inimigo. Curiosamente, algo desse *modus operandi* é incentivado nas colunas da imprensa, sobretudo no *Correio da Manhã* e nas ilustrações das revistas *O Malho* e *Tagarela*.

O humor ilustrado na imprensa brasileira, embora se disseminou com o advento da República, não nasce nesse período, já circulava no âmbito literário há mais tempo. As revistas nascem no final do século XIX como um reflexo do avanço técnico. As revistas eram uma união entre a publicidade, uma nova estética e um desejo de modernidade que se alinhavam ao estilo parisiense de se fazer periódicos, influenciados sobretudo pelo espírito das ruas e boêmias herdadas da estética e política parisiense, que era a principal marca que exercia influência no conteúdo e estética das revistas cariocas dos anos da virada do século.

Como demarca o historiador Jeffrey Needell<sup>169</sup>, a ideia de civilização moderna que circulava entre os brasileiros no final do século XIX era basicamente França e Inglaterra. Reconstruir o Rio de Janeiro era se aproximar do estilo parisiense de espaço urbano. De acordo com Needell<sup>170</sup>, o sucesso da grande reforma de Paris entre 1853 e 1870 foi responsável por uma reconstrução que foi além de um embelezamento, alargamento e iluminação da cidade, isto é, as novas vias amplas e novos prédios imponentes desmantelaram e desmembraram os bairros de classe operária, o que se tornou uma estratégia contra-revolucionária e reformista. Tal reconstrução, segundo o autor, era simbólica e prática, dando um novo poder à classe média e sendo um modelo europeu de reconstrução.

As grandes movimentações e o aspecto colonial que o Rio de Janeiro ainda guardava tornavam a cidade um espaço insalubre e pouco convidativo para visitantes e comerciantes de outros países. Francisco Pereira Passos, na qualidade de engenheiro do Ministério do Império, a partir de 1874 tentou sem muito sucesso implantar reformas que modificariam timidamente o espaço urbano carioca, porém sofrendo críticas públicas de opositores. Com isso o Rio de Janeiro manteve por mais algumas décadas o aspecto insalubre, contando, ainda, com sistemas

---

<sup>169</sup> NEEDELL. *Nome*. 1993, p. 54.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 51.

inadequados que fizeram piorar a situação sanitária. A situação apenas começara a modificar a partir da gestão de Campos Sales (1898-1902), com consolidações políticas e incentivo à imigração europeia, marcando de fato um período de modificação no panorama urbano carioca, demarcando então o início de sua *Belle Époque*.<sup>171</sup>

Obviamente que tais mudanças urbanas seriam o grande tema que balizaria a modernidade carioca e marcaria nas revistas suas cenas cotidianas, evidenciando os aspectos mais próximos da capital francesa. Silva aponta que a circulação das revistas cariocas não se limitou ao território da Capital Federal, chegando a áreas urbanas de outros estados. Até 1906, o Rio de Janeiro teve, segundo o autor, um crescimento populacional considerável, graças a fatores como imigração, migração interna e melhorias na estrutura urbana. O Rio de Janeiro como cartão-postal do Brasil era a mais pura simbologia da modernidade nacional.<sup>172</sup> A *Belle Époque* tropical tem sobretudo a Avenida Central como seu símbolo máximo. Tal simbologia atrelada à via transparecia o *boulevard* central ao estilo parisiense, que desafogava o trânsito e permitia uma maior locomoção. Como exemplo disso, revistas como *A Avenida* abusaria dessa simbologia do *boulevard* como símbolo do progresso, bem como nos redores da revista *Fon-Fon!* representava tal símbolo através da velocidade atribuída à buzina de um carro em rápido movimento.

Sendo a espacialidade urbana carioca a modernidade, as ruas eram os palcos das cenas cotidianas que tanto ilustravam o período. O humor é construído sobre o incentivo das produções cômicas, fruto da eclosão dos conflitos políticos que se estendiam ao espaço urbano no início do Período Republicano, assim como do período de transição entre Monarquia e República. Isso se deu graças a uma falta de tradição humorística na imprensa, ficando a cargo dos acontecimentos políticos do país que geravam caricaturas e charges, dependentes do processo de impressão dos periódicos.<sup>173</sup>

Os humoristas, sobretudo os que trabalhavam com a caricatura e as charges, garantiram as imagens da Capital Federal, atreladas ao aspecto gráfico dos periódicos, que forneciam a informação do cotidiano e ao mesmo tempo construíam um novo ritmo, e, dentre comentários nas crônicas e charges, era o garantidor de um fascínio e repulsa pela cidade grande.<sup>174</sup>

---

<sup>171</sup> NEEDELL, 1993, p. 54.

<sup>172</sup> SILVA, 1990, p. 13.

<sup>173</sup> SALIBA, 2002, p. 57.

<sup>174</sup> SILVA, 1990, p. 13.

Nessa discussão, Saliba aponta para o escritor José Madeira de Freitas, sob o pseudônimo de Mendes Fradique, lembrando que, para Fradique, no Brasil não haveria como existir um humor genuíno, uma vez que o que poderia ser humor e provocar riso em outro lugar, no Brasil, era a realidade. Nas palavras do humorista brasileiro situado por Saliba:

O humorismo tem objetivo no contraste direto entre o que é e o que deveria ser. Ora, no Brasil, como em todas as nações de sua idade mental, tudo é precisamente como não deve ser, de modo que se torna impossível este contraste e, portanto, igualmente impossível o humorismo.<sup>175</sup>

Assim, no Brasil, nesse contraste não existira o que impedia a existência do humor<sup>176</sup>. Isso se faz como um dilema, como coloca Saliba<sup>177</sup>, tanto para o comediante quanto para o estudioso de humor. Quando o humor toma forma, a ponto então de se descolar da realidade e passa a ser produzido com a finalidade de entretenimento, se faz nos idos da cultura ocidental entre os séculos XVI e XVII, com o surgimento do espetáculo cômico.

Num outro momento, o autor expõe sobre a atuação dos humoristas no início do século XX:

O humorista típico desse período da história brasileira, como se pode notar pela trajetória de muitos deles, condensou em si mesmo as figuras do caricaturista e do cronista da imprensa ligeira, do publicitário, do revisógrafo e, em alguns casos, do músico e do ator. O humorista foi, assim, uma figura múltipla, com alta capacidade de trânsito entre diferentes práticas culturais, e a trajetória de alguns deles é exemplo dessa multiplicidade.

A primeira e mais elementar atitude desse grupo de humoristas que acompanha o sentimento generalizado daquilo que chamamos de ‘humorismo da desilusão republicana’, presente na maior parte da intelligentsia brasileira no período. Aliás, uma das características desses humoristas é que eles continuaram com sua cômica mesmo quando o tema ‘desilusão republicana’ já tinha, em parte se esgotado.<sup>178</sup>

Essa característica de uma dualidade do riso também se liga com um sentimento de identidade brasileira, que lidou diretamente com questões de identidade nacional e uma ideia de “povo brasileiro”. O humor brasileiro, ainda de acordo com Saliba, é um humor que almejava

---

<sup>175</sup> Registro em prefácio de Graciano Neves, “A doutrina do engrossamento”, publicado originalmente em 1901. Apud SALIBA, Elias Thomé. *Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários: Ensaios de História Cultural do Humor*. São Paulo: Intermeios, 2018 p. 82.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>177</sup> SALIBA, 2002.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 77.

a civilização, isto é, um humor que enalteceria os gestos nobres, ligando-se às decepções do advento da República, essa que, segundo veiculava nos jornais, não correspondia com a promessa de transformação social que foi propagada. O humor civilizador abria espaço para a representação humorística como consequência das próprias mudanças republicanas e de suas transformações.<sup>179</sup> Entretanto, esse caráter civilizatório republicano, apresentado no humor da *Belle Époque*, carregava consigo também a noção de “bom humor” e “mau humor”, ou o “bom riso” e o “mau riso”, e as possibilidades que meandravam entre esses dois polos.

Dada à complexidade da análise da recepção do humor no Brasil, o aspecto da dualidade do humor pode ser inferido quando o cômico era, portanto, visto como negativo, quando se ria às custas de outrem. Como Saliba aponta:

Desenvolve-se uma espécie de difusa tolerância social e, neste caso, o humor, ao canalizar ódio e ressentimentos, transforma-se numa forma privilegiada, embora efêmera, de representação da sociedade. Em muitos desses humoristas a vocação cômica desenvolve-se muito mais ‘contra algo’ ou ‘contra alguém’ e eles acabam por assumir [...] função de ‘médicos sociais’.<sup>180</sup>

Contudo, como nosso caso, os humoristas brasileiros em suas abordagens não pouparam maneiras de se referir a determinados grupos com um humor agressivo enfático. Referir-se aos frades com nomes jocosos, como “ervas daninhas”, “formigões” e “ladrões”, tal qual suas representações de maneira a exagerar membros, fala ou fisionomia, são exemplos desse humor brasileiro, que utilizou de polêmicas sociais para o firmamento desses ataques dado a um ressentimento de uma série de conflitos sociais.<sup>181</sup>

Afinal, então, se esse humor visual que tratamos aqui lidou de forma a surtir ataques contra os frades, quais seriam as representações do cidadão brasileiro? Nas cenas do cotidiano marcadas pelas contradições, os temas como raça e classe se manifestavam articulados em personagens colocados como vítimas da política. No humor ilustrado, diversos tipos se manifestaram, entre os principais, o imigrante europeu, o negro e o brasileiro de classes mais baixas. Entretanto, ao que tudo indica, sua recorrência flutuava de acordo com a intencionalidade do chargista em evidenciar alguma questão específica. Dentre os personagens existentes, *Zé Povo* foi um personagem que lidou diretamente com essa questão e aparecia frequentemente em charges no intuito de representar o “povo brasileiro”. Silva salienta as

---

<sup>179</sup> SALIBA, 2002, p. 67.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>181</sup> Ibid., p. 113.

particularidades desse personagem específico e as questões de classe, raça, povo e nação, sobretudo no contexto urbano.<sup>182</sup>

De maneira geral, o humor ilustrado se apoiava então em características estereotipadas das pessoas que compunham o cotidiano. Geralmente, era retratado nas charges o homem branco, magro e tido como civilizado, porque se alinhava ao avanço industrial e urbano, que faz o contraponto com os personagens que carregavam a ideia de “populares”, como se dizia nas revistas, que, ainda que criticassem aspectos do governo, se alinhavam às características mais próximas a um estilo europeu.

### 2.3.1 Raul Pederneiras e as ruas da *Belle Époque*

Raul Pederneiras assina as charges analisadas neste trabalho como Raul, e, conforme já citado, foi um dos mais importantes ilustradores da *Belle Époque* no Brasil. Nascido no dia 15 de agosto de 1874, iniciou seu trajeto intelectual formando-se em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, no ano de 1896, sendo professor dessa instituição anos mais tarde, bem como docente na Escola Nacional de Belas Artes<sup>183</sup>. Figura ilustre na sociedade carioca, ostentava um longo bigode e um topete, que eram suas principais marcas registradas. Raul Pederneiras detinha uma habilidade que não se restringia à criação de charges, tendo uma atuação que ia além da criação visual, ligando-se em outras áreas de sua vida, como a prática literária na imprensa e no teatro e também funções institucionais, como a já citada docência, e a criação de associações como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), bem como a fundação do Grêmio Carioca com a finalidade de memória da cidade do Rio de Janeiro. Tais associações faziam com que Raul não ficasse apenas dependente de seu discurso, criando espaços para o compartilhamento intelectual, como participante de círculos alternativos de atuação nesse campo.

As ruas eram o espaço dos intelectuais da *Belle Époque*, a cidade gradativamente vinha tomando uma proporção diferente, não mais apenas uma consequência das movimentações populacionais, mas, sim, uma espécie de organismo vivo, onde gera e movimenta cultura em

---

<sup>182</sup> Zé Povo era um personagem que foi comum sua recorrência em charges de revistas de diferentes desenhistas, com características que faziam representar a população brasileira. O personagem transitava entre os periódicos com questões referentes a sua condição social. Como veremos adiante, Zé Povo foi representado maltrapilho, desengonçado e cabisbaixo. Entretanto, o personagem nem sempre foi representado da mesma maneira, haja visto que sofreu mudanças ao longo dos anos. Cf. SILVA, 1990, p. 21.

<sup>183</sup> Cf. LIMA, 1963, p. 988-1012.

suas contradições. Esse aspecto, no contexto carioca, é reforçado com as reformas que viriam nos próximos anos do início da República, entretanto, o “culto” às ruas e ao progresso se manifestava em diversas outras cidades no Brasil, bem como no trabalho de diversos autores. Assim, o dinamismo da metrópole se mostra fundamental para a organização da sociedade, sobretudo no Rio de Janeiro, a Capital e principal cartão postal do Brasil. Vários personagens surgirão a partir desse contexto, personagens que ganham vida sob pseudônimo de autores, artistas ou até mesmo os próprios que se faziam e se portavam como autênticos personagens urbanos da *Belle Époque*.

Sendo a construção urbana o grande cenário, Raul era o típico homem das ruas da *Belle Époque* carioca, isto é, um virtuoso, que em todas as suas participações na sociedade fazia a promoção de si mesmo, tornando sua imagem pública sinônimo de prestígio<sup>184</sup>. Raul Pederneiras gozou de um prestígio que não era exclusivo de sua pessoa, sendo essa uma característica dos homens da imprensa no Brasil da *Belle Époque*. A historiadora Tânia Regina de Luca, pela perspectiva dos veículos de imprensa nos primeiros anos do século XX, expõe sobre esse aspecto que:

Parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade para os homens de letras. Era capaz de trazer fama, prestígio e lucros para os que caíssem no gosto do público, um gosto volátil, que deveria ser reconquistado a cada dia, a cada edição.<sup>185</sup>

A imprensa, então, se mostrou como um espaço ideal para que pessoas como Raul construíssem uma reputação virtuosa na sociedade. As habilidades nas artes e escrita faziam com que essas pessoas gozassem de uma vida em sociedade que ia ao encontro da vida social agitada da *Belle Époque*, transformando-os assim em verdadeiras celebridades<sup>186</sup>. Além do mais, sendo Raul um homem caminhante, as ruas e o espaço público da cidade terão o interesse, para além do campo de atuação em seu trabalho, de demais ilustradores e literatos.

Outra grande marca do trabalho de Raul Pederneiras era a utilização constante dos trocadilhos textuais e visuais, frequentes nas charges, influência essa do humor parisiense do século XIX. Em linhas gerais, o glamour, a boemia e o florescer das ruas de Paris criavam um ambiente frutífero para o intercâmbio de diferentes manifestações artísticas que

---

<sup>184</sup> RIBEIRO. “Raul Pederneiras viajante: as transformações da década de 1920 através do livro *Nós pelas costas: notas soltas de um caderno de viagem*”. 2016, p. 159.

<sup>185</sup> LUCA, 1996, p. 3.

<sup>186</sup> LUSTOSA, 1993, p. 36-37 apud RIBEIRO, 2016, p. 159.

acompanhavam a modernidade industrial da segunda metade do século XIX, e criavam um ambiente onde a crítica e o humor se alinhavam e se manifestavam nos traços dos artistas que buscavam uma simplificação refinada. Segundo um dos principais pensadores das caricaturas e charges no Brasil, o crítico de arte Herman Lima, Raul detinha um traço leve, de fácil assimilação e era especialista em representar as cenas cotidianas, comumente colocando os tipos populares em seu desenho, como, por exemplo, trabalhadores e imigrantes, sendo raras suas representações sobre figuras do campo político. Era um “especialista das ruas”, chegou até mesmo a criar um dicionário de nome *Geringonça Carioca*, no qual mostrava os verbetes com gírias faladas nas ruas pelas pessoas comuns, ou seja, os tipos ditos populares pela imprensa que frequentemente eram personagens de charges e crônicas<sup>187</sup>.

O vasto trabalho de Raul Pederneiras marca também o início de uma caricatura genuinamente brasileira, como aponta a historiadora Isabel Lustosa<sup>188</sup>, juntamente com K. Lixto e J. Carlos. Isso se dá devido ao fato de as novas possibilidades de impressão permitirem novas técnicas de desenho, que rompem, na virada do século XIX para o XX, com o estilo litográfico popularizado por Ângelo Agostini, que mantinha com isso características muito semelhantes à caricatura feita em jornais e revistas europeias no século XIX. Assim, entendemos que, pelos aspectos técnicos, o nascimento de uma “caricatura brasileira” se dá pela liberdade do desenho alcançada em relação ao traço litográfico de outrora, somada ao desenho ligeiro, de fácil assimilação, não se apoiando mais em detalhes carregados com meios-tons e sombreados.

Além dos aspectos técnicos que abriam caminho para uma identidade pictórica da caricatura brasileira, o forte traço humorístico, quase sempre, se ligava aos aspectos políticos e urbanos, evidenciando uma esperteza improvisada, que nos permite entender algo entre o bom mocismo e a malandragem.<sup>189</sup> Por fim, a representação de cenas cotidianas feitas pelos três artistas, que associavam política e cotidiano, marcam esse início, embora Raul não abordasse diretamente os atores sociais da política em suas charges, fazendo-o por meio de construção de cenas cotidianas<sup>190</sup>.

Sendo esse artista homem da imprensa carioca, em 1903, insere-se em toda uma rede de trabalho que envolvia não só jornalistas, mas figuras da literatura e das artes no Rio de

---

<sup>187</sup> Cf. LIMA, 1963, p. 1007 apud SILVA, 2018, p. 12.

<sup>188</sup> LUSTOSA. “Tirania e Humor no País do Homem Cordial”. 1998.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>190</sup> LUSTOSA, 1998, p. 61.

Janeiro. Pessoas que assumiam uma preocupação com a transformação da Capital Federal e não se restringiram a atuar em um só veículo que acompanhava o pensamento da revista *O Malho* na linha de posicionamento crítico, mas também com atuação, em anos anteriores, voltada principalmente para a literatura.

Como mostra Sodré<sup>191</sup>, Raul Pederneiras, por exemplo, já havia estado presente na fundação d'*A Revista da Semana*, juntamente com os jornalistas Medeiros e Albuquerque e Álvaro Tefé. Artistas como Alfredo Cândido, J. Carlos, Leônidas, Seth, entre outros, transitariam em novas revistas que surgiriam posteriormente à revista *O Malho* e na segunda metade da primeira década do século XX, como *Fon-Fon!*, *Careta* e a já citada *O Tico-Tico*.

Ainda apoiando-nos em Sodré, o fato de as revistas ilustradas e a imprensa literária se fundirem nessa primeira década do século XX facilitou para que esses artistas ilustradores literatos, como Olavo Bilac, Emilio de Rabelo, Arthur Azevedo, entre outros que transitaram em jornais importantes como o *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*, dividissem espaços em páginas de diferentes revistas nessa época. A participação de literatos juntamente às revistas ilustradas, inclusive, garantiu-lhes uma penetração na sociedade que provavelmente não existiria se mantivessem somente o caráter literário de outrora. O humor ganha um novo reforço a partir da utilização das charges, que então esteve em relação de reciprocidade entre os escritores e os artistas, o que garantiu a *O Malho* e à *Tagarela*, assim como a outros importantes semanários ilustrados no Rio de Janeiro e no Brasil, uma atuação ímpar e insuperável<sup>192</sup>.

### **3.2 A caricatura como elemento chargístico na imprensa brasileira**

A caricatura na imprensa brasileira não era uma novidade em 1903, ainda que estivesse sob um processo de disseminação muito superior ao que se tinha no século XIX, além de se tornar cada vez mais rápida e simplificada nos seus aspectos técnicos do desenho, a que se atribuía seu sucesso na sociedade da *Belle Époque*. Como colocamos anteriormente, com a vinda da Corte portuguesa, em 1808, as técnicas de impressão de jornais passam a ser utilizadas em território brasileiro, o que facilitou a produção de gravuras que seriam utilizadas pela imprensa anos mais tarde através das técnicas de desenho e impressão, como litogravura,

---

<sup>191</sup> SODRÉ, 1994.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 301-303.

talho-doce e xilogravura principalmente. Embora o humor seja algo recorrente na imprensa brasileira apenas no início do século XX, seu começo regular se deu em meados do século XIX, com Henrique Fleiuss e Ângelo Agostini com a *Revista Illustrada*.<sup>193</sup>

Falando especificamente sobre o desenho, ainda que o humor fosse uma marca da imprensa do Brasil, Ângelo Agostini é considerado o patrono da caricatura e das histórias em quadrinhos no país. Italiano, nascido em abril de 1843, frequentou a escola de Belas Artes em Paris e naturalizou-se brasileiro ainda jovem. Suas primeiras atuações com a imprensa ilustrada se dão por volta de 1864, tendo participado ativamente da imprensa no eixo Rio-São Paulo na segunda metade do século XIX fundando a *Revista Illustrada*, sendo essa, talvez, sua maior contribuição para a imprensa ilustrada no Brasil.<sup>194</sup>

Considerado “poeta do lápis”, esteve ligado ao movimento abolicionista e republicano, sendo essa uma grande característica de sua obra. Como apresenta o historiador Marcelo Balaban, a partir de textos de periódicos por onde Agostini passou, sua característica especial era a de unir política e arte, capaz de agradar diferentes gostos, rir sem ofender e, por causa disso, seu trabalho era capaz de se fazer temido e respeitado<sup>195</sup>. A caricatura do Brasil então tem seu pontapé inicial com o trabalho de Agostini, sobretudo na *Revista Illustrada*, sendo ali um marco importante da sátira visual brasileira. Sua técnica, a do uso do esfuminho e da litogravura, era ainda uma forma quase artesanal de impressão, o que por um lado permitia um desenho que explorava mais os valores visuais, isto é, se valia de uma técnica que extraia do desenho meios-tons e profundidade, sendo por outro lado um desenho de menos velocidade de assimilação (ver figura 2).

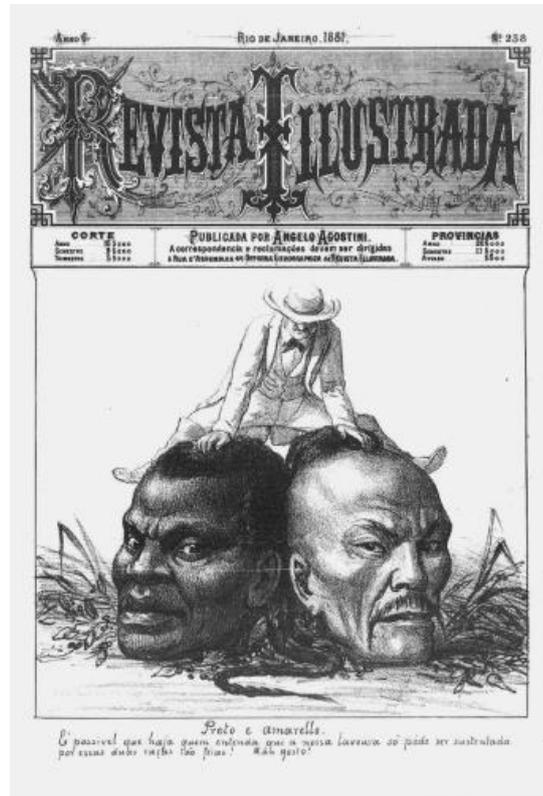
---

<sup>193</sup> SALIBA, 2002, p. 47.

<sup>194</sup> CARDOSO. *As aventuras de Nhô-Quim & Zé Caipora: os primeiros quadrinhos brasileiros (1869-1883)*. 2002, p. 21.

<sup>195</sup> BALABAN. *Poeta do Lápis: A trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. 2005, p. 29.

**Figura 2** – *Revista Illustrada* – Capa, Ângelo Agostini. Rio de Janeiro, 1881.



Fonte: Biblioteca Nacional.

O avanço da caricatura brasileira no século XX tem ligação direta com a modernização visual das revistas, bem como o aprimoramento tecnológico das mesmas. Já em meados da virada do século XIX para o XX, Julião Machado é um nome importante que não podemos deixar de fora. Responsável por uma mudança significativa na imprensa ilustrada brasileira, deixou um legado que anos à frente surtiria efeito nas revistas analisadas aqui, *O Malho* e *Tagarela*.

Julião Machado nascido em 1863, no dia 19 de junho, em São Paulo de Luanda, Angola, território pertencente a Portugal na época, fez parte da vida boêmia de Lisboa, quando estreia sua carreira como diretor artístico em 1888, na revista *Comédia Portuguesa*. No Brasil, atuou principalmente com as revistas *A Bruxa* e *A Cigarra*, que, além de contar com os principais escritores da época, mostravam em sua visualidade uma inovação jamais vista, que se diferenciava substancialmente em relação ao estilo das revistas no Brasil do século XIX, se alinhando ao que tinha de impresso na Europa. Machado, como uma figura boêmia, no Brasil

teve como principal parceria o escritor Olavo Bilac.<sup>196</sup> Com Julião Machado, a imprensa brasileira teria uma influência importante na modernização visual das revistas, saindo do padrão cinza do século XIX da litogravura, para uma utilização mais dinâmica da técnica de litogravura, simulando outras técnicas de impressão como a gravura em metal e a xilogravura.

A participação da imprensa na formação do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX tem completa ligação com seu desenvolvimento. Primeiramente, isso se dá devido ao fato de estarmos tratando da Capital Federal, carregando toda sua simbologia e importância no contexto nacional. Em seguida, a imprensa teve papel significativo na divulgação de novos projetos que visavam ao embelezamento da Capital, bem como a evidência de seus aspectos mais semelhantes aos europeus, sobretudo características que se aproximariam da estética parisiense da segunda metade do século XIX.

As culturas de mídia na virada do século XIX para o XX permitiam que diferentes revistas se vendiam como semanários de variedades, estabelecendo uma rede de comunicação entre o jornalismo impresso e imagético. De maneira geral, a imprensa brasileira vinha num fluxo de inovações técnicas desde o final do século XIX, com uma forte publicidade que sustentava os grandes jornais, conferindo-lhes uma característica empresarial de organização<sup>197</sup>. A gravura chegara ao Brasil com a família real em 1808 e só então a produção gráfica em território brasileiro passaria a ter um desenvolvimento mais efetivo. Dentre as técnicas exercidas, a xilogravura e o talho-doce eram o que se fazia na imprensa brasileira do período. Era de fato um trabalho ainda bastante artesanal, comparado com o que viria a ser a impressão de periódicos no final do século XIX.

Adiante, então, as imagens apresentadas dos frades, nas cenas cotidianas, nos permitirão visualizar essas características visuais modernizadas na imprensa ilustrada brasileira se delineando como o marco de uma caricatura tipicamente brasileira. Vêm com essas inovações técnicas da imprensa que permitem o abandono de técnicas aplicadas de desenho, resguardando-se ao traço mais rápido e econômico, com legendas de fácil assimilação que escancaram as cenas urbanas na velocidade de seu progresso.<sup>198</sup>

---

<sup>196</sup> FONSECA. *As Revistas Ilustradas A Cigarra e A Bruxa*: Nova linguagem gráfica e atuação de Julião Machado. 2013, p. 118.

<sup>197</sup> Cf. SODRÉ, 1994, p. 266.

<sup>198</sup> DELTRY. “Margens da *Belle Époque* carioca pelo traço de Calixto Cordeiro”. 2009, p. 118.

## CAPÍTULO 3

### A ANÁLISE DAS CHARGES NAS REVISTAS *O MALHO* E *TAGALERA*

#### 3.1 A representação da *Questão Fradesca* nas charges

Antes de prosseguirmos, abriremos este capítulo realizando alguns apontamentos pertinentes para o entendimento das charges. Primeiramente, em nossa investigação, concentramo-nos na ideia de que a caricatura é pertencente ao universo das charges e abordamos a ideia de que as charges presentes, na revista ilustrada *O Malho* e na *Tagarela*, se constroem dotadas de formas caricaturais, uma vez que são representados os principais atores sociais inseridos na *questão fradesca*, bem como estereótipos de pessoas desconhecidas, mas que possuem a característica do exagero no traço, generalizando uma classe social, ofício ou etnias inteiras. A charge deve ser entendida nesse meio tempo como uma representação humorística caricatural com caráter político e, com isso, recebe a autorização de ter em seu enunciado a representação caricatural como a grande atuante em sua iconografia<sup>199</sup>. A utilização da caricatura se dá como elemento chargístico e, enquanto gênero discursivo, detém em si componentes que a tornam ferramenta da crítica política e social não verbal. O discurso da charge necessita dos elementos constituintes da imagem, que, no nosso caso, atrelada à legenda, garante a mensagem e a posição que as revistas *O Malho* e *Tagarela* ocuparam em relação à disputa da *questão fradesca*. No caso desta pesquisa, a caricatura não se faz como um elemento isolado, embora seja um conceito que eventualmente é trabalhado como distinto da charge, e nos valem da caricatura como elemento pertencente à construção imagética da charge.

A caricatura, por si só, nem sempre se liga a um aspecto temporal, diferente da charge, que se conecta ao fator tempo para seu funcionamento. Entretanto, é válido destacar que a origem da palavra caricatura vem do italiano *caricare*, que significa “carregar” em português, o que vai ao encontro da charge, que se origina do inglês, *charge*, que também tem como significado “carregar”. Complementamos esse pensamento com a definição da historiadora Laura Nery:

A charge é um gênero de discurso que lida com o repertório disponível nas práticas socioculturais imediatas; ligando-se sempre ao modo como um

---

<sup>199</sup> MIANI, 2000, p. 61 apud MIANI. “Charge: uma prática discursiva e ideológica”. 2012, p. 37-48.

determinado grupo vê o outro. Um repertório forjado inevitavelmente a partir de uma matéria contingencial. Na sua forma atual, a charge mantém vivas muitas das tradições expressivas que a compuseram historicamente, definindo-se pela apropriação e reatualização constantes de diferentes linguagens: pictórica, literária e teatral. Comentário político ou sátira dos costumes, a charge é uma narrativa que, como qualquer outra, opera com a seleção e combinação de elementos para criar uma cena; mas uma cena na qual não ocorre um desenrolar sequencial dos episódios. Ao contrário, a imagem muitas vezes emoldurada por uma grande massa de texto, pressupõe que seu observador complemente a dramatização, supondo um começo e um desfecho temporais que, a rigor, não estão ali desenhados. Dessa operação encarrega-se o leitor, conferindo alguma cronologia a uma percepção necessariamente simultânea da ação traçada.<sup>200</sup>

Ou seja, a charge não opera simplesmente como uma criação visual lançada apenas com o fim de uma narrativa qualquer. É necessário que, juntamente ao fator temporal, exista a ligação entre as linguagens e os repertórios que a encenam, dependendo do conhecimento do artista, bem como do receptor. Ou indo até mais além, é preciso que haja minimamente uma contradição social nos fatos apresentados para que funcione, seja com humor ou não. Em nossa pesquisa, trabalhamos as charges atreladas ao humor, entretanto não é sempre que o humor é latente ou até mesmo existente nelas.

Para a análise de uma charge, com o devido cuidado, isto é, entendendo as suas diferenciações pictóricas e metodológicas enquanto produção imagética, é possível assemelhar-se a uma análise formal de qualquer obra de arte, uma vez que nela existem opções e escolhas do artista nunca realizadas de maneira aleatória, tampouco sem intencionalidades, sendo o resultado dos processos do artista. Para que haja a troca entre o artista e o receptor, é necessário que já exista um repertório entre as partes, garantindo o funcionamento da charge. Assim, o efeito da exatidão das charges consiste na maneira como o artista coloca os elementos e isso requer uma percepção apurada, uma vez que estamos trabalhando com uma economia de processos e elementos artísticos. Considerando que as imagens em vias de análise não apresentam em sua maioria diferenciação dos objetos por cor ou valores, como luz e sombra, a subdivisão no desenho tem papel fundamental para isso.

A narrativa da charge, então, se inicia e termina em si mesma, não necessitando de mais de uma ilustração, ou uma explicação textual de ordem semântica externa para que se componha a comunicação, embora sempre esteja atrelada a um contexto. Contudo, as manifestações narrativas próprias da história em quadrinhos nela presentes não devem ser ignoradas, tendo a

---

<sup>200</sup> NERY. “Charge: Cartilha do mundo imediato”. 2001.

possibilidade, em uma única imagem, de uma potencialização de narração<sup>201</sup>.

Por fim, as charges analisadas a seguir foram separadas por periódicos e organizadas cronologicamente, partindo de seus aspectos primários relacionados ao desenho e se intercambiam com o discurso da linha editorial das revistas *O Malho* e *Tagarela*. As imagens atuam como forma de propagar seu discurso, até mesmo no mais singelo dos detalhes nas ilustrações. Os fatos apresentados no primeiro capítulo se ligam diretamente ao que se apresenta nas imagens em relação aos beneditinos. É possível perceber que os estigmas dados aos beneditinos relacionados a sua trajetória, em países na Europa e até mesmo no Brasil, se relacionam às opções estéticas e aos trocadilhos apresentados nas charges. Como apresentado também em relação ao pensamento republicano, presente no momento de produção das revistas, a interferência do Estado na questão envolvendo a disputa do Mosteiro demonstra que tal pensamento se ligava às questões que se buscava superar na República. E, dada à separação da Igreja e do Estado, as autoridades tomando o lado da Igreja enquanto instituição apresentam uma significação que não corrobora o ideário republicano da *Belle Époque*.

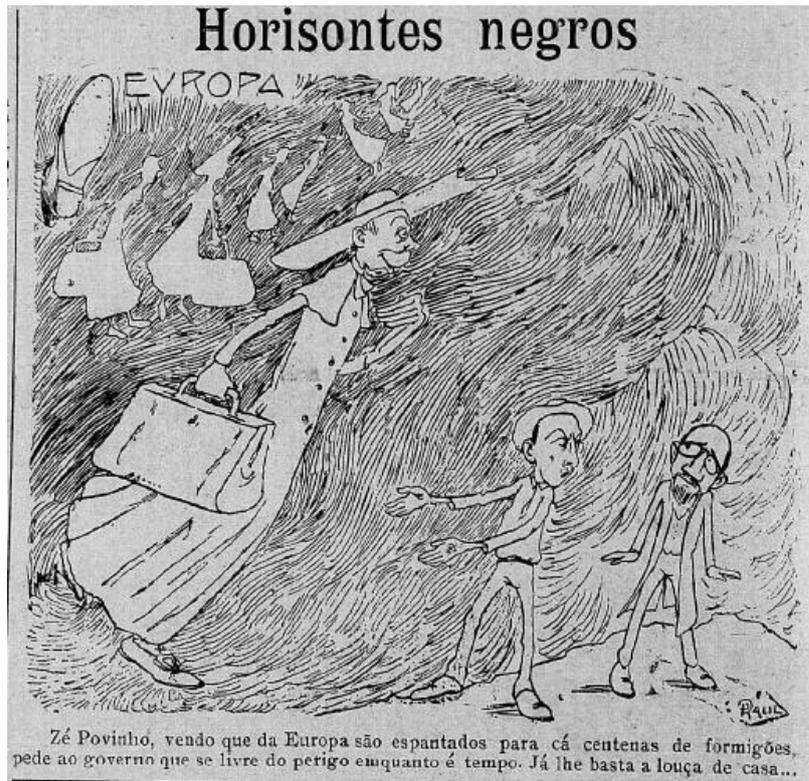
### 3.1.1 Charges da revista *Tagarela*

A charge abaixo (ver figura 3) nos tem muito a dizer sobre o primeiro momento da chegada dos beneditinos europeus no Brasil. Temos aqui o aparecimento de *Zé Povo*, colocado em questão como *Zé Povinho*, personagem recorrente do humor brasileiro visual da *Belle Époque*, percebendo que os frades chegavam ao Brasil e, através disso, já mostrava a posição da revista perante a situação.

---

<sup>201</sup> MIANI, 2012, p. 37-48.

**Figura 3** – “Horizontes Negros” – Raul Pederneiras, *Tagarela*, nº 63, 7 de maio de 1903, p. 6.



Fonte: Biblioteca Nacional.

“Zé Povinho, vendo que da Europa são espantados para cá centenas de formigões, pede ao governo que se livre do perigo enquanto é tempo. Já lhe basta a louça de casa...”

*Zé Povinho* é representado maltrapilho e bastante magro, trajando um chapéu e, como sempre, questionando algo. No caso, se encontra em diálogo com o presidente Rodrigues Alves, representado através de suas características mais marcantes a princípio, isto é, cavanhaque, óculos e uma leve calvície. Rodrigues Alves é retratado numa posição de susto, ou de confusão, nos dando a entender que viria uma situação tempestuosa, visto que seu semblante é de preocupação, reforçado por seus óculos que acompanham sua sobrancelha e dá a ideia de preocupação. Suas mãos, apontando para fora de seu corpo, também garantem a ideia de susto, com seu corpo levemente inclinado para trás, abismado com a cena que vê a sua frente, apresentando um leve titubeio. Tal posição nos permite ver que a questão que circulava na realidade própria da charge era: a falta de atitude diante da situação que paira diante de *Zé Povinho* e Rodrigues Alves. Notemos que ambos comungam de características estéticas semelhantes, isto é, a magreza já citada sobre *Zé Povinho* também recorre na representação do presidente, bem como sua altura. Essas características nos levam a crer que, para o artista, o presidente nessa posição tem uma atribuição mal ajambrada, de alguém que não tem muita

noção do que se passa.

Corroborando para isso, os frades parecem surgir de uma tempestade, que é garantida com as hachuras que ocupam todo o quadro e colocam a fila de frades saindo de uma extremidade da imagem, sendo apenas o primeiro frade sido retratado com mais detalhes e os outros garantem sua presença com a silhueta que vai diminuindo, dando a ideia de distância.

Os frades não estão representados como Raul Pederneiras e outros ilustradores os representariam comumente nas outras charges. Na ocasião, o frade retratado é magro, não traja o típico hábito com capuz, mas usa um chapéu e tem um bigode bem grosso. Puxando a fila, os demais personagens que o seguem também compartilham da mesma representação, ainda que só estejam demarcados por uma silhueta que nos permite perceber a mala e o chapéu. Aparentemente os frades vêm empurrados numa espécie de voo livre numa tempestade vinda da Europa e, como podemos ver, a existência de um sapato no canto superior, ao lado do nome, indica que foram “chutados”, isto é, considerados um problema que foi jogado para o Brasil, o que diversas vezes consta em crônicas e textos publicados nos meios de comunicação.

A alegoria do chute é muito importante e tem seu sentido formado a partir dos acontecimentos que obrigaram a Igreja a uma separação efetiva de seu poder junto ao Estado, após as reformas políticas liberais nos países europeus. Somada à representação de impulso de um chute real, a flutuação dos frades nos sugere que as novas possibilidades além-mar para a Igreja faziam com que essa migração para as Américas fosse realizada com uma certa facilidade, diferente do caso dos países europeus, como vimos. Com isso, o frade que tem seus traços fisionômicos aparentes não apresenta qualquer preocupação com a sua chegada, tem sua mão esquerda aparentemente apontando para si, sugerindo um possível gesto de apresentação, ou auto identificação para com quem se encontra logo em frente, reforçando que sua vinda não sofrera nenhum tipo de dificuldade por parte dos poderes públicos brasileiros.

Assim como veremos com *O Malho*, a revista *Tagarela* abria seu editorial com a seção “Tagarelando”, sendo essa uma crônica que abordava os principais assuntos da semana e era dividida em pequenos blocos de textos. Vejamos como a edição da imagem em questão, de número 34, colocou na seção sobre a vinda dos frades:

*Vieram para aqui uns, frades estrangeiros e, com muita lábia e muita-perspicácia, foram-se intrometendo nos nossos negócios conventuaes e, de repente, conspiraram para que o chefe antigo fosse tara o olho da rua! Isso é de fazer corar um frade de pedra, tanto desaforo junto! E o governo que faz*

*para zelar o que inda ha de ser nosso?*<sup>202</sup>

Como podemos notar, a imagem se alinha ao posicionamento inicial, demonstrando a vinda como literalmente uma invasão de pessoas interesseiras, que tinham como objetivo tomar as posses do Mosteiro. Com isso, podemos perceber onde o tom de ironia e humor da charge faz a interligação entre título, imagem e legenda. Vejamos que “Horisontes negros” nos remete à ideia de uma tempestade adiante, com nuvens carregadas, sendo este um sinal de cuidado. A imagem reforça o título, quando através das hachuras desenha as nuvens carregadas, dando a entender a tempestade que logo viria. Junto a esse fato, a já citada cena dos personagens de *Zé Povo* e Rodrigues Alves, onde vemos que *Zé Povo* está extremamente irritado e preocupado com a situação, o que é reforçando pelo texto abaixo das caricaturas, mostrando que os frades “formigões”, atribuídos a uma praga, é um problema que deve ser livrado o quanto antes. Rodrigues Alves parece não ter muita noção do que se passa e com isso esboça uma falta de atitude perante ao “horizonte negro” que logo se aproxima.

Por fim, a legenda fecha o enredo da charge e faz a ligação de todos os elementos que citamos aqui. A legenda descreve o momento exato em que *Zé Povinho* aborda o presidente com preocupação e atribui aos frades a alcunha de “formigões”. Essa alcunha atribuída já entrega a atribuição aos frades como pragas, como vimos em textos de crônicas e notícias de jornais, bem como as movimentações da Santa Sé frente aos entraves encontrados na Europa. *Zé Povinho*, como se não bastasse, fecha o caráter humorístico da imagem, lembrando ao presidente de que o povo brasileiro já enfrenta problemas, colocados nas palavras como “louça de casa”, que podemos deduzir serem os problemas já existentes no Brasil, não havendo tempo para ter de lidar com problemas maiores exteriores que chegavam ao país.

---

<sup>202</sup> Revista *Tagarela*, n° 63, 1903, p. 3.

**Figura 4** – “O Jogo Benedictino” – Raul Pederneras, *Tagarela*, nº 64, 14 de maio de 1903, p. 7



Fonte: Biblioteca Nacional

“Os frades – Frade, que Bento é o frade – Frade! – Tirar um Bolo! – Da Bocca  
do forno – Fôrno!...  
O pequeno – Ah! Já sei! O Bolo é o cobre e o forno é o mosteiro.”

A charge acima (ver figura 4) apresenta um grupo de frades trajados com seus hábitos tradicionais, em posições que nos indicam uma conversa interrompida, por uma criança que se encontra ao lado direito da imagem. Os frades, como desenhados na imagem, são representados todos carecas, sendo as três figuras do primeiro plano semelhantes entre si, com óculos e cabelos dos lados. No plano central da charge, os três que conversam e compartilham de mesmas características nos dão alguns indícios de que o frade maior, da esquerda, é quem no momento da cena se encontra falando a primeira linha da legenda, como podemos perceber através do desenho de sua boca semi-aberta, com a cabeça levemente para frente e sua mão que indica uma gesticulação. Claramente está em interlocução com os dois frades representados no primeiro plano, estabelecendo uma interlocução com o frade do meio, que está retratado com um possível semblante sarcástico, com suas sobrancelhas arqueadas e com sua boca levemente aberta e sorridente, o que garante tal impressão. Esse mesmo frade reforça o momento da conversa e parece direcionar seu olhar à criança logo à direita do grupo. Podemos perceber que o terceiro frade retratado se encontra em concordância, ou consentimento com o que está sendo

conversado no grupo, uma vez que sua cabeça levemente se inclina para baixo, nos dando a entender que seu olhar se direciona para baixo. A criança logo à direita se mostra interessada no assunto discutido, com suas sobrancelhas arqueadas e uma boca aberta levemente sorridente, o que indica o sarcasmo na legenda da charge.

Nessa edição, não foi comentado na crônica inicial sobre o caso do Mosteiro, entretanto, tinha espalhado pela revista pequenas anedotas que se alinhavam ao teor da charge. Todas elas relacionavam os frades como “ladrões” ou “pessoas folgadas” no território brasileiro, como exemplo este fragmento:

*Se nesta Capital ainda houvesse frades de pedra requeria eu que de preferência fossem elles os escolhidos porque assim estaríamos livres dos usurpadores.<sup>203</sup>*

Vejamos como essa anedota nos diz muito sobre como foi colocada a situação dos frades beneditinos estrangeiros e se alinha com a charge, ou seja, vistos como ladrões e “aproveitadores”, tendo como a ironia do texto alinhada à charge o fato de que “frades de pedra” não fariam nada a não ser ficarem estáticos, mas pelo menos não seriam aproveitadores.

Assim, no contexto da charge, o humor se encontra no trocadilho da legenda. A conversa dos frades parece confusa, algo sem muita explicação, que a criança com sua aparente inocência e astúcia consegue captar da suposta trama dos frades. A fala da criança, então, nos mostra que os frades nada estariam fazendo no mosteiro, senão confabulando para usurpar o que pertencia ao local, utilizando para tanto o “cobre” como o bolo dos frades e o mosteiro como sendo o “forno”. Tal afirmação de roubo ou de tomar os pertences era frequentemente utilizada por diversas vezes que o assunto era abordado nos jornais e revistas.

É curioso como o artista trabalha o tema de maneira a exemplificar através da charge, sem deixar explícito, que era algo tão óbvio no momento que até uma simples criança poderia tomar partido do que se passava. Notemos que se dá, no universo da charge, um jogo, uma brincadeira de palavras muito jogada por crianças, onde em um grupo se repete algumas frases e palavras que dão pistas para outra pessoa adivinhar. Esse entendimento é possível, pois, para a sociedade da época, seja ela a burguesa, a trabalhadora, o poder público etc., assimilava a questão mais aparente, isto é, a proibição de encontros que negativamente era atribuída aos frades. Como vimos nos capítulos anteriores, os bens valiosos do Mosteiro de São Bento eram

---

<sup>203</sup> Revista *Tagarela*, nº 64, 1903, p. 1.

tidos como a principal causa da vinda de usurpadores, um problema a ser defrontado.

Vemos, também, a representação dos frades sempre no estereótipo de extremos que acompanham quase todas as imagens, como o sobrepeso, ou em outros casos uma magreza excessiva, bem como membros avantajados.

**Figura 5** – “Amae-vos uns aos outros” – Raul Pederneiras, *Tagarela*, nº 65, 21 de maio de 1903, p. 7



Fonte: Biblioteca Nacional.

“Exemplo edificante do amor ao proximo em phrases beneditinas, a expulsão dos homens pobres do Mosteiro...”

A imagem acima (ver figura 5) nos apresenta mais uma vez o que foi recorrente nos periódicos ilustrados sobre a disputa do Mosteiro e os poderes públicos. Primeiramente, a imagem pode ser subdividida em três partes, que se apoiam ao fundo, com a silhueta de alguns prédios que ilustram o espaço público das ruas. No primeiro quadrante, vemos o soldado representando o que nos leva a crer ser o capitão Casemiro de Moura. O soldado segura seu rifle e toma uma pose de guarda, olhando firmemente para o frade no quadrante central, bem como para o grupo de pessoas no terceiro quadrante à direita. O frade ao centro é calvo, utiliza óculos e se coloca em posição de ordem. Sua atitude é firme e recebe o apoio das forças policiais representadas pelo soldado. Na semana de publicação dessa charge, vários conflitos entre os manifestantes contra os frades e a polícia perderam o controle e, como citado anteriormente, transformavam o espaço público em campo de batalha. Uma vez que os *meetings* foram proibidos, a polícia recebeu logo

a atribuição de fazer uma proteção especial aos frades, o que na grande maioria das charges não vemos nenhum nome que identifica as pessoas presentes, porém, diversas características se repetem, o que nos permite tal conclusão de acordo com fotografias e caricaturas em documentos e demais notícias.

Num terceiro quadrante, vemos um grupo de pessoas, todas aparentemente do gênero masculino, que caminham de cabeça baixa dando a entender lamentação em suas feições. A esse grupo pode ser atribuída a juventude de classe média carioca bem como intelectuais da época, sendo esses os grupos mais assíduos nas manifestações no Largo do São Francisco. Tal grupo não apenas representa as pessoas citadas, mas também toda uma população tida como descontente em relação à presença dos frades e à proibição dos *meetings*, que, de acordo com a maioria das notícias, feriam o direito de liberdade e de “ir e vir” dos habitantes da cidade.

O fato do frade se fazer central na imagem destaca sua importância nesses conflitos. O frade, que, como sempre, é representado com o sobrepeso, ocupa um espaço considerável na imagem e, por sua posição, é quem manda não apenas nas pessoas representadas, mas também na polícia logo ao lado. Ironicamente, o título “Amae-vos uns aos outros” nos lembra um dos mais importantes preceitos bíblicos no cristianismo e, teoricamente, os frades deveriam ser quem dariam esse exemplo. Além disso, há um grupo de pessoas que se vai, é consideravelmente menor na imagem o que nos leva a crer que suas preocupações são tidas como menores perante ao poder público e, a polícia que se mantém atrás do frade, tem seu tamanho semelhante ao clérigo, o que nos indica que o peso da lei sobressai não apenas ao desejo da população, mas também, demonstra o poder de defender os interesses dos frades.

Assim, o fato de o frade estar apontando, com sua mão avantajada e seu semblante imperativo, é colocado na direção contrária daquilo que supostamente um eclesiástico deveria ser. Então, trazemos novamente a legenda da charge mostrando como o sarcasmo é reforçado:

“Exemplo edificante do amor ao próximo em frases beneditinas, a expulsão dos homens pobres do Mosteiro...”

Ou seja, embora o preceito bíblico reforce o amor ao próximo, na realidade beneditina como é colocada, nada mais é que a falta de compaixão com a população que ocupava as redondezas do prédio do Mosteiro. Assim, vemos ainda o grupo de pessoas que se vai, cabisbaixa, semelhante a como *Zé Povo* é comumente representado nesta época, o que também subsidia a maneira como a população é colocada, ou seja, sofrida.

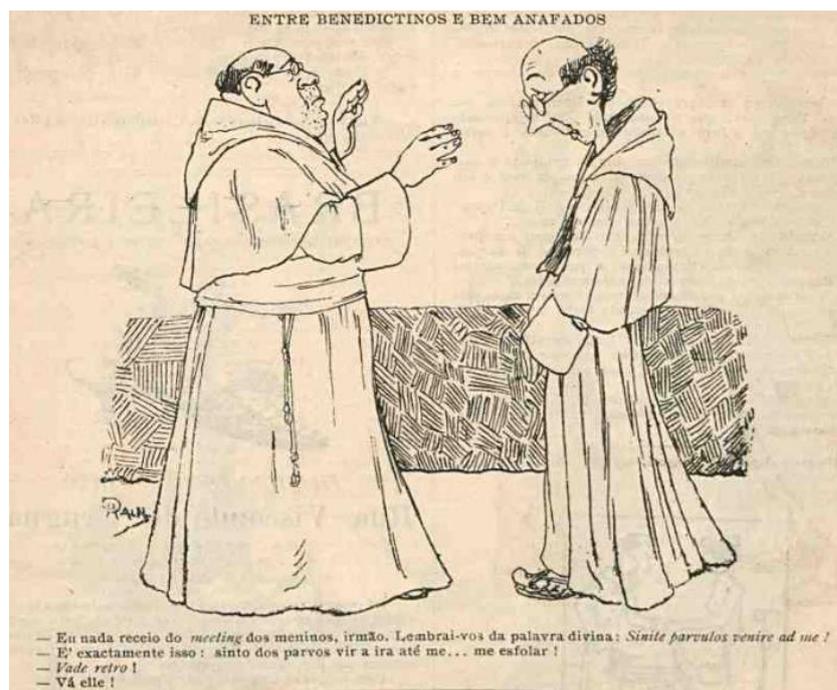
Por fim, vimos que os frades são fortemente repelidos pela revista *Tagarela*, não somente

pelas charges, mas por todo seu editorial, como vimos, também, nos exemplos das crônicas. Diante disso, percebemos que a revista *Tagarela* não economizou na tarefa de deixar isso escancarado, seguindo o caminho dos veículos de imprensa no Rio de Janeiro, assim como na revista *O Malho*, como veremos a seguir.

### 3.1.2 Charges da revista *O Malho*

A charge seguinte (ver figura 6) é uma das primeiras manifestações visuais na revista *O Malho*. Vemos dois monges que dialogam entre si a respeito da possibilidade do *meeting* próximo, uma conversa indicada pelo texto da charge que expressa maior preocupação por parte de um dos representados.

**Figura 6** – “Entre beneditinos e bem anafados” – Raul, *O Malho*, nº 34, ano II, 1903, p. 9.



Fonte: Biblioteca Nacional.

- “– Eu nada receio do *meeting* dos meninos, irmão. Lembrai-vos da palavra divina: *Simile venire ad me!*  
 – É exactamente isso: sinto dos parvos vir a ira até me... me esfolar!  
 – *Vade retro!*  
 – Vá elle!”

Na parte direita da imagem, tem-se um frade representado de maneira curvada, com sua cabeça levemente inclinada para baixo, de queixo retraído, uma feição tristonha, com um olhar

que aponta para cima de seus óculos, revelando uma postura submissa, reforçada por suas mãos juntas na altura da cintura. Suas vestes, típicas de um monge, assim como apresentado em algumas outras charges aqui presentes, não se utilizam do preenchimento escuro para indicar que se trata de um beneditino, porém, deixam o texto presente na imagem cumprir essa tarefa.

Diferentemente está o monge colocado à esquerda, em posição mais altiva, com suas mãos gesticulando, com um olhar de superioridade em relação à pessoa da direita. Suas características físicas se opõem a seu interlocutor, o que nos permite deduzir quem é quem indicado na charge. Essa pista nos é dada primeiramente pelo título, que diz “Entre beneditinos e bem anafados”, sendo essa primeira pista logo de início uma atribuição jocosa a determinada característica notada nos monges. Uma pessoa bem anafada se trata de alguém com sobrepeso, ou seja, a principal característica atribuída a pessoas preguiçosas e acomodadas em diversas charges, não apenas em que se representou figuras dos monges, mas de demais pessoas indesejáveis nesse momento histórico. Por outro lado, seu locutor se coloca desengonçado e inseguro, agrega um tom indesejável para ambos, reforçado o título que sugere algo que ocorre internamente na comunidade religiosa.

O contexto em que essa charge foi publicada se refere aos comícios nesta primeira semana de publicações mais intensas. Considerando isso, o medo é representado pelo segundo personagem, em suas feições e posição já mencionadas, sendo possível perceber na interlocução que se inicia com o frade da direita uma pretensiosa calma, ao afirmar que não se deve temer e sim acolher as pessoas presentes, fechando com a frase bíblica em latim “*Simile parvulos venire ad me!*”<sup>204</sup>. Logo na resposta abaixo há um trocadilho, marcante nas charges de Raul Pederneiras, que chama novamente a frase em latim, e a anedota é feita quando atribui-se a palavra “parvos”, cujo significado é o de pessoas de baixa inteligência, e, com ira, poderiam causar algum dano ao frade, o que nos mostra a ironia da revista para com os frades, colocando-os como se fossem verdadeiras santidades em terra, onde até mesmo o poder público não poderia intervir.

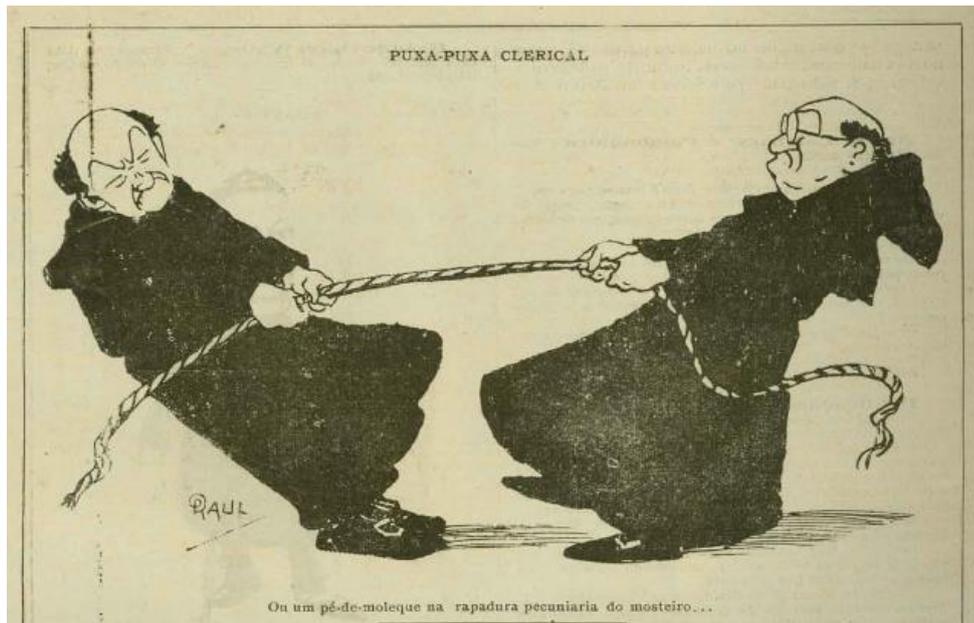
A questão do “ir e vir”, chancelada pelos poderes públicos ligados diretamente ao sentimento republicano, era algo muito latente nos meios de imprensa carioca. Em diversos momentos, diferentes charges e temas, esse assunto é invariavelmente abordado. Mostramos, nos capítulos anteriores, que a República trouxe consigo esse sentimento, diferentemente do Período Imperial. Tinha-se então uma expectativa de uma dita liberdade que aparentemente era rompida,

---

<sup>204</sup> Tradução do latim de frase dita por Jesus em “Mateus” 19, 14: “Deixai vir a mim os pequeninos”.

e, como colocamos anteriormente através de Saliba, o humor explorou essas questões de quebra de expectativas com veemência. Nessa charge (ver Figura 6) nos deparamos com isso, quando ela aborda diretamente essa proibição dos *meetings* com a salvaguarda da violência incontável que dela surge. Percebamos alguns elementos chaves, como um dos frades que sabe da existência de uma proteção e deixa claro que não teria nada a temer. Contudo, o segundo frade se faz temerário pela situação, uma vez que sabe da possibilidade de uma perda de controle da população, consequência de sua não aceitação. Ao ter a resposta “*Vade retro!*”<sup>205</sup>, podemos pensar que os frades, posteriormente a essa publicação serial, de fato protegidos pelo poder público, se mantêm acima da população, indo de encontro ao sentimento republicano do “ir e vir” e, com isso, sendo um tipo de alerta para os leitores que majoritariamente se firmavam contra a presença do corpo eclesiástico.

**Figura 7** – “Puxa-puxa clerical” – Raul Pederneiras, *O Malho*, nº 35, 16 de maio de 1903, p. 6.



Fonte: Biblioteca Nacional.

“Ou um pé-de-moleque na rapadura pecuniária do mosteiro...”

A charge acima (ver figura 7) nos conta sobre o embate dos dois principais nomes beneditinos à época: de um lado, Frei João das Mercês, que se mantinha resistente em relação à mudança de Abade no Mosteiro e, de outro lado, Frei Domingos da Transfiguração Machado, o

<sup>205</sup> A expressão em latim “*Vade Retro, Satana!*”, no português, significa “Afaste-se, satanás!”. Tal expressão é comumente utilizada no cotidiano semelhante a “Sai fora!”, “Sai pra lá!”.

Abade Geral, que acompanhava os monges estrangeiros para a manutenção de posse do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Em relação aos aspectos visuais e técnicos, é uma charge que simetricamente apresenta duas figuras humanas, trajadas com os hábitos, dessa vez negros, confirmando a característica de se tratar dos beneditinos, já que o hábito preto eram suas tradicionais vestes. Temos uma cena em que essas duas figuras humanas disputam um cabo-de-guerra, que representa o domínio da posse do Mosteiro. Também, trajam sapatos e não sandálias, como é frequentemente representado os pés dos monges em demais charges. Ambos são calvos, compartilham das mesmas características visuais, salvo que um deles traja uns óculos. Raul Pederneiras não tratou de apresentar fielmente uma caricatura de ambos, visto que, em alguns momentos, é possível ver, tanto no *Correio da Manhã*, quanto em crônicas ou em outras charges, que as descrições em relação aos freis, como, por exemplo, Frei Domingos ser “obeso” e “bem idoso” não corresponde com o que vemos na charge. Infelizmente não podemos deduzir o mesmo de Frei João das Mercês, haja visto que não se tem muita informação a respeito de sua fisionomia. Entretanto, é possível deduzirmos que o artista se preocupou aqui em retratar os frades de maneira genérica, apenas para ilustrar uma disputa mais intensa.

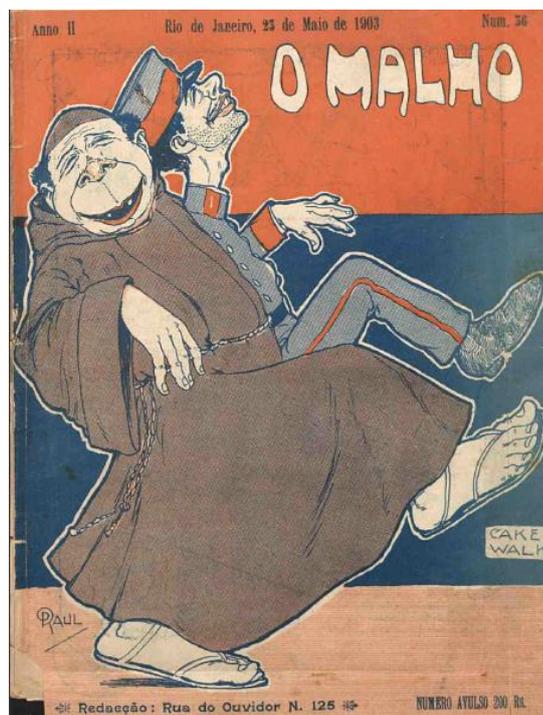
Temos uma importante pista que se representa no jogo de cabo-de-guerra; primeiramente, por seu título, isto é, a guerra dos abades que posteriormente chegaria ao campo judicial da manutenção de bens do Mosteiro. Nesta edição de número 35 da revista *O Malho*, a coluna “Chronica” é bem longa e específica sobre a segunda semana da presença dos frades e a contenda entre Frei João e o Abade Geral, Frei Domingos. Até então, nesse momento, nas ruas o que se falava era de quem iria ficar com a administração do Mosteiro, por isso a alegoria do jogo. Como vimos pelo jornal *Correio da Manhã*, Frei João das Mercês, embora estivesse próximo de finalizar o seu exercício de Abade do Mosteiro, uma vez que de acordo com as regras internas da Ordem seu tempo se cumpriria em breve, não se fazia satisfeito com a mudança administrativa com os frades vindos da Europa, com a desculpa de que os bens do Mosteiro deixariam de ser um bem nacional. Entretanto, tal reclame se chocava com as regras internas, o que obviamente se transformou num problema rapidamente e fazia com que o Frei João das Mercês mantivesse seu interesse no Mosteiro, o que se dava pela possibilidade de preservar seu domínio sobre os bens de lá. Retomemos aqui o título e a legenda:

“Puxa-puxa clerical”

“Ou um pé-de-moleque na rapadura pecuniária do mosteiro...”

Vejamos como a charge trabalha duas vias de interpretação desse embate, sendo, primeiro, uma simples disputa com suas particularidades internas e, depois, uma segunda interpretação que lança sobre a situação uma visão irônica de que não se tratava de uma simples briga pela administração do Mosteiro. Assim, podemos entender que os bens do mosteiro são representados por uma expressão que traduz algo sólido, concreto e rígido, ou seja, a “rapadura pecuniária”<sup>206</sup>, tendo em seu interior irregularidades, representadas por “pé-de-moleque”, que, além do nome de um famoso doce feito com rapadura e amendoim, também sugere um calçamento irregular com pedras. Nessa edição, se tratou majoritariamente sobre esse embate que supostamente chegou a uma situação estável, com um acordo feito entre os frades João das Mercês e Domingos da Transfiguração.

**Figura 8** – *O Malho* – Capa, Raul Pederneiras, nº 36, 23 de maio de 1903.



Fonte: Biblioteca Nacional.

A ilustração acima (ver figura 8) trata-se da capa da edição do dia 23 de maio de 1903, de número 36, também assinada por Raul Pederneiras. Talvez uma das mais emblemáticas imagens desta pesquisa, por ser na semana em que podemos, a partir das informações contidas no capítulo anterior, concluir como o ponto alto dos ânimos exaltados, além de conter diversos

<sup>206</sup> A palavra “pecuniária” se traduz como algo que pode ser entendido como dinheiro.

elementos e opções estéticas carregadas de simbolismos, o que nos permite extrair diversas evidências. Essa imagem nos coloca claramente um frade beneditino e um soldado da polícia carioca seguindo em harmonia, com seus semblantes demonstrando, supostamente, expressões de felicidade. O frade, representado neste primeiro plano, é colocado trajando um hábito marrom, o que primeiramente nos mostra uma pouca preocupação com a característica principal dos beneditinos, isto é, a utilização de uma vestimenta preta. Sua face, a partir da percepção de suas feições, nos fornece um estado de extrema alegria, demonstrando uma baixa preocupação com algum problema que surgira nas movimentações da ocupação do Mosteiro. Essa característica é reforçada pela segunda figura humana apresentada no desenho, tratando-se claramente de um soldado de polícia, sobretudo pelas evidências de suas vestes, ou seja, o tradicional quepe, bem como ornamentos em sua vestimenta que indicam ser uma farda.

É possível perceber, em ambas as faces, traços que denotam o tom de despreocupação, associados a uma certa “malandragem”, como, por exemplo, a barba mal feita do soldado, juntamente com seu sorriso irônico e um olhar para cima. A sua fisionomia bastante magra também é um fator de menosprezo, que, associada à barba por fazer, garante um tom maltrapilho ao policial. Embora não esteja deliberadamente citado, a figura do policial corresponde com diversas outras figuras de um determinado soldado representado nas charges, o que nos ajuda a pensar se tratar de Casimiro de Castro, capitão responsável pelos soldados nas manifestações.

É importante citar que, na semana da publicação na revista, era também a semana de proibição dos comícios e, como dito anteriormente, essa proibição era um fator considerável na aceitação ou não desses monges. Abraçado com o capitão de polícia, o monge segue representando elementos recorrentes: peso elevado, que lhe garante a postura de acomodado, pés e mãos maiores, características essas que eram também atribuídas a pessoas de peso elevado. Ambos com um semblante “abestalhado”, isto é, atribuindo jocosamente aos personagens uma ideia de pessoas sem muita noção da realidade, visto que a realidade era para a imprensa, não apenas o problema dos frades no Brasil, mas também problemas sociais no espaço urbano carioca. O que se manifesta também na crônica inicial:

*Não lhes direi nada da questão religiosa... perdão: da questão fradesca. Não ha quem ignore quão indigesto é o feijão frade, e Vossas Mercês devem — como o frei João das ditas, — sentir-se altamente comprometidos na integridade de suas funções gastro-intestinaes, sujeitos como têm sido os seus estômagos a este estreito regimen dietetico de frade, e frade, e mais frade. Francamente, já enfara. Entretanto, como questão de questão, subsiste*

*esse entêtement de certos cavalheiros que querem à fina força realizar meetings para dizer o que pensam acerca do caso do mosteiro e como preopinam sobre a destituição de frei João das Mercês e a eleição de D. Transfiguração Machado.*

*De accordo que a vontade do cidadão é livre, como é livre a sua opinião, como lhe cabe a perfeita liberdade de externa-la. Mas isso em termos, em casa, no regaço da família, na rua, no café, na confeitaria, no theatro, no jornal, e não na praça publica, com apparatus e com intenção proposital de agitar as massas e de fazer bernardinhas, com que ninguém nunca lucra e com que a ordem publica perde sempre.*

*Ora aqui está este criado de Vossas Mercês, que tem a respeito do caso uma opinião e que a vai externar sem pedir licença ao rolhista Dr. Seabra nem ao calvissimo Sr. Cardoso de Castro: sem meetitig nem nada, declaro em publico e raso que esta questão já amola o enfastia e que como exploração já não dá nem pingo.*

*E tenho concluído c dispenso a brigada policial de vir para o largo de S. Francisco.<sup>207</sup>*

Sendo o direito de “ir e vir” nas ruas algo bem estimado pelo espírito da época, fortes críticas à proibição surgiam. Entende-se que os beneditinos como um todo se tornavam um problema e o poder público se alinhava aos frades, gerando revolta e sendo explorados em seus aspectos visuais, características que tinham como objetivo ridicularizar os envolvidos.

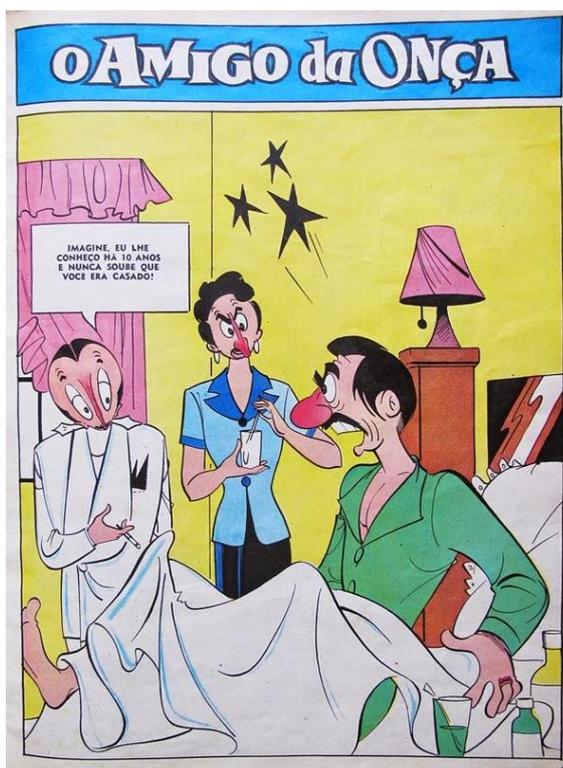
Um detalhe a ser mencionado nesse frade (ver figura 8) que se liga à crítica da época é o desenho de seu nariz, que se mostra com tom rosado, isto é, o nariz avermelhado, frequentemente representado em personagens associados à malandragem, pessoas que querem tirar vantagem, atributos esses recorrentes na representação de frades ou pessoas populares, bem como pessoas consideradas aproveitadoras e espertas, mas no sentido negativo.

Trazemos aqui uma imagem do *Amigo da Onça* (ver figura 9), para enriquecer a discussão acerca da figura 8, uma vez que se trata de um personagem famoso da década de 1940, criado pelo cartunista Péricles de Andrade Maranhão. É um bom exemplo visual e nos mostra bem tal característica do nariz avermelhado, que é bastante recorrente não somente nos personagens de suas tirinhas, mas também no universo das histórias em quadrinhos, sendo algo bastante utilizado para falar de pessoas com essas características de esperteza, como o caso do “jeitinho brasileiro”.

---

<sup>207</sup> “Chronica”, Revista *O Malho*, nº 36. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1903.

Figura 9 – “O Amigo da Onça” – Péricles de Andrade Maranhão.

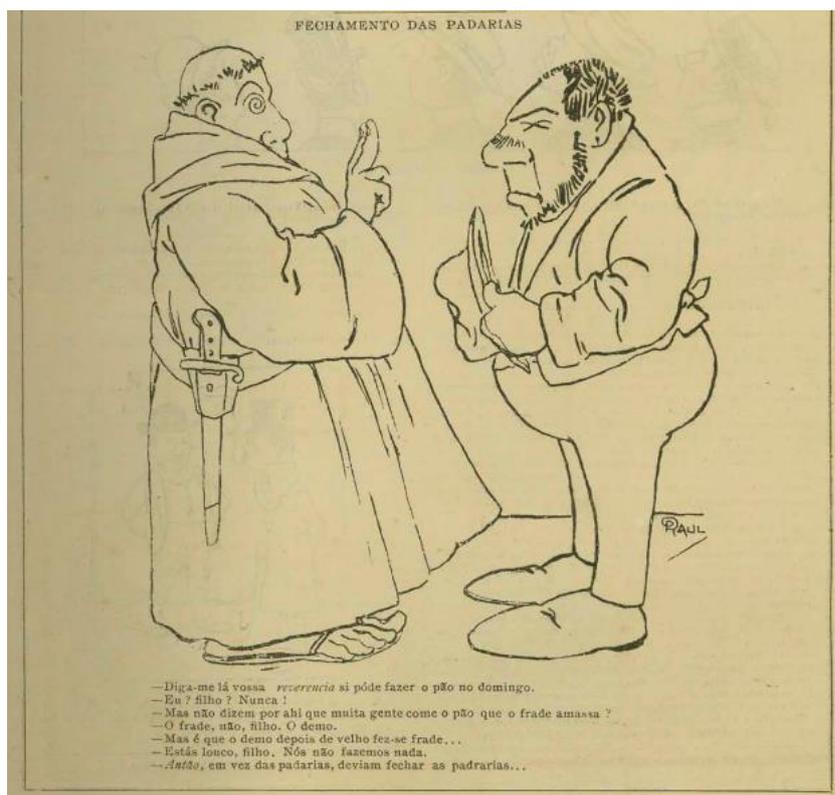


Fonte: [www.hataquadrinhosblog2.blogspot.com/](http://www.hataquadrinhosblog2.blogspot.com/), acesso em 25 abr. 2021.

“Imagine, eu lhe conheço há 10 anos e nunca soube que você era casado!”

Outro detalhe importante que podemos concluir como o principal aspecto da figura 8 e o que faz seu fechamento é a posição dos personagens e o que estão fazendo na representação. Abraçados, parecem dançar alegremente, o que de fato estão a fazer, uma vez que é indicado com a palavra “cakewalk” ao lado. *Cakewalk* trata-se de uma dança afro-estadunidense, que tem sua origem no final do período da escravidão, que consistiu na imitação de passos de danças de salão das elites e que tinha um tom de comédia em sua execução. A dança é feita com mais de uma pessoa, o que nos ajuda a pensar que as figuras representadas seguem dançando em conjunto, reafirmando uma parceria, divulgada pela imprensa, que se considerava nociva para a população, ou seja, o acobertamento dos beuronenses pelas autoridades. Não obstante, o fato de essa imagem ser capa da edição nos permite concluir que era urgente essa questão nesse momento histórico, e *O Malho* claramente fazia coro com a revolta da população.

**Figura 10** – “Fechamento das Padarias” – Raul, *O Malho*, nº 36, ano II, 1093, p. 9.



Fonte: Biblioteca Nacional.

- “— Diga-me lá vossa *reverencia* si póde fazer o pão no domingo.  
 — Eu? Filho? Nunca!  
 — Mas não dizem por ahí que muita gente come o pão que o frade amassa?  
 — O frade, não, filho. O demo.  
 — Mas é que o demo depois de velho fez-se frade...  
 — Estás louco, filho. Nós não fazemos nada.  
 — *Antão*, em vez das padarias, deviam fechar as padrarias...”

Nessa charge (ver figura 10), o artista Raul Pederneiras evidencia uma perspectiva dos personagens presentes na imagem, que concerne a movimentações que ultrapassavam o âmbito político das disputas do Mosteiro de São Bento e se mostravam como algo presente na rotina da população. Os dois protagonistas dialogam entre si sobre modificações no comércio, que aparentemente estavam causando transtornos no cotidiano, confirmado pela indagação do homem à direita, que questiona a figura do frade sobre a produção de pão nos dias de domingo.

O artista, nas falas do diálogo, faz representar os monges e a população personificados em duas pessoas, e fica implícita a ideia do incômodo trazido à população pelos frades. Ao que as aparências nos indicam, o diálogo pode estar ocorrendo em uma calçada ou próximo a uma parede, talvez, visto que uma linha um pouco acima dos pés do homem à direita e rente à quina das vestes do frade nos garante essa impressão. Na imagem, o homem representado à direita,

com barba e cabelos ralos, traja um colete, sapatos e segura um chapéu, sugerindo uma abordagem ao frade, que, retratado com suas vestes tradicionais, se explica.

No desenho do frade, além das vestes tradicionais, suas características são reforçadas pela tonsura romana de seu cabelo, sandálias e, na ocasião, ainda está portando um punhal fixado à cinta. Aqui, a representação do frade segue a mesma característica de quase todas as representações dos monges beneditinos. O hábito religioso, que na tradição beneditina é de cor preta, é comumente representado sem coloração, sendo garantida a sua significação apenas com as linhas do desenho.

Os dois personagens da charge se assemelham no tamanho e comungam de algumas características, tais como pés avantajados, mãos e narizes desproporcionais, e uma determinada obesidade – essa recorrente para a representação dos frades –, que lhes conferem uma encenação semelhante enquanto discurso imagético. Na face de cada personagem, os olhos foram substituídos por códigos visuais – apesar da posição desenhada indicar apenas um olho, supõe-se no universo da imagem a existência de dois, por isso a utilização de olhos no plural –, recorrentes em desenhos satíricos, que entregam significados na construção de expressões faciais e evidenciam estados. Os olhos em “x” do suposto imigrante português, comumente atribuídos a pessoas mortas ou olhos apertados, no universo da caricatura, transmitem a impressão de confusão, inquietude com o ocorrido, até mesmo uma certa raiva, que pode ser confirmada com a ironia da sua fala no diálogo. Em contraponto, os olhos do frade substituídos por espirais, normalmente utilizados em quadrinhos para loucura ou tonteira, podem nos indicar uma certa falta de noção atribuída ao frade, reafirmando o tom jocoso de sua representação.

O texto da legenda, mais uma vez, nos oferece pistas sobre as opções estéticas que o artista escolheu para abordar pessoas da população, especificamente as camadas ditas populares na época. A maneira como algumas palavras são utilizadas na legenda nos mostra a possibilidade de o homem da direita se tratar de um imigrante português, podendo ser observada tal característica no dialeto macarrônico através do uso de palavras distorcidas, como “antão” e “si”, e demais erros propositais de utilização da língua.

Em demais charges da revista, tais elementos estéticos e textuais serão atribuídos a esses imigrantes, vistos com rechaço pela sociedade. Como Isabel Lustosa e Roberta Triches<sup>208</sup> colocam, tais aspectos se firmaram como os principais estereótipos desse contingente, construídos ao longo do século XIX, confirmados e disseminados não somente por imagens,

---

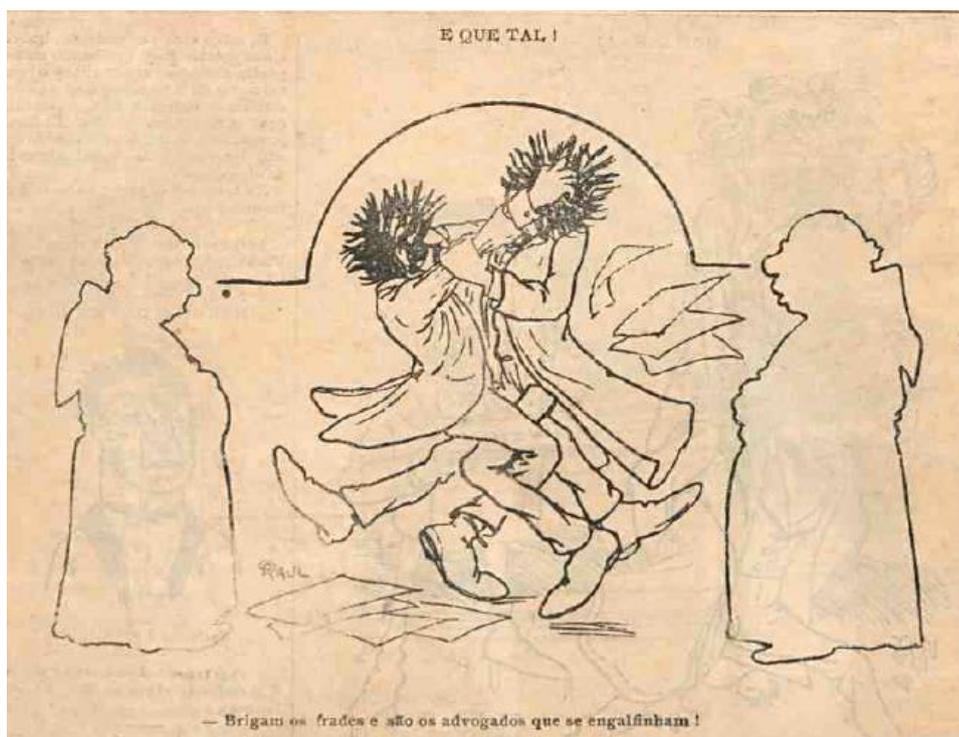
<sup>208</sup> LUSTOSA; TRICHES. *O português da anedota*. 2011.

mas também por crônicas. Se, por um lado, esse personagem português endossa o coro da população, de modo geral, repulsivo para com os frades, por outro, imputa também um forte incômodo para com essas pessoas, que não se fazem livres de seus próprios estereótipos arraigados, evocando a possibilidade de mais interpretações.

O uso dos trocadilhos na charge (ver figura 10) faz com que seu efeito ganhe impulso para um entendimento do que se pretendia divulgar com essa imagem: o incômodo que os frades traziam para a população. Atribui-se aos frades algo muito maléfico, quando o suposto imigrante diz sobre comer “o pão que o frade amassa” e que o “demo depois de velho, fez-se frade”; além de quando o frade diz que “não fazemos nada”, ainda atribui-se o ócio, característica colocada como negativa, reforçada com a representação da obesidade. Se pensarmos na situação de dificuldade e precariedade da população brasileira e como ela é retratada nas revistas, diariamente “come-se o pão que o diabo amassou”, sendo essa a grande ironia trabalhada no texto, haja visto que, como foi colocado no capítulo anterior, o espaço urbano e seus atores sociais, isto é, a população, ou “o povo”, era uma grande figura central no humor. Trata-se da mesma edição da imagem anterior (ver figura 9), e foi publicada justamente na semana em que a proibição dos *meetings* acontecia, ou seja, havia uma repressão policial em cima dos manifestantes. Então, como diversas vezes foi pontuado na imprensa de modo geral, o “povo sofrido” nem ao menos podia manifestar sua indignação, mostrando que o poder público se alinhava à *questão dos frades*, e aquela ideia de liberdade que deveria ser garantida com a República, era, pelo visto, inexistente.

Tudo isso é fechado com mais um trocadilho que direciona o sentido, quando o suposto imigrante português coloca que, “ao invés de fechar as padarias, deviam fechar as padarias”, supondo que o poder público deveria proibir a entrada dos frades no Rio de Janeiro, ao invés de refrear a população. O ponto interessante dessa imagem é a possibilidade de observar, lado a lado, dois atores sociais presentes no cotidiano carioca no período, os quais certamente eram vistos com discriminação na sociedade nesse estágio.

**Figura 11** – “E que tal!” – Raul, *O Malho*, nº 37, ano II, 1093, p. 10.



Fonte: Biblioteca Nacional.

“– Brigam os frades e são os advogados que se engalfinham!”

Na charge acima (ver figura 11), assinada por Raul Pederneiras, percebemos ao centro duas pessoas que se digladiam intensamente. As duas pessoas são colocadas na imagem como os advogados dos principais envolvidos, Dom Domingos da Transfiguração e Dom João das Mercês. Os advogados sugerem puxar os cabelos de cada um com força, representados pelos traços das mãos que se espalham por dentro das cabeleiras, exprimindo uma situação completamente caótica, conferida pelos efeitos de brutalidade e rispidez colocados pelo desenho. As pernas entrelaçadas confirmam tal efeito provocado e suas respectivas vestes sugerem esvoaçar com a força dos golpes proferidos por cada um dos personagens. O caos ainda continua ressaltado pelas folhas de papel que planam no entorno do conflito, o que na ocasião fornece o tom estereotipado do ofício jurídico, como sujeitos que comumente estão sempre cheios de papéis. Os advogados “desordeiros” em questão se apresentam no primeiro plano, balizados pelo semicírculo, que atribui o limite superior da imagem.

Uma das características utilizadas nessa charge é o exagero da situação que confere o tom sarcástico pretendido. Obviamente, a real possibilidade de os advogados terem chegado às vias de fato em um conflito físico é mínima, ainda que a situação se caracterizasse por uma

certa hostilidade. Esta particularidade de uma situação definida de forma dramática, aumentada, é utilizada nesse sentido para destacar a dimensão simbólica das disputas políticas do Mosteiro de São Bento.

A comicidade do efeito pictórico pretendido é bem-sucedida, quando a ilusão do conflito violento pode expor uma situação hostil da realidade. Nessa charge, nenhuma característica de fisionomia facial é explorada. Não é possível perceber uma face nos advogados, o que reforça a situação caótica representada. Percebemos aos cantos as silhuetas do que podemos inferir se tratar dos frades beneditinos no contexto. Tais representações se tratam de uma abstração de formas de fácil assimilação, que garantem a percepção imediata.

Pode-se dizer que se buscou representar ali os monges beneditinos como ausentes, em segundo plano na charge. Além do mais, é possível concluir que se tratam de pessoas idosas, com sua tonsura romana tradicional, estando com as mãos juntas e com o capuz das vestes para trás, com suas cabeças levemente inclinadas para baixo. A imagem não deixa aparente sobre quem se trata, pois com um pouco de atenção percebe-se características de representação que os tornam semelhantes e nem mesmo o desenho nos fornece a possibilidade de pensarmos em alguns nomes chaves (ver figura 12).

Entretanto, o perfil dos frades nos garante uma “presença na ausência” de suas personas. Não é necessário que se represente detalhadamente os frades por completo para que se entenda exatamente sobre o que se trata; a simplificação na representação garante a ideia da imagem dos sujeitos que conferem sua presença no contexto. Afinal, a presença dos frades é a grande questão do conflito. A surpresa presente no título da charge, “E que tal!”, relaciona-se com a legenda, devido à estranheza da situação. O funcionamento da charge só tem sentido com a presença da insinuação dos frades juntamente com a inusitada briga ao centro; cada advogado representa na briga algum dos frades que está de certa forma atrás. Esse aspecto visual nos mostra que os frades propriamente ditos eram colocados na charge como pessoas então escondidas, enquanto quem enfrenta de fato o problema seriam as autoridades jurídicas.

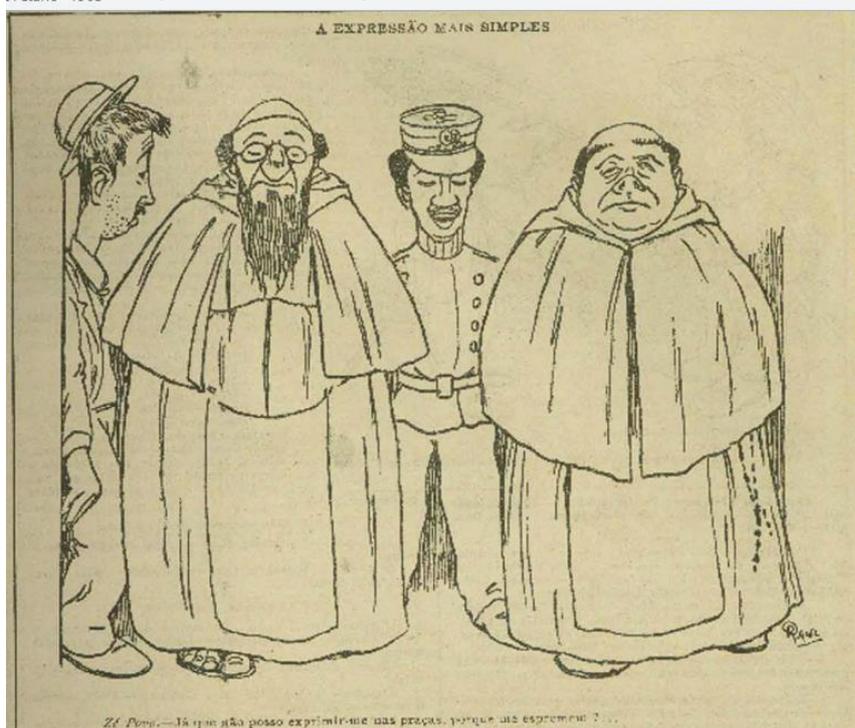
A considerar que, na semana de publicação da edição de número 37 da revista *O Malho*, as disputas no campo jurídico sobre os *meetings* era o assunto principal, vejamos um trecho da crônica que abre a revista:

*O pessoal meetingueiro descompoz a fradaria estrangeira, Luiz Domingues descompoz frei João das Mercês, Souza Bandeira descompoz Luiz Domingues e no fim de tudo distinctos officiaes do exercito é que foram parar no xilindró da fortaleza, acusados do nefando crime de terem evitado que a populaça maltratasse os fradinhos de S. Bento! Ora eis abi: por bem fazer...*

*Francamente, este nosso amigo Cardoso de Castro bem podia se entregar a melhor officio do que esse de andar a escrever officios de queixas contra os outros.*<sup>209</sup>

Notamos, pelo fragmento, que, apesar de não retratar o mesmo embate da charge, isto é, as questões da administração do Mosteiro, o pensamento da revista se alinhava à imagem quando os frades tidos como causadores de problemas nada se preocupavam com as consequências. Entende-se com isso que sua atribuição, digamos assim, espiritual, ou seja, a silhueta de suas posturas impassíveis, como já dito, com as cabeças levemente inclinadas, reforça essa atribuição de causadores de problemas, que, embora fossem os principais interessados no embate, ironicamente, provocam conflitos e sequer demonstram preocupação. Como é possível ver no texto, bem como na charge (ver figura 11), o discurso é mais direcionado ao âmbito jurídico e às consequências sofridas por outras pessoas, que não os mais envolvidos no caso. Assim, relaciona-se os problemas nos trâmites com a briga dos frades, mas quem se dá ao trabalho da briga são outras pessoas que não os frades, bem como as consequências sofridas.

**Figura 12** – “A expressão mais simples” – Raul, *O Malho*, nº 37, ano II, 1903, p. 19.



Fonte: Biblioteca Nacional.

“Zé Povo: – Já que não posso exprimir-me nas praças, por que me espremem?...”

<sup>209</sup> *O Malho*, nº 37, ano II, 1903, p. 6.

Finalizando esse tópico, temos mais essa charge assinada por Raul Pederneiras, da edição de número 37, de 30 de maio de 1903, que apresenta uma situação que envolve diretamente, em desarmonia, os frades juntamente com o poder público contra o povo, este representado na figura de *Zé Povo*. Na charge (ver figura 12), os frades estão representados em primeiro plano, sendo os objetos que ganham destaque na representação, em suas vestes tradicionais, acobertados por um soldado logo atrás; este, ao meio, juntamente com os beneditinos, ocupam praticamente todo o centro da imagem. Ao lado esquerdo, tem-se então a figura da população personificada em *Zé Povo* – este que não se restringirá sua recorrência n’*O Malho*, mas em demais periódicos, conforme enfatizamos –, que ocupa uma singela fatia da imagem, aventando que, com sofrimento, demarca seu local na charge.

É importante que percebamos as feições atribuídas a cada personagem na narrativa. *Zé Povo* espreme-se ao canto da página em suas vestes maltrapilhas, reivindica seu espaço cada vez menor na situação, marcado pela negatividade, com aspecto de pobreza, como recorrente, vítima da política, representado pela postura desmazelada, cabelos eriçados e barba por fazer. Suas feições ressabiadas, com os lábios inferiores para baixo, de cabeça baixa, sobrancelhas arqueadas e um olhar desanimado, são atribuídas à personificação do povo, colocado tão sofridamente e já usurpado pelo poder público.

De acordo com Silva<sup>210</sup>, a caracterização social do personagem evidenciava um importante aspecto da definição racial que fazia a diferenciação que lhe foi mais recorrente, não apenas mulato ou negro, mas também, como parece sugerir mais nosso caso, algum tipo branco ou mestiço. Os frades, ao lado de *Zé Povo*, se constroem a partir de seus estereótipos mais marcantes, como suas vestes, contrapondo-se às características da personificação do povo, tendo em suas feições olhares voltados para baixo, ou até mesmo fechados, que nos transmitem a impressão de uma determinada indiferença para com o que *Zé Povo* clama.

Diante disso, é o texto da legenda que mais uma vez reforça o sentido da charge e estabelece a conexão com todos os elementos imagéticos da imagem com seu contexto. A charge chama atenção para a proibição dos *meetings* – assim chamados os comícios, geralmente realizados no Largo do São Francisco, conforme já informado – que debatiam a tal *questão religiosa*; por vezes, neles se perdia o controle dos ânimos da juventude e demais presentes, vinda desse descontrole a reação da segurança pública com as proibições.

---

<sup>210</sup> SILVA, 1990.

A liberdade de expressão é mostrada aqui se perdendo sob o controle do Estado e é colocada em xeque na charge não apenas com os trocadilhos entre as palavras “exprimir” e “espremer”, mas também com a maneira como o povo foi representado bem no canto do cenário da charge. A habilidade de Raul Pederneiras com os trocadilhos, fazendo a referência à repressão do poder público acobertando os frades estrangeiros, chamando de volta para o título “A expressão mais simples”, concatena com a maneira como o povo foi representado na imagem. *O Malho*, ao mesmo tempo em que lançava um olhar de desprezo aos populares representados na figura de *Zé Povo*, reforçava o caráter repressor das autoridades. Uma vez que as autoridades acabam por reprimir as manifestações expulsando as pessoas ali presentes, a liberdade de expressão se fazia uma evidente questão e entendia-se que o problema atribuído aos frades ultrapassara os limites da ordem vigente na época, onde a imprensa supostamente cumprira o papel de estar ao lado do que se pensava no senso comum. O curioso dessa charge é que a revista *O Malho* utiliza a representação de *Zé Povo* para se posicionar mais uma vez contra a repressão e supostamente ao lado da população, o que nos permite novamente perceber o caráter contraditório e ambíguo de *O Malho*. Isso pode se explicar pelo fato de o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro ser um local altamente visado pelas elites na época, dado ao fato citado anteriormente, relativo ao alto valor de bens que possuía.

As mobilizações em torno dessa disputa política do Mosteiro, certamente pelas notícias, envolviam cada vez mais as autoridades, gerando maior desconforto ainda na população. Nesse ponto, a charge utiliza-se de uma agudeza das próprias características do desenho para fazer esta chave com seu contexto; no universo do cenário, logo é evidenciada uma limitação que, sem esse aspecto, não seria possível difundir a mensagem da imagem.

Podemos inferir, ainda, que os frades representados poderiam se tratar, da esquerda para a direita, de Dom Gerard van Caloen e Dom Domingos da Transfiguração Machado. A possibilidade de pensar sobre isso nos é cedida a partir dos nomes citados nas notícias que nos levam a abordar tais opções estéticas como uma caricatura desses dois atores sociais da *questão religiosa*. Com barbas longas e óculos, o pequeno barrete, denominado solidéu, observados também em fotografias, é possível associar Dom Gerard van Caloen e Dom Domingos da Transfiguração em outras imagens que aparentam uma calvície e expressões faciais que nos levam a refletir sobre tais representações. Mas, ainda que instável tal ideia de designação visual, os dois frades foram, como confirmam notícias, demais pesquisas e textos da própria revista, dois dos principais nomes envolvidos com o Mosteiro; eles se mostraram proeminentes nos

conflitos políticos que circundavam a administração do Mosteiro e a reunião do Capítulo Geral, em relação à qual Dom João das Mercês, juntamente com a população, se mostrava contra.

Não menos importante, mas o que garante o arremate do sentido da imagem, que tem nome e já o apresentamos aqui, o capitão Casemiro de Moura é a todo momento citado nas crônicas e em outras charges pela revista. O soldado, que é mostrado logo atrás, permite a identificação imediata de seu ofício através das vestes, cumprindo a função no desenho de juntamente com os frades endossar o papel repressivo que a revista aponta contra a população. Suas feições, com a cabeça baixa, seguem a mesma representação utilizada para os frades, que sugere um apaziguamento, acobertamento, entrando em concordância, de acordo com o artista, com os interesses dos monges estrangeiros.

A sutil violência dos poderes públicos que agem junto aos frades, e que *O Malho* coloca em seu discurso, de certa forma é garantida, além dos aspectos já mencionados, pela figura desse soldado. É possível ainda que estabeleça um ritmo para a leitura dessa imagem, se partimos da esquerda para a direita, na direção em que *Zé Povo* direciona seu olhar desafetado, a leitura acompanha as três pessoas, perpassa todas as sutilezas atribuídas e, com o texto, imediatamente retorna a *Zé Povo*, acompanhando em conjunto o olhar dos personagens que o comprimem.

### 3.2 O funcionamento do desenho nas charges

Como vimos, as representações dos frades referentes à *questão fradesca* carregam consigo diversos significados que se ligam ao processo histórico beneditino, bem como às novas tendências de imprensa no Brasil e também às mudanças políticas no período. A representação de pessoas na charge, além dos aspectos fisionômicos, abarca diversos outros elementos de uma reprodução da natureza que escapa às representações fisionômicas e cuida da composição do cenário construído para aquela determinada realidade.

No caso de pensar as charges como recursos textuais que vão trabalhar com questões étnico-culturais, talvez salientar as recorrências de elementos secundários não se faça de tamanha importância. Porém, sem a existência desses componentes, seria impossível uma certificação através de uma suposta realidade criada dentro e por meio da imagem, que é o que transforma a charge em uma ilusão de vida. A demarcação desse espaço na imagem, que fornecerá essa ilusão de vida, deve ser cuidadosamente pensada, visto que a narrativa vai depender substancialmente de tais elementos. O trabalho com a profundidade, a linha e as

opções estéticas é o que toca o subconsciente e ativa as percepções, estabelecendo uma relação de troca entre imagem e observador, que reage ou não à charge. A utilização de demais componentes, como os dialetos, mantêm o funcionamento de caracterização humorística.

Sobre esse importante detalhe a respeito da representação caricatural, a procura neste ponto é uma deformidade perfeita, que parte de uma aparência exterior para um interior em toda sua determinada singularidade visual repulsiva. O que se procura com a caricatura não é a réplica de algo aparente na representação, mas a existência de significados na imperfeição<sup>211</sup>. Vamos nos permitir retomar um exemplo presente na História da Arte que ilustra bem tal linha de raciocínio: a representação caricatural do Rei Luis Filipe, na qual Philipon, em sua charge para determinado jornal, atribui o formato da cabeça do Roi Bourgeois a uma pera (ver figura 13).

Figura 13 – “Les Poires” – Philipon, *Le Charivari*, 1834.



Fonte: KRIS; GOMBRICH. *The principles of Caricature*. 1935.

A zombaria em questão é de que a associação à fruta expõe o rei ao ridículo, uma vez que a associação à pera, “poire”, denota que se tratava de um imbecil. Tal brincadeira, que rendeu uma multa ao artista, expõe-nos o caráter de “trocadilho imagético”, que se aproxima de formas

<sup>211</sup> GOMBRICH. *Arte e ilusão: um estudo sobre a psicologia da representação pictórica*. 2007.

alheias às expressões humanas, em que se “escapa sem correr risco” de uma habilidade que age sobre a mente do leitor e tira a necessidade de interferência direta do artista na interpretação, criando uma ilusão de vida, sem necessariamente uma ilusão da realidade.<sup>212</sup> O jogo visual de deslocar uma face e transformá-la em algum animal ou objeto é o que dá luz à interpretação caricatural.

A grande jogada do estudo de caricaturas é perceber, na simplificação, a riqueza de significados. Significados esses que traçaram toda uma trajetória imagética que, no “jogo das equivalências”, ganha espaço com as simplificações das formas que antes passaram por toda uma complexidade, para que agora, graças a um repertório visual, possibilitem o entendimento da imagem em sua simplificação. É na economia do traço que o humor geralmente aparece. Essa interpretação fica em grande parte a cargo do receptor, que decodifica a mensagem a partir de seu repertório; o humor sem algum receptor não se faz possível de manifestação. O jogo pictórico presente da caricatura é o afastamento da pura semelhança com o real representado, ao mesmo tempo em que é uma dedicada aproximação.

A riqueza de significantes que ainda consegue aparecer, apesar da rapidez das linhas, é o que de certa forma toca os sentidos que ativam a percepção de uma semelhança com a realidade a que se entende o sentido. Saber que se trata de um sapato, uma sandália ou até mesmo uma bengala, que são retratados através de detalhes como hachuras ou um mero traço com uma elipse em sua extremidade superior, só é possível graças ao prévio conhecimento que se tem do objeto, mostrando assim o poder que a ilusão pictórica exerce sobre os sentidos.

Pensamos, então, que o estudo das formas é o trabalho de análise que circula as opções estéticas da representação. Sendo assim, o que importa no final não é exatamente a representação fiel, tampouco enaltecida da figura humana, mas sim as características que permitirão ao observador as percepções como humor. O estudo dessas formas, ideias e mensagens nos chama a um fato, cada vez mais marcado nas linguagens da Arte, que é o fato da interpretação ou poder de interpretação. Ao interpretar os aparentes códigos da linguagem expostos, em nosso caso, nas opções estéticas de artistas e nos efeitos pictóricos, vamos um pouco além do que é colocado e buscamos o cerne da questão caricatural fradesca, que circula para além das discussões das formas e ao mesmo tempo parte dessas.

Adentrando um pouco nessa questão da forma, não podemos deixar de trazer questões importantes que circundam a construção caricatural e chargística, isto é, produções que se

---

<sup>212</sup> KRIS; GOMBRICH, 1935.

constroem em cima de fortes estereótipos. A noção de estereótipo é abrangente e nos auxilia a tecer análises, construídas sob materialidades discursivas, sendo possível surtir efeitos, uma vez que o nosso objeto de pesquisa se apoia nisso para seu funcionamento. Para tanto, entendemos que o estereótipo não se restringe a grupos humanos, estendendo-se para demais objetos presentes em cena, como um comportamento, um animal, mas também uma vestimenta, um cenário etc. Portanto, o estereótipo se faz presente em todas as construções imagéticas analisadas.<sup>213</sup>

Até algumas décadas atrás, as charges humorísticas eram vistas com desconfiança sob o olhar do historiador, este que as colocava em posto inferior à produção escrita, sendo a ilustração um mero acompanhamento. Silva<sup>214</sup> evidencia que a participação dos artistas ilustradores no Rio de Janeiro nas camadas de maior prestígio intelectual dividiu espaço com a literatura erudita e demais materiais. O autor, através da análise do personagem *Zé Povo*, ainda expõe as possibilidades de ruptura entre o espaço mimético que a charge permite, por meio de recursos alegóricos, e apresenta repetição das convenções plásticas e lugares de poder e não poder dos atores sociais representados através das charges. Tais aspectos trabalham as condições sociais presentes nos contextos em que as charges aparecem. Ajudam a garantir que o risível se torne aparente, através do exagero de situações que confrontam qualquer possibilidade real de deslocamento do plano imagético.

Sendo a imagem a ordem concreta da caricatura, traz consigo o riso em potencialidade por estabelecer uma relação de troca de sentidos entre a imagem e o leitor. Para que a caricatura funcione efetivamente, pensamos além da simulação de uma situação, é necessário que o exagero crie um contraste com o que se é, com o que se está representado. Sobre essa questão, recorremos a Mikhail Bakhtin acerca do grotesco na Idade Média, onde o corpo grotesco, para o autor, é um corpo em movimento, que se ocupa daquilo que atravessa o limite corporal, isto é, a valorização de seu relevo. O novo corpo, para Bakhtin, se faz ausentar do corpo individual, e desvaloriza os membros como braços, pernas, rostos e olhos, optando por firmar sua apresentação no ventre, nariz, traseiro, geralmente bebendo comento, cuspiendo.<sup>215</sup>

A anulação de características da face, olhos e boca retira a humanidade da figura representada. Valorizar o nariz, exagerar as narinas, vai, no contexto bakhtiniano, construir o

---

<sup>213</sup> BOYER. “Stéréotype, emblème, mythe”. 2008, p. 105.

<sup>214</sup> SILVA, 1990, p. 9.

<sup>215</sup> BAKHTIN, 2010, p. 278.

corpo grotesco evidenciando seus orifícios, sendo esse o que se ocupa apenas de saídas e excrescências. Como Bakhtin mostra, o banquete é uma imagem que organicamente se liga às manifestações populares e se liga estreitamente à imagem do grotesco. A experiência alimentar é talvez a mais importante na construção do grotesco, e as abundâncias de alimento e bebida, de acordo com o autor<sup>216</sup>, são as manifestações mais relevantes do corpo grotesco. O banquete no realismo grotesco celebra a vitória, é o coroamento do trabalho e o seu triunfo termina na alimentação.

Entretanto, Bakhtin também apresenta o caráter negativo e contraditório do banquete. As imagens populares do homem saciado e com sobrepeso se contradizem na literatura de classe e vão de encontro ao corpo egoísta, limitado e individual.

O grande ventre dos demônios da fecundidade e dos heróis populares glutões (por exemplo o Gargantua das ledas) transforma-se na grande pança do abade simoníaco e insaciável. Entre esses limites extremos, a imagem conhece a vida desdobrada, complexa e contraditória.<sup>217</sup>

Tais imagens são retratadas por meio da caricatura, que, enquanto elemento presente nas charges, se constitui também um item pertencente ao universo das histórias em quadrinhos, ainda que não se construa numa lógica narrativa que dependa de mais imagens para seu fechamento, normalmente se limitando a um único quadro. Assim, podemos pensar por esse viés e entender que tais imagens fazem a “ligação entre a cultura popular e erudita, tanto pelo interesse suscitado, isto é, devido ao material veiculado em semanários, mas também, pela presença de artistas de diversas áreas”<sup>218</sup>. Com isso, reafirmando a charge como pertencente ao universo das histórias em quadrinhos, compreendemos que existe uma concentração no absurdo juntamente ao objeto de ataque, isto é, posturas éticas distintas em detrimento de um princípio moral padrão, que tem como objetivo a defesa de uma classe, a favor ou contra um sistema.<sup>219</sup>

---

<sup>216</sup> BAKHTIN, 2010, p. 245.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 255.

<sup>218</sup> SILVA, 2011, p.11.

O universo das histórias em quadrinhos não se limita apenas a histórias de banda desenhada, podendo pensar a existência da caricatura e das charges, uma vez que as histórias em quadrinhos, como as conhecemos hoje, tiveram seu início primeiramente nos veículos de imprensa e, no Brasil, a existência de uma subcultura se liga diretamente a esse aspecto.

<sup>219</sup> SILVA, op. cit., p.14.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com charges de revistas ilustradas no Brasil é nos defrontar a todo momento com representações políticas a respeito do povo brasileiro que se fazem constantemente passíveis de análise. Se pensarmos, por exemplo, em figuras humanas existentes, lidamos com um problema de identidade do povo brasileiro, num período onde uma frágil República recém-instalada dava um suposto sentimento nacionalista republicano.

O surgimento das revistas ilustradas no século XIX no Brasil, embora tardiamente em relação à Europa, alavancou a produção imagética presente nessas revistas, sobretudo nas décadas finais do século, finalmente ganhando força nos primeiros anos do século XX, alcançando novas dimensões, ainda que o humor brasileiro não nascesse com a República.<sup>220</sup> Assim, percebemos que as charges que circularam, nas principais revistas ilustradas no Rio de Janeiro, associavam o humor à imprensa e uma forte percepção das cenas cotidianas que ocorriam no espaço público urbano. A importância desse espaço é o que também caracterizou o humor praticado na *Belle Époque*, haja visto que as representações das cenas e do espaço urbano se alinhavam às características das cidades famosas europeias. Com isso, o estudo formal da imagem na História há de revelar sentidos, pois, ainda que forjadas, as imagens deixam a marca da existência de algo para que o pesquisador deve empreender seu olhar, porém, sempre cauteloso.

Se pensarmos especificamente sobre as charges enquanto cumpridoras de uma função social comumente atrelada ao humor, elas podem nem sempre se restringir apenas às representações jocosas, o que não é nosso caso. A caricatura gira em torno da similaridade a partir do exagero e evidenciação de características visuais que nem sempre são latentes, mas que, sem dúvida, são responsáveis pela singularidade dos espíritos representados. A partir dessas reflexões, ainda que a caricatura seja um conceito em constante reflexão, não obtendo um consenso, essa pesquisa se apoia nas reflexões apresentadas até aqui, visto que, no caminho que seguimos, os conceitos se entrelaçam e o humor realiza o fechamento dessa complementação.

Para nossas análises, foi preciso entender que existe toda uma trajetória histórica sobre os beneditinos, desde a existência da Ordem Beneditina até às movimentações da Igreja Católica no final do século XIX, percebendo que é uma questão que ultrapassa os limites temporais e retoma fatos importantes, como sua consolidação na Europa até os movimentos

---

<sup>220</sup> SALIBA, 2002, p. 38.

liberais no século XIX. Os movimentos ultramontano e romanizador da Igreja forçaram a instituição a direcionar suas forças internamente, o que auxiliou na expansão das comunidades monásticas para as Américas e certamente, como vimos, gerou conflitos que a imprensa não deixou passar despercebido.

Aliado a isso, uma cultura de imprensa que se desenvolvia no Brasil, sobretudo na segunda metade do século XIX, ainda que tímida, fez impulsionar a possibilidade de novas técnicas como as ilustrações que ganhavam um novo território de desenvolvimento. Com isso vimos que o humor ilustrado se desenvolveu ao ponto de adquirir uma identidade própria brasileira, que seguiria nos primeiros anos do século XX e foi algo que participou ativamente do cotidiano brasileiro, principalmente no caso dessa pesquisa, das cenas cotidianas do Rio de Janeiro. Nosso artista estudado, Raul Pederneiras, assume um papel de transmissor e demarcador de uma ideia que se apoia nas informações disponíveis de seu tempo. Também, o desenhista se fazia como um dos protagonistas do cenário urbano, político e social, sendo quem era responsável por colocar o humor em imagens para o leitor, este que, frustrado perante a República, identifica e se identifica em/com personagens como *Zé Povo*, como se abordava a questão das autoridades, bem como quem supostamente se fazia acobertado pela mesma.

Pensamos que isso também se deu como consequência dos avanços ao longo do tempo das técnicas de imprensa, que possibilitaram que as charges ganhassem novas dimensões. Assim, graças a isso, o humor ilustrado foi ampliando cada vez mais o uso desse tipo de ilustração em suas páginas. Lembramos também que o desenho tem o poder de frisar ou apagar determinada característica ou acontecimento, a partir da utilização de signos-chaves que assumem um funcionamento com índices sociais ou psicológicos, como indumentária, local e posições dos corpos. As charges se estabelecem como um espaço onde sujeitos são estigmatizados e se estigmatizam de acordo com as impressões geradas. O humor gerado com as imagens é também como um instrumento de difusão de pensamentos e denúncias que ajuda formar um senso comum a respeito de determinado objeto. Colocar em xeque valores e tradições de grupos através do riso é o que provoca e assume caráter de confronto, ou até mesmo de submissão a determinado grupo, através da charge.

Esse conflito específico dos frades da Ordem Beneditina Brasileira se mostra como tema não muito explorado em trabalhos acadêmicos, salvo menções a respeito da ocupação do Mosteiro do Rio de Janeiro, juntamente com os principais abades envolvidos, sendo eles Frei João das Mercês Ramos e Frei Domingos da Transfiguração Machado. Esse conflito abordado pela imprensa, para além de uma questão interna da Igreja, expõe desdobramentos importantes

sobre o início da República no Brasil e coloca sobre a superfície questões que não se ligam apenas com instituições religiosas ou governamentais. Assim, é possível com esse tema descobrir diferentes camadas da vida pública dos primeiros anos do século XX, bem como a formação não somente de uma sociedade brasileira em transformação, mas também levamos em conta com essa pesquisa questões acerca da própria História, bem como suporte das questões técnicas do desenho e da história da caricatura.

Com isso, entendemos que a possibilidade de cruzar áreas supostamente distintas nos permite que ampliemos nosso repertório, não somente como pesquisador teórico, mas também amplia nosso repertório prático no defrontamento do arquivo, bem como aguça nossa capacidade prática como artista.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maurício de. Romanização, historiografia e tensões sociais: o catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 8, p. 1-15, 2011. Disponível em [www.revistafênix.pro.br](http://www.revistafênix.pro.br), acesso em 10 abr. 2020.
- AREAS, Daiana Maciel. **O Governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP). [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital), acesso em 05 ago. 2015.
- AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, p. 81-97, jul./dez. 2009.
- AZZI, Riolando. “D. Antônio de Macedo Costa e a posição da Igreja do Brasil diante do advento da República em 1889”. 1982, p. 45-69. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=AZZI.+Riolando.+D.+Antonio+de+Macedo+Costa+e+a+posiçã+da+Igreja+do+Brasil+diante+do+advento+da+República+em+1889”.+1982%2C+p.+67.&go=Pesquisar&q=ds&form=QBRE>, acesso em 10 abr. 2020.
- BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro - 1864-1888**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 2010.
- BELTING, Hans. **O fim da História da Arte**. Uma revisão dez anos depois. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Cosac Naif, 2006.
- BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 3 abr. 2013. <https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635108>
- BÍBLIA** de Jerusalém. Direção Editorial Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus Editora, 2011.
- BIBLIOTECA NACIONAL (RJ). <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em 05 ago. 2015.
- BOYER, Henri. Stéréotype, emblème, mythe. Sémiotisation médiatique et figement représentationnel. **Mots**, Lyon, v. 1, n. 88, p. 99-113, 2008. Disponível em: <http://mots.revues.org/14433>, acesso em 10 abr. 2020. <https://doi.org/10.4000/mots.14433>

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: Educs, 2004.

CAMPBELL, Vincent de Paul. **Benedictine Monachism and its Contribution to Past and Present**. Belmont Abbey: College of William and Mary for the degree Master of Arts, 1942.

CARDOSO, Athos Eichler (Org.). **As aventuras de Nhô-Quim & Zé Caipora: os primeiros quadrinhos brasileiros (1869-1883)**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASA DE RUI BARBOSA (RJ). <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/?lk=8>, acesso em 05 ago. 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

**CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 1º de maio a 31 de maio de 1903. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 10 abr. 2020.

**CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1903. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 10 abr. 2020.

**CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1903. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 10 abr. 2020.

**CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1903. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 10 abr. 2020.

**CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1903. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 13 abr. 2020.

**CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1903. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 13 abr. 2020.

**CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1903. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>, acesso em 15 abr. 2020.

CRUZ, Manuel Braga. Os católicos e a política nos finais do século XIX. **Análise Social**, v. 16, n. 61/62, p. 259-270, 1980.

**DECRETO nº 119-A**, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=decreto%20n%C2%BA%20119-a%2C%20de%207%20de%20janeiro%20de,cultos%2C%20extingue%20o%20padroado%20e>

%20estabelece%20outras%20provid%C3%AAs, acesso em 10 abr. 2020.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joaseiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DELTRY, Giovanna. Margens da *Belle Époque* carioca pelo traço de Calixto Cordeiro. *ALCEU*, v. 9, n. 18, p. 117-130, 2009.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. **Quando Monges eram uma Civilização...** Beneditinos: espírito, alma e corpo. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

DUBY, Georges; ARIÈS, Phillipe. **História da vida privada: da Europa Feudal à Renascença**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EGÉRIA. **Viagem do Ocidente à Terra Santa no século IV**. Edição de Alexandra B. Mariano Alves e de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

EGÉRIA. **Peregrinações aos Lugares Santos do Médio Oriente (do ano 381 ao ano 384)**. Edição, introdução e versão anotada pelo Lic.º José Cardoso. Braga: Edições APPCDM Distrital de Braga, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FONSECA, Letícia Pedruzzi. **As Revistas Ilustradas *A Cigarra* e *A Bruxa*: Nova linguagem gráfica e atuação de Julião Machado**. 2013. Tese (Doutorado em *Design*) – Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FRAGOSO, Dom Mauro Maia. O.S.B. **A Arte de Antônio Teles, Escravo e Mestre Pintor Setecentista, no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro**. 2011. 50 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GOMBRICH, Ernst H. **Arte e ilusão: um estudo sobre a psicologia da representação pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GONÇALVES, Roberta Ferreira. **A escola disfarçada em brincadeiras: intelectuais e ideias na criação da revista *O Tico-Tico***. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HERNANDEZ, María Hermínia Oliveira. **A administração dos bens temporais da Arquiabadia de São Sebastião da Bahia**. 2005. 169 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

JEDIN, Hubert (Ed.). **The Church in the Industrial Age (History of the Church)**. Vol XI. Londres: Burns & Oates, 1981.

LAMARÃO, Sergio T. de N. As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 6, p. 129-143, 2012.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1963.

LIMA, Jesanias Rodrigues de. **SER MONGE BENEDITINO NA AMÉRICA PORTUGUESA: A Ordem de São Bento na Capitania de Pernambuco (C.1592 - C.1654)**. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório. O.S.B.; OLIVEIRA, Anna Paula SANDES; SANCHES, Gésica Alves. **Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia**: edição diplomática e estudo filológico. Salvador: Mosteiro de São Bento; EDUFBA, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. A Revista do Brasil (1916-1925) - na história da imprensa. **Travessia** – Revista de Literatura, Ilha de Santa Catarina, n. 32, p. 94-123, jun.-jul. 1996.

LUNA, Dom Joaquim G. de. O.S.B. **Os monges beneditinos no Brasil**: esboço histórico. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1997.

LUSTOSA, Isabel. Tirania e Humor no País do Homem Cordial. **Revista de Ciências Sociais** – Dossiê Brasil: Mito e Imaginário, v. 29, n. 1/2, p. 73-83, 1998.

LUSTOSA, Isabel; TRICHES, Roberta. O português da anedota. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Imprensa, humor e caricatura**: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 251-270.

MARIN, Jerri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 30, p. 149-169, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/25119>, acesso em 15 jul. 2020.

MELO, Hélio. Longos e Efêmeros Papados. **Revista do Instituto do Ceará**, anno C, p. 82-88, 1986. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1986/1986-LongoseEfemerosPapados.pdf>, acesso em 15 jul. 2020.

MIANI, Rozinaldo Antônio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 37-48, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/99622>, acesso em 15 jul. 2020.

NERY, Laura. Charge: Cartilha do mundo imediato. **Revista Semear**, Rio de Janeiro, ed. 7, s.p., 2001. Disponível em [http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem\\_10.html](http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_10.html), acesso em 02/11/2020.

NESMY, Dom Claude J. **São Bento e a Vida Monástica**. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

NOGUEIRA, Renata Fernandes da Silva. **Muda a cidade, mudam-se as pessoas**. Repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada *O Malho* (1902-1910). 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

“O Amigo da Onça”. Disponível em: [www.hataquadrinhosblog2.blogspot.com/](http://www.hataquadrinhosblog2.blogspot.com/), acesso em 25 abr. 2021.

O MALHO. Rio de Janeiro, 1º de maio a 31 de maio de 1903. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/?lk=15>, acesso em 10 abr. 2020.

OLIVEIRA, Geovany Carneiro de Castro; MARINHO, Marcelo Benfica. Ultramontanismo, reforma e romanização: Uma breve discussão conceitual. In: **Anais do Simpósio Nacional de Estudos da Religião da UEG**, Goiás: UEG, v. 1, p. 1-11, 2019.

PACHECO, Paulo Henrique Silva. Da crise emerge a construção de um empreendimento: apontamentos históricos a realização da missão Rio Branco ao interior da Amazônia (1871-1907). In: **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**, Natal, p. 1-11, 2013.

PACHECO, Paulo Henrique Silva. A Ordem de São Bento e o governo: acordos e conflitos na Corte Imperial. **DIA-LOGOS**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 85-99, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PITILLO, Silvana Assis Freitas. **Os Salesianos no Brasil: uma visão histórico-reflexiva de um discurso universalizante inconsistente**. 2017. 293 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

REGRA DE SÃO BENTO, 2006. Disponível em: [https://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0480-0547,\\_Benedictus\\_Nursinus,\\_Regra\\_Monastica,\\_PT.pdf](https://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0480-0547,_Benedictus_Nursinus,_Regra_Monastica,_PT.pdf), acesso em 10 abr. 2020.

**REVISTA TAGARELA**, nº 63, 1903. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em 05 ago. 2015.

**REVISTA TAGARELA**, nº 64, 1903. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em 05 ago. 2015.

RIBEIRO, Pedro Krause. Raul Pederneiras viajante: as transformações da década de 1920 através do livro *Nós pelas costas: notas soltas de um caderno de viagem*. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 157-184, maio/ago. 2016.  
<https://doi.org/10.5965/2175180308182016157>

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística do dilema brasileiro – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALIBA, Elias Thomé. **Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários: Ensaio de História**

Cultural do Humor. São Paulo: Intermeios, 2018.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma Questão de Conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 2, n. 2, p. 24-33, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHERER, Dom Michael Emílio. O.S.B. **Frei Domingos da Transfiguração Machado**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1980.

SILVA, Livia Freitas Pinto. **O povo no imaginário dos letrados**: representações dos setores populares nas páginas da revista *O Malho*. 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SILVA, Marcos A. da. **Caricatura na República**: Zé Povo e o Brasil. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

SILVA, Maurício Pedro da. *Esplendor ornamental*: a estética *Art Nouveau* nos livros e revistas pré-modernistas brasileiros. Fundação Biblioteca Nacional: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2011. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2011//mauricio\\_pedro\\_da\\_silva\\_trab\\_revisado\\_0.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2011//mauricio_pedro_da_silva_trab_revisado_0.pdf), acesso em 10 abr. 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

SOUZA, Jorge Victor Araújo. **Monges negros**: trajetórias, cotidiano e sociabilidade dos beneditinos no Rio de Janeiro, século XVIII. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Jorge Victor Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, C. 1580 - C. 1690. 2011. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre gueixas e samurais**: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945). 2009. 415 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TENÓRIO, Guilherme Mendes. **Zé Povo cidadão**: humor e política nas páginas de *O Malho*. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. **O Compadre Governador**: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista**

**Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200012>

YANG, Klency Kakazu de Brito. **A pintura beuronense na Basílica do Mosteiro Beneditino de São Paulo; 1914-1922**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.